

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- CAMPUS
CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE
EMPREENHIMENTOS AGROALIMENTARES**

WAGNER LUIZ NASCIMENTO DO NASCIMENTO

PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

**CASTANHAL
2017**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- CAMPUS
CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES**

WAGNER LUIZ NASCIMENTO DO NASCIMENTO

PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

Orientador: Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis

**CASTANHAL
2017**

N244p Nascimento, Wagner Luiz Nascimento do
Panorama da economia solidária na Região Norte do Brasil. /
Wagner Luiz Nascimento do Nascimento. — 2017.
142 f.

Impresso por computador (fotocópia).
Orientador: Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de
Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2017.

1. Desenvolvimento rural – Brasil, Norte. 2. Economia social -
Amazônia. 3. Agricultura familiar. I. Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Pará. II. Título.

CDD: 307.1412098115

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- CAMPUS
CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE
EMPREENHIMENTOS AGROALIMENTARES**

WAGNER LUIZ NASCIMENTO DO NASCIMENTO

PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Dissertação do curso de mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal
Orientador do Projeto de Pesquisa

Prof. Dr. Anderson Roberto Pires e Silva

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Farid Eid

Universidade Federal do Pará
Professor Titular do PPGDRGEA do IFPA – Campus Castanhal

À meus pais
Sebastião Souza Nascimento e
Raimunda de Nazaré N. do Nascimento
e aos meus irmãos Walbert; Angélica e Wictor Nascimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por todas as graças alcançadas diariamente, pelo dons da vida, da saúde e da sabedoria, os quais estiveram presentes em minha vida durante todos esses anos.

Ao Professor Adebaro Alves dos Reis pela sua amizade, paciência, compreensão e pela sua imprescindível orientação a trabalhos acadêmicos.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, do Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal, os quais fizeram e fazem parte da minha formação, e que possibilitaram a realização de trocas de conhecimentos com todos aqueles que trabalham e vivem no/do campo, muito obrigado.

Agradeço ainda ao estatístico Claudio Rui dos Santos e Silva pelo seu trabalho na tabulação e construção da base dos dados, obrigado.

Meu obrigado ao Agrônomo Zaqueu Poça Rodrigues pelo seu valioso trabalho na construção das ilustrações para a cartilha sobre o Panorama da Economia Solidária na região Norte do Brasil.

Agradeço, e ao mesmo tempo peço desculpas a meu avô Benedito Lopes e minhas avós Valdomira Nascimento, Nelis Oliveira e Dorotéia Nascimento (minha avó do coração) pelo tempo em que me ausentei de suas companhias e por muitas vezes fui cobrado por não dá a atenção que merecem, mas esse era um dos motivos que demandavam meu tempo distante de vocês, obrigado pela compreensão e pelo amor incondicional que têm por mim.

Agradeço ainda a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste trabalho, de modo especial a minha família, Meu Pai Sebastião de Souza Nascimento, minha Mãe Raimunda de Nazaré Nascimento do Nascimento e aos meus irmãos Walbert Nascimento, Angélica Nascimento e Wictor Nascimento pela paciência, compreensão e pelo tempo em que me ausentei da presença de vocês, muito obrigado por tudo.

Agradeço a toda a Grande Família INCUBITEC/IFPA-Campus Castanhal, a todos e todas os(as) bolsistas pelas contribuições, seja direta ou indiretamente. Sou grato a Grande Família INCUBITEC/IFPA-Campus Castanhal, programa esse que me apresentou boa parte do estado do Pará com suas atividades nas comunidades rurais, voltadas a atender as demandas das Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar. Sempre com a perspectiva multidisciplinar voltados para o Ensino, Pesquisa e Extensão. Mas não apenas a perspectiva da formação em si, nessas atividades acabamos formando mais que relações sociais de parceria – entre o profissional e produtores, formamos relações fraternas, onde passamos a fazer parte dessas comunidades e famílias.

Assim, agradeço aos Agricultores e Agricultoras Familiares, membros dos Empreendimentos Econômicos Solidários, os quais me receberam em suas casas e Unidades Produtivas Familiares, onde pude desfrutar de ricos momentos com a troca de conhecimento e partilha de saberes.

Saga Da Amazônia

Era uma vez na AMAZÔNIA, a mais bonita floresta
Mata verde, céu azul, a mais imensa floresta.
No fundo d'água as IARAS, caboclo lendas e mágoas
E os rios puxando as águas.
Papagaios, periquitos, cuidavam das suas cores.
Os peixes singrando os rios, Curumins cheios de amores
Sorria o jurupari, urapuru, seu porvir
era: fauna, flora, frutos e flores.
Toda mata tem caipora para a mata vigiar
Veio caipora de fora para a mata definhar
E trouxe dragão-de-ferro, prá comer muita madeira
E trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira.
Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
Prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
Se a floresta meu amigo tivesse pé prá andar
Eu garanto meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá.
O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar
E o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar??
Depois tem passarinho, tem o ninho, tem o ar
icarapé, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar.
Mas o dragão continua a floresta devorar
E quem habita essa mata prá onde vai se mudar??
Corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá
tartaruga, pé ligeiro, corre-corre tribo dos kamaiura
No lugar que havia mata, hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão
Afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé da Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
Gente enterrada no chão:
Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro
Disse um castanheiro para um seringueiro que um
estrangeiro
Roubou seu lugar
Foi então que um violeiro chegando na região
Ficou tão penalizado e escreveu essa canção
E talvez, desesperado com tanta devastação
Pegou a primeira estrada sem rumo, sem direção
Com os olhos cheios de água, sumiu levando essa mágoa
Dentro do seu coração.
Aqui termina essa história para gente de valor
Prá gente que tem memória muito crença muito amor
Prá defender o que ainda resta sem rodeio, sem aresta
Era uma vez uma floresta na linha do Equador.

Geraldo Azevedo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Panorama da Economia Solidária na região Norte do Brasil como resposta de trabalhadores e trabalhadoras integrantes de Empreendimentos Econômicos Solidários em face das transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos para a geração de trabalho, renda e a possível implementação de Políticas Públicas. Para atingir esse objetivo foi realizado um debate teórico e metodológico da economia solidária na Amazônia brasileira, buscando identificar e caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários que realizam atividades de produção de bens e serviços, crédito e finança solidária, trocas, comércio e consumo solidário, visando caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários, de acordo com as Categorias Teóricas Operativas identificados pelo mapeamento na região Norte. Características essas, que poderão servir de base para implementação de Políticas Públicas na Amazônia brasileira. A metodologia utilizada na pesquisa foi a Metodologia Social, por meio da abordagem da Pesquisa Descritiva. Os dados foram adquiridos da base de dados do SIES/SENAES (2013) disponível em arquivo Excel. Essa base é resultado do Mapeamento da economia solidária, realizado entre os anos de 2009 a 2011. O questionário aplicado era composto por 171 questões organizadas em 9 seções. Esses dados foram submetidos ao programa estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS). Com base nos dados do SIES/SENAES (2013) foi possível identificar um montante de 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários, em todo o território nacional brasileiro. Desse total, a pesquisa se debruçou sobre os empreendimentos da Região Norte do Brasil, equivalentes a 3.127 organizações. Com o mapeamento é possível perceber uma expressiva superioridade do estado do Pará, no que diz respeito a quantidade de empreendimentos (43,4%) do total da região. Do total de 3.127 empreendimentos mapeados na região Amazônica, destes cerca de 40% iniciaram suas atividades no intervalo de 2005 a 2010. Na região Norte do Brasil há uma predominância de Empreendimentos Econômicos Solidários sob a forma de Associação, equivalente a mais de 65% do total mapeado, os Grupos Informais são 25%; e 8,7% do total de Cooperativas. Os dados identificaram que, a atuação de mulheres é, extremamente, superior nos Grupos Informais, onde a proporção chega a mais de 62,5% dos sócios. Enquanto as atividades realizadas por esses EES, as principais foram: Indústrias de Transformação; Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas. Mais de 50% das organizações mapeadas estão nas áreas rurais da região, cerca de 40% nas áreas urbanas e apenas 9,3% dos EES tem atuação tanto na área rural quanto na área urbana, ao mesmo tempo. A média de sócios nas organizações sociais da região é de 56 (cinquenta e seis) pessoas por empreendimento. Na Amazônia brasileira, aproximadamente, 24% das organizações, apresentam no seu quadro social, sócios pertencentes a Povos ou Comunidades Tradicionais: Ribeirinhos; Extrativistas; Quilombolas; Pescadores Artesanais; Índios; Negros; Comunidades de Terreiros; e Outros. Além disso, os sócios se enquadram em Categorias Sociais, onde a de maior relevância é a de Agricultores Familiares (52%) seguida pela categoria de Artesãos (18%). Com relação a produção coletiva, os empreendimentos buscam, principalmente, garantir a manutenção das famílias que compõem o quadro social dos empreendimentos econômicos solidários. Pois, observa-se que, a maioria da produção, equivalente a mais de 85% da produção coletiva, está relacionada a produção de alimentos e/ou de produtos visam atender às necessidades da família. Na região Norte do Brasil, os empreendimentos têm um faturamento médio mensal entre R\$100,00 e mais de R\$1.000.000,00 de reais. Desses, cerca de 75%, têm um faturamento mensal em torno de R\$500,00/R\$1.000,00 até R\$30.000,00/R\$100.000,00. E dos 75%, aproximadamente, 25%

das têm um faturamento mensal variando de R\$3.000,00 a R\$10.000,00. Na Seção Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, classificada pela CNAE, a Produção vegetal é a de maior destaque, respondendo por um faturamento médio mensal de mais de R\$40.000,00 por EES enquadrado na atividade. Ainda sobre dados financeiros, as Cooperativas se destacam na geração de ocupação e renda. Na região Norte do Brasil, as cooperativas chegam a gerar renda de mais de 1 milhão de reais por mês. A maioria das Cooperativas faturam em média R\$3.000,00 a R\$100.000,00 mensais. Durante a pesquisa foram levantados questionamentos sobre os principais Gargalos da Economia Solidária na região Norte do Brasil. O de maior destaque diz respeito ao “envelhecimento” dos quadros sociais das organizações mapeadas. O acesso a crédito e/ou financiamento, bem como a falta de capital de giro para as organizações também é um problema identificado no mapeamento. A falta de assistência técnica foi identificado como um dos 5 principais problemas encontrados nos EES da região Amazônica brasileira. Além disso, acesso a computadores e internet é outro ponto destacado pelos empreendimentos da região. Desta forma, também o acesso a mercados se torna uma dificuldades, como também as vias de acesso para o escoamento da produção e os espaços adequados para realização desse comércio, assim o produtor não tendo escolha entrega seu produto para atravessadores a valores mais baixos. Ao questionar esses quadros sociais um ponto foi colocado por eles, se caracterizando também como gargalo, a falta de interesse dos gestores municipais e estaduais em apoiar/fortalecer os movimentos solidários nos seus municípios e estados;

Palavras-chave: Economia Solidária; Agricultura Familiar; Amazônia; Desenvolvimento Rural; Organização Social.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Panorama of the Economy of Solidarity in the North region of Brazil as a response of workers and members of Solidarity Economic Developments in the face of the transformations occurring in the world of work and its impacts for the generation of work, income and the possible Implementation of Public Policy. To achieve this objective, a theoretical and methodological debate was held on solidarity economy in the Brazilian Amazon, seeking to identify and characterize Solidarity Economic Projects that carry out activities of production of goods and services, credit and solidarity finance, trade, commerce and solidary consumption, aiming to characterize The Economic Solidarity Projects, according to the Theoretical Operational Categories identified by the mapping in the North region. These characteristics can serve as a basis for the implementation of Public Policies in the Brazilian Amazon. The methodology used in the research was the Social Methodology, through the Descriptive Research approach. Data were acquired from the SIES / SENAES database (2013) available in Excel file. This base is the result of Mapping the solidarity economy, carried out between the years of 2009 and 2011. The questionnaire applied was composed of 171 questions organized in 9 sections. These data were submitted to the statistical program Statistical Package for the Social Science (SPSS). Based on data from SIES / SENAES (2013), it was possible to identify an amount of 19,708 Economic Solidarity Projects, throughout the Brazilian national territory. Of this total, the research focused on the projects of the Northern Region of Brazil, equivalent to 3,127 organizations. With the mapping, it is possible to perceive an expressive superiority of the state of Pará, in terms of the number of enterprises (43.4%) in the total region. Of the 3,127 ventures mapped in the Amazon region, about 40% of them started their activities in the period between 2005 and 2010. In the North of Brazil, there is a predominance of Solidarity Economic Developments in the form of an Association, equivalent to more than 65% of the Total mapped, Informal Groups are 25%; And 8.7% of total Cooperatives. The data showed that the performance of women is extremely high in the Informal Groups, where the proportion reaches more than 62.5% of the members. While the activities carried out by these EES, the main ones were: Transformation Industries; Agriculture, Livestock, Forestry, Fisheries and Aquaculture; Trade; Repair of motor vehicles and motorcycles. More than 50% of the mapped organizations are in the rural areas of the region, about 40% in urban areas and only 9.3% of the EES works in both rural and urban areas at the same time. The average number of members in the social organizations in the region is 56 (fifty-six) persons per enterprise. In the Brazilian Amazon, approximately 24% of the organizations present, in their membership, members belonging to Peoples or Traditional Communities: Ribeirinhos; Extractivists; Quilombolas; Artisanal Fishermen; Indians; Blacks; Terreiros Communities; and others. In addition, the members fall into Social Categories, where the most relevant is that of Family Farmers (52%) followed by the Artisans category (18%). With regard to collective production, the enterprises seek mainly to guarantee the maintenance of the families that make up the social structure of the solidary economic enterprises. For, it is observed that the majority of production, equivalent to more than 85% of collective production, is related to the production of food and / or products aimed at meeting the needs of the family. In the Northern region of Brazil, the projects have an average monthly billing between R \$ 100.00 and more than R \$ 1,000,000.00 reais. Of these, about 75%, have a monthly billing around R \$ 500,00 / R \$ 1,000 to R \$ 30,000.00 / R \$ 100,000.00. And of the 75%, approximately, 25% of them have a

monthly billing ranging from R \$ 3,000.00 to R \$ 10,000.00. In this section Agriculture, livestock, forestry, fishery and aquaculture, classified by CNAE, Plant production is the most prominent, accounting for an average monthly income of more than R \$ 40,000.00 per EES included in the activity. Still on financial data, the Cooperatives stand out in the generation of occupation and income. In the northern region of Brazil, cooperatives generate income of more than 1 million reais per month. Most Cooperatives average R \$ 3,000.00 to R \$ 100,000.00 monthly. During the survey questions were raised about the main bottlenecks of the Solidarity Economy in the North region of Brazil. The most prominent one concerns the "aging" of the social frameworks of the mapped organizations. Access to credit and / or financing as well as the lack of working capital for organizations is also a problem identified in the mapping. The lack of technical assistance was identified as one of the 5 main problems encountered in the ESS of the Brazilian Amazon region. In addition, access to computers and the internet is another highlight of the region's developments. In this way, access to markets becomes a difficulty as well as the access routes to the production outlet and adequate spaces for the realization of this trade, so the producer has no choice to deliver his product to the lower prices. When questioning these social frames a point was placed by them, being also characterized as bottleneck, the lack of interest of the municipal and state managers in supporting / strengthening the solidarity movements in its municipalities and states.

Key words: Solidarity economy; Family farming; Amazônia; Rural Development; Social Organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de abrangência da pesquisa: Mapa da Região Norte do Brasil.....	50
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –Distribuição dos EES da Região Norte, pelos triênios em que iniciaram suas atividades.....	57
Gráfico 2 – Distribuição dos EES da Região Norte, pelo triênio em que iniciaram suas atividades, segundo os estados.....	58
Gráfico 3 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização.....	59
Gráfico 4 –Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização, segundo o estado.....	60
Gráfico 5 – Distribuição dos EES pela forma de organização segundo o triênio de início das atividades.....	60
Gráfico 6 – Distribuição dos EES, pela forma de organização, segundo a área de atuação....	61
Gráfico 7 – Distribuição dos EES, pela forma de organização, segundo a CNAE em nível de seção.....	65
Gráfico 8 –Distribuição dos EES pelo triênio em que iniciaram suas atividades, segundo a CNAE em nível de seção.....	66
Gráfico 9 –Distribuição dos EES da Região Norte pela área de atuação.....	67
Gráfico 10 – Distribuição dos EES da Região Norte pela área de atuação, segundo o estado.....	68
Gráfico 11 – Distribuição dos EES da Região Norte pela área de atuação, segundo a CNAE em nível de seção.....	69
Gráfico 12 –Distribuição dos EES da Região Norte pelo número de sócios pessoas físicas.	70
Gráfico 13 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela proporção de sócios do sexo feminino que possuem.....	71
Gráfico 14 –Distribuição dos EES da Região Norte, pelo fato de seus sócios pertencerem ou não a algum povo ou comunidade tradicional.....	73
Gráfico 15 –Distribuição dos EES da Região Norte, cujos sócios pertencem a algum povo ou comunidade tradicional, pelo estado.....	74
Gráfico 16 – Distribuição dos EES da Região Norte, pelas categorias sociais as quais seus sócios pertencem ou pertenceram.....	77
Gráfico 17 –Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento.....	80
Gráfico 18 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada, segundo a área de atuação.....	83
Gráfico 19 – Distribuição dos EES da Região Norte, cujos sócios pertencem ou não a algum Povo ou Comunidade tradicional, em relação a principal atividade econômica.....	85

Gráfico 20 – Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	115
Gráfico 21 – Distribuição dos EES do Estado do Pará cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	116
Gráfico 22 – Distribuição dos EES do Estado do Tocantins cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	117
Gráfico 23 – Distribuição dos EES do Estado do Amazonas cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	118
Gráfico 24 – Distribuição dos EES do Estado do Acre cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	118
Gráfico 25 – Distribuição dos EES do Estado do Amapá cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	119
Gráfico 26 – Distribuição dos EES do Estado de Rondônia cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	120
Gráfico 27 – Distribuição dos EES do Estado de Roraima cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.....	120
Gráfico 28 – Distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelos Estados.....	121
Gráfico 29 – Distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento.....	123
Gráfico 30 – Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal, segundo a forma de organização.....	124
Gráfico 31 – Distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela forma de organização.....	126
Gráfico 32 – Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria social a qual os sócios pertencem.....	128

Gráfico 33 – Faturamento médio mensal e Faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo povo ou comunidade tradicional a qual os sócios

pertencem.....**129**

Gráfico 34 – Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela origem da matéria-prima ou do

insumo.....**131**

Gráfico 35 – Principais gargalos identificados nos EES da Região Norte.....**134**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, por região.....	55
Tabela 2 – Distribuição dos EES da Região Norte e de municípios em que foram mapeados EES, por UF.....	55
Tabela 3 – Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte, pela forma de organização.....	61
Tabela 4 – Distribuição dos EES da Região Norte segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE em níveis de Seção, Divisão e Grupo.....	63
Tabela 5 – Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte, por estado; principal atividade econômica/CNAE em nível de seção e divisão e; área de atuação.....	71
Tabela 6 – Distribuição dos EES da Região Norte, pelos povos ou comunidades tradicionais as quais seus sócios pertencem, segundo os estados da região.....	73
Tabela 7 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização, segundo o povo ou comunidade tradicional as quais os sócios do empreendimento pertencem.....	76
Tabela 9 – Distribuição dos EES da Região Norte, pelas categorias sociais as quais seus sócios pertencem ou pertenceram, segundo os estados da região.....	79
Tabela 10 – Distribuição dos EES da Região Norte, pelas categorias sociais as quais seus sócios pertencem ou pertenceram, segundo a principal atividade econômica/CNAE realizada.....	79
Tabela 11 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização, segundo as categorias sociais as quais os sócios pertencem ou pertenceram.....	81
Tabela 12 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento, segundo os estados.....	82
Tabela 13 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento, segundo as atividades econômicas realizadas pelo empreendimento classificadas pela CNAE.....	82
Tabela 14 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento, segundo a forma de organização.....	82
Tabela 15 – Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento.....	84
Tabela 16 – Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica, segundo o povo ou comunidade tradicional a qual os sócios do empreendimento pertencem.....	86

Tabela 17– Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica, segundo a categoria social a qual os sócios do empreendimento pertencem ou pertenceram.....**86**

Tabela 18 – Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido.....**88**

Tabela 19– Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é a produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo os estados.....**97**

Tabela 20– Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo a forma de organização do empreendimento.....**99**

Tabela 21– Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo a área de atuação.....**102**

Tabela 22 – Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido.....**104**

Tabela 23– Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo o povo ou comunidade tradicional a qual os sócios pertencem.....**108**

Tabela 24 – Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo a categoria social a qual os sócios do empreendimento pertencem ou pertenceram.....**112**

Tabela 25 –Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da Região Norte e dos Estados cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização.....**115**

Tabela 26 –Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE em nível de divisão em suas respectivas seções.....**122**

Tabela 27 –Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela forma de organização.....**125**

Tabela 28 –Faturamento médio mensal, faturamento médio mensal por trabalhador e distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal

atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido.....129

Tabela 29 –Distribuição dos EES da Região Norte, cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela origem da matéria-prima ou do insumo, segundo os estados.....132

Tabela 30– Distribuição dos EES da Região Norte, cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela origem da matéria-prima ou do insumo, segundo a CNAE.....132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONAES – Conferência Nacional de economia Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ECOPOPSOL – Programa de economia Popular e Solidária

EcoSol – Economia Solidária

EES – Empreendimento Econômico Solidário

FBES – Fórum Brasileiro de economia solidária

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

INCUBITEC – Programa Incubadora Tecnologia de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos de economia solidária

ITCP's – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC's – Projetos Alternativos Comunitários

PAAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PPA – Planos Plurianuais

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

SENAES – Secretaria Nacional de economia solidária

SIES – Sistema de Informações em economia solidária

SPSS – Statistical Package for the Social Science

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
REFERENCIAL TEÓRICO	27
Modo de Produção Capitalista	27
Contexto Histórico e Conceitual da Economia Solidária	31
Categorias Teóricas Operativas – Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil	41
Cooperativas	41
Associações	44
Grupos Informais	45
Economia Solidária na Amazônia Brasileira	46
METODOLOGIA.....	50
Metodologia da Pesquisa Descritiva	50
Amazônia Brasileira – Área de abrangência da Pesquisa	52
Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES	54
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
RESULTADOS E DISCUSSÃO	58
A Economia Solidária na Região Norte do Brasil	58
Início das atividades pelos EES da Região Norte	59
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO.....	62
Principais Categorias Teóricas Operativas da Amazônia Brasileira.....	62
EES da Região Norte do Brasil - Características Predominantes	66
Das Principais Atividades Econômicas	Error! Bookmark not defined.
Da Área de Atuação dos EES	71
Dos Sócios	73
Categorias sociais	84
Da Produção Coletivamente dos EES por Estado – Principais Produtos	100
Da Produção dos EES segundo a Categoria Teórica Operativa – Forma de Organização ..	105
Da Produção dos EES segundo a Área de atuação	107
Da Proporção de Mulheres atuando em EES – Região Norte do Brasil.....	109
Do Faturamento mensal dos EES da Região Norte do Brasil.....	121
Do Faturamento mensal dos EES – Por Estado na Região Norte do Brasil	122
Principais Gargalos da Economia Solidária na região Norte do Brasil	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

INTRODUÇÃO

As relações existentes no modo de produção capitalistas são baseadas no processo de separação, entre os trabalhadores e os meios de produção, isto é, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Desta forma, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para que assim a venda ao capitalista – patrão; este sim, é o proprietário dos meios de produção (OLIVEIRA, 2007).

No modo de produção capitalista, a apropriação do saber historicamente acumulado pelos trabalhadores passa ao completo domínio do capitalista. O trabalhador, nesse contexto acaba sendo destituído de seu saber, de suas ferramentas de trabalho e da sua capacidade de tomada de decisão sobre o quê; como; quando; e para quê produzir. O trabalhador é transformado de uma vez por todas em “fator de produção”, por possui a capacidade de produzir mais do que o necessário para a sua subsistência, ou seja, detém a capacidade de produzir mais-valia (FELIZARDO, 2010).

Essa situação ocorre porque o objetivo do capital, segundo Marx (1893), não se limita a satisfazer as necessidades da sociedade, mas produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário. Por isso, terá sempre de haver discrepância entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que procura, constantemente, ultrapassar o limite que lhe é imanente (inerente).

E mais, esse modo de produção capitalista tem gerado desigualdades sociais e regionais como consequência da divisão internacional do trabalho, fazendo surgir formas precárias de trabalho, intermitentes, parcelares, terceirizadas e análogas à escravidão nos mais diversos espaços de produção. No entanto, no campo da resistência aos efeitos da exploração capitalista do trabalho, vem se construindo uma alternativa concreta, a partir da experiência dos próprios trabalhadores e de seus movimentos sociais, contrapondo a degradação da vida. Um exemplo de resistência (estratégia) ao modo de produção capitalista, se trata da economia solidária (EcoSol).

A economia solidária, segundo Barbosa (2011) se torna uma estratégia na acumulação de forças, frente ao modo de produção dominante. Essa resistência por parte da economia solidária, tem por princípio básico a contraposição as formas de exploração da força de trabalho realizada pelo capitalismo, propondo processos de produção cooperada, livremente

associada e sob o controle dos próprios trabalhadores, além da propriedade coletiva dos meios de produção e a divisão equitativa dos resultados dessa atividade (SINGER, 2002).

A EcoSol surge também, como uma estratégia de produção, distribuição, consumo e convivência ao modo de produção capitalismo, casando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (SINGER; SOUZA, 2000). E está baseada, principalmente, em formas de organização de atividades econômicas com base na cooperação mútua de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, organizadas em Empreendimentos Econômicos Solidários com pressupostos coletivos (GOERCK, 2005).

Destarte, a EcoSol se torna uma alternativa para milhares de trabalhadores e trabalhadoras que buscam alterar suas condições de vida. Como afirmam Goerck (2005) e Sousa; Barbosa; Reis (2009), a economia solidária é uma estratégia que permite a dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento local e/ou territorial sustentável, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e o meio ambiente.

Assim, no período de 2005 a 2007, se iniciou o mapeamento da economia solidária no Brasil. Segundo Gaiger (2013), a realização do mapeamento foi de suma importância, afrontando as ideias preconcebidas acerca da EcoSol, ao confirmarem um número expressivo de organizações sociais de trabalhadores e trabalhadoras que cooperam entre si e que se articulam em associações formais, e não na medíocre ideia de simples entidades informais que podem vir a constituir cooperativas de fachadas/fraudulentas.

Em 2009 é realizada a segunda etapa do mapeamento que possibilitou a atualização e manutenção do banco de dados do Sistema de Informações em economia solidáriaSIES, da Secretaria Nacional de economia solidária– SENAES, integrada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Segundo o banco de dados da SENAES, com a atualização dos dados no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foram registrados no território brasileiro, em 2013, um total de 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários.

Desse total de EES, cerca de 8.040 (40,8%) estão sediados na Região Nordeste do Brasil; seguido por 3.292 (16,7%) na Região Sul; 3.228 (16,4%) Região Sudeste; na quarta posição a Região Norte com 3.127 organizações, equivalente a 15,9%; e na última colocação a Região Centro-Oeste do Brasil com 2.021 EES (10,3%).

A realização do mapeamento foi de fundamental importância, principalmente, para estudiosos, pesquisadores, grupos de pesquisas que discutem o tema da economia solidária no

Brasil – como no caso das Incubadoras Universitárias. Com esses dados é possível, além de confirmar a quantidade de organizações de economia solidária, também, identificar quais as áreas de atuação; Produção: quantidade/diversidade, tipos, volume de produção, etc.

Os dados levantados no mapeamento por estarem disponíveis a sociedade acadêmica e de pesquisa, se torna uma ferramenta a mais de discussão, no que diz respeito a importância dessas organizações sociais. Além de reforçar a necessidade da utilização desses dados para estudos que auxiliem na construção e/ou efetivação de políticas públicas para a categoria em discussão.

No entanto, para que isso ocorra, se faz necessário, a partir dos dados levantados, que as entidades de ensino, pesquisa e extensão iniciem um processo de análise desses dados. E busquem identificar de que forma poderiam auxiliar ou assessorar essas organizações.

No caso da região Norte do Brasil, composta por 7 estados a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, segundo o banco de dados da SENAES/SIES (2013) o estado com maior volume de Empreendimentos Econômicos Solidários é o estado do Pará com 1.358 EES (6,9%) de um total de 144 municípios; seguido por Tocantins com 404 (2,0%) de um total de 139 municípios; Amazonas apresentando 378 (1,9%) com 62 municípios; o estado do Acre com 341 (1,7%) apresentando um total de 22 municípios; o Amapá 328 EES (1,7%) com seus 16 municípios; Rondônia 238 EES (1,2%) composto por 52 municípios; e por fim, Roraima com 80 EES (0,4%) com 15 municípios.

A motivação para a realização dessa pesquisa sobre o Panorama da economia solidária na região Norte do Brasil, surge das relações construídas por meio dessas assessorias/assistências dadas aos Empreendimentos Econômicos Solidários, em municípios do Estado do Pará. Essas assessorias/assistências foram desenvolvidas, a partir das atividades realizadas por meio do Programa Incubadora Tecnologia de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos de economia solidária – INCUBITEC, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal (IFPA – Campus Castanhal).

A INCUBITEC/IFPA – Campus Castanhal, foi implantada no Campus Castanhal no ano de 2010. E, após a implantação, da INCUBITEC/IFPA – Campus Castanhal, inicia suas articulações com os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, no estado do Pará. Mais especificamente nas Regiões do Salgado; Nordeste e Baixo Tocantins Paraense. Os EES assistidos pela incubadora são constituídos, principalmente, organizações da Agricultura Familiar.

A partir de 2010, foram realizadas atividades de incubação, buscando suprir demandas de formação a esses atores sociais nas áreas afins de suas organizações, bem como a prestação de assessoria técnica por parte dos bolsistas da INCUBITEC/IFPA – Campus Castanhal, haja vista que a maioria dos bolsistas apresentam qualificação técnica nas áreas de agropecuária, agroindústria, floresta, design, produção vegetal, etc. Essas atividades eram realizadas com o intuito de auxiliá-los no processo de gestão dos EES; na formação e informação do quadro social; na elaboração de projetos para reestruturação de espaços de beneficiamento de produtos; implantação de áreas experimentais nas unidades familiares dos sócios, etc.

As formas mais comuns de organizações encontradas na região Norte do Brasil, estão pautadas nas Associações, Cooperativas e os Grupos Informais. Mas, havendo a necessidade de se analisar de forma mais específica o panorama no qual se encontra a economia solidária na região. E mais, responder a alguns questionamentos como: de que forma a economia solidária contribui para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira? De que forma a EcoSol contribui para a geração de trabalho e renda na Amazônia brasileira?

Pois, como ressaltam Ramos; Vieira (2000) as transformações ocorridas no mercado de trabalho: aumento da taxa de desemprego, maior responsabilidade do setor terciário na sustentação do espaço ocupacional, dada a baixa concentração de parque industriais na geração de novos postos de trabalho, e o aumento do grau de informalização das relações de trabalho, parece não haver dúvida de que essas mudanças, também, impactam a estrutura de geração e distribuição de renda originada do mercado de trabalho.

Baseado nesse cenário, tem crescido no Brasil o movimento denominado “economia solidária” como alternativa de inserção de milhares de trabalhadores(as) ao mundo do trabalho. Gaiger (1999; 2003) diz que no Brasil, a expansão da economia solidária é inquestionável. Seus protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro lado, se veem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis que buscam criar alternativas para a crise estrutural do trabalho assalariado e às formas de precarização.

Neste sentido, com o mapeamento da economia solidária, percebe-se que as organizações coletivas têm sido uma resposta importante dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e

de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário tanto em áreas urbanas como rurais.

Trata-se, pois de uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda, combinando a cooperação, a autogestão e a solidariedade na realização de atividades econômicas (SINGER, 1999).

A economia solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Ao considerar o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia solidária desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo, o trabalho das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário (SENAES, 2010).

Destarte, o presente trabalho tem como objetivo analisar o panorama da economia solidária como resposta de trabalhadores e trabalhadoras integrantes de Empreendimentos Econômicos Solidários em face das transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos para a geração de trabalho, renda e a possível implementação de Políticas Públicas.

Para atingir esse objetivo foi realizado um debate teórico e metodológico da economia solidária na Amazônia brasileira, buscando identificar e caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários que realizam atividades de produção de bens e serviços, crédito e finança solidária, trocas, comércio e consumo solidário, visando caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários, de acordo com as Categorias Teórico Operativas identificados pelo mapeamento na região Norte. Características essas, que poderão servir de base para implementação de Políticas Públicas na Amazônia brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Modo de Produção Capitalista

As relações existentes dentro do modo de produção capitalistas são relações baseadas no processo de separação, entre os trabalhadores e os meios de produção, isto é, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores “livres” de toda a propriedade, com exceção da sua própria força de trabalho. Desta forma, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção (maquinário; capital de giro, infraestrutura, etc.) mas, proprietários de sua força de trabalho, para que assim, o trabalhador possa fornecê-la/vendê-la ao capitalista – patrão; e este sim, sendo esse o proprietário dos meios de produção (OLIVEIRA, 2007).

Porém, é bem clara e distinta a relação existente nesse mercado. De um lado há o ator que vende sua força de trabalho – é o operário que trabalha, por exemplo, e do outro lado aquele que compra/paga pela mão de obra, pelo trabalho executado – através do salário. Para o capitalista (patrão) o qual é proprietário dos meios de produção, a compra dessa força de trabalho, trata-se da compra de uma mercadoria especial. Especial pela seguinte questão: a força de trabalho é a única mercadoria capaz de criar outras mercadorias, sendo assim, a única mercadoria que cria mais valor do que aquela que ela própria contém (FELIZARDO, 2010).

No modo de produção capitalista, a apropriação do trabalhador, ou melhor, da sua força de trabalho, faz com que o proprietário dos meios de produção desconsidere ou reduza a importância do saber historicamente acumulado pelos trabalhadores. Esse “saber” passa ao completo domínio do proprietário capitalista. E o trabalhador, nesse contexto, acaba sendo destituído de seu saber acumulado, das suas ferramentas de trabalho, bem como da sua capacidade de tomada de decisão sobre o que, como, quando e para quê produzir (MARX, 1893).

De forma direta, o trabalhador, a partir do momento em que oferta sua mão de obra no mercado de trabalho é, de uma vez por todas transformado em um fator de produção. E isso por levar em consideração um conceito básico: possui a capacidade de produzir mais do que o necessário para a sua subsistência, ou seja, detém a capacidade de produzir mais-valia (FELIZARDO, 2010).

Para o modo de produção capitalista, essa situação é o que se objetiva. Isso ocorre em virtude do objetivo principal do capital. Segundo Marx (1893) a produção capitalista não se limita em satisfazer as necessidades da sociedade, mas em produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário. Por isso, terá sempre de haver discrepância entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que procura constantemente ultrapassar o limite que lhe é imanente (inerente).

Assim, esse modo de produção capitalista tem gerado desigualdades sociais e regionais como consequência da divisão internacional do trabalho, fazendo surgir formas precárias de trabalho, intermitentes, parcelares, terceirizadas e análogas à escravidão nos mais diversos espaços de produção.

Mas, na contramão desse modo de exploração capitalista do trabalho, vem se construindo uma alternativa concreta, por meio de experiências dos próprios trabalhadores e de seus movimentos sociais, contrapondo-se a degradação da vida. Um exemplo de resistência (estratégia) ao modo de produção capitalista, está a economia solidária (EcoSol).

A economia solidária tem crescido no Brasil como movimento alternativo de inserção de milhares de trabalhadores e trabalhadoras no mundo do trabalho. Gaiger (1999; 2003) diz que no Brasil, a expansão da economia solidária é inquestionável. Seus protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro lado, se veem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis que buscam criar alternativas para a crise estrutural do trabalho assalariado e às formas de precarização.

A economia solidária, para Barbosa (2011) se torna uma estratégia na acumulação de forças, frente ao modo de produção capitalista. Essa resistência ao Capitalismo por parte da economia solidária, tem por princípio básico a contraposição as formas de exploração da força de trabalho realizada pelo capitalismo predatório, propondo processos de produção cooperada, livremente associada e sob o controle dos próprios trabalhadores, além da propriedade coletiva dos meios de produção e a divisão equitativa dos resultados dessa atividade (SINGER, 2002).

Não se objetiva dizer que a EcoSol é “uma nova economia, ou ainda, novo modo de produção em construção e consolidação”. Mas, dizer que, a EcoSol vem se constituindo como uma estratégia de produção, distribuição, consumo e convivência ao modo de produção

capitalismo, casando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (SINGER; SOUZA, 2000). Como ressaltam Goerck (2005) e Sousa; Barbosa; Reis (2009), a economia solidária se trata de uma estratégia que permite a dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento local e/ou territorial sustentável, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e o meio ambiente.

O diferencial da economia solidária e o modo de produção capitalista está no fato da primeira expressar um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo, o qual não objetiva, prioritariamente, o lucro, mas que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. A economia solidária considera o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica. A economia solidária desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo, o trabalho das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário (SENAES, 2010).

Para Singer (1999) a economia solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Segundo o autor, são milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário tanto em áreas urbanas como rurais. Trata-se, pois de uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda, combinando a cooperação, a autogestão e a solidariedade na realização de atividades econômicas (SINGER, 1999).

No último decênio houve significativo aumento referente a visibilidade desses empreendimentos econômicos solidários e de iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da economia solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável (SENAES, 2010). Essa visibilidade pode ser relacionada com os mapeamentos realizados pela Secretaria Nacional de economia solidária (SENAES) os quais se deram a partir de 2003.

Retomando um pouco da história do mapeamento, o mesmo teve início no ano de 2003, quando o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) institui a Secretaria Nacional de economia Solidária (SENAES). Com a SEANAES, os movimentos organizativos de economia solidária e de organização social passam a ter maior “fôlego” para buscar melhorias, fomentos e políticas públicas para seus grupos. Ainda em 2003, surge por parte desses movimentos da economia solidária, juntamente com o Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES) a necessidade de apresentar a Sociedade e aos espaços de pesquisa essas organizações. E para isso seria preciso realizar um levantamento (mapeamento) sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários no território nacional.

Com o primeiro mapeamento realizado, foi possível implantação de um Sistema de Informação em economia Solidária (SIES) o qual foi “alimentado” com os dados da pesquisa (mapeamento). Desta forma o SIES tornou-se um importante instrumento de visibilidade do quadro da economia solidária no Brasil.

De forma preponderante a SENAES, Fórum de economia solidária, Ministério do Trabalho e Emprego e parceiros vislumbraram nos dados do mapeamento da EcoSol no Brasil a construção de um material que pudesse ser divulgado amplamente no território Nacional. Com os dados foi possível a construção do Atlas da economia solidária 2005-2007, no qual são analisadas questões relacionadas as diversas áreas de atuação e abrangência dos empreendimentos de economia solidária, que vão desde as questões sociais, passam pelas dimensões econômica, política ambiental (ANTEAG¹, 2009).

O avanço nas análises e pesquisas sobre a economia solidária foram tão amplos e importantes que, no ano de 2006, o SIES é institucionalizado através da Portaria Ministerial nº 30, de 20 de janeiro de 2006 (ANTEAG, 2009). No entanto, é necessária a sua atualização. Logo em seguida, no ano de 2007, é realizada a segunda etapa do mapeamento da economia solidária no Brasil. Na segunda rodada do mapeamento, a pesquisa tinha o objetivo de ampliar e realizar a manutenção da base de dados do SIES/SENAES, desta forma, foi encomendada a pesquisa a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

¹**ANTEAG:** Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Atlas da economia Solidária no Brasil 2005 – 2007. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.

Contexto Histórico e Conceitual da Economia Solidária

A economia solidária, de modo geral e até mesmo simplista, é identificada/representa por meio de práticas fundamentadas em relações de cooperação, inspirada por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em detrimento à concentração da riqueza nas mãos dos detentores do capital (SINGER, 2001²). É promotora de ações de geração de ocupação e renda em larga escala e um instrumento de combate à exclusão social.

Essa nova forma de produção e consumo tem como meta privilegiar o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. Os princípios básicos da economia solidária são a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Todos os que produzem são uma única classe de trabalhadores, na qual todos são possuidores do capital através do trabalho cooperativo (SINGER, 1999).

O conceito de economia solidária compreende a teoria aliada a uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, grupos informais, empresas autogestoras, redes de cooperação, entre outras. Essas organizações realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo consciente e solidário. Assim, a economia solidária é traduzida num conjunto de atividades econômicas e sociais com as seguintes características: a) Cooperação, b) Autogestão, c) Dimensão Econômica, Solidariedade e e) A comunicação e a informação.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, sociais, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Entendida como um conjunto de atividades/experiências econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança, crédito, etc.) organizado sob a forma de autogestão. Assim, a EcoSol se constitui como a espinha dorsal organizativa de um processo de desenvolvimento

²Paul Singer. *economia Solidária versus economia Capitalista*. Sociedade e Estado, vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>.

emancipatório e sustentável. Experiências essas que vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, por meio das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e empresas de autogestão.

As iniciativas de apoio à economia solidária se apresentam como estratégias/resistência, desde os anos de 1980, por se tratarem de políticas de desenvolvimento e estarem voltadas para um público historicamente excluído e/ou que, progressivamente, vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social (PRAXEDES, 2009). Com a globalização da economia e a reestruturação produtiva, somadas à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura, responsável por um quadro de desemprego com índices jamais vistos na história (GUIMARÃES, 1999).

Essa pobreza e a exclusão social vivenciada pelos atores sociais marginalizados pelo modo de produção capitalista, está segundo Nagem; Silva (2013) ancorada na desestruturação do mercado de trabalho e na crise do emprego assalariado, ocorridos a partir da década de 1990, com a qual emergiu no Brasil uma série de discussões sobre quais os rumos e as estratégias que deveriam ser tomadas para a inclusão produtiva de uma parcela expressiva da sociedade, bem como qual o papel que o Estado deveria assumir nesse processo.

Nesse contexto de mudanças que se visualiza, um forte movimento de novas formas de organização do trabalho e da produção, bem como, importantes formas de trabalho coletivo, pois esta situação está levando vários grupos de trabalhadores a se unirem para assumir o controle da organização do seu trabalho e dos processos produtivos. Os trabalhadores se envolvem com a economia solidária motivados por aportes externos, entidades que acreditam na economia solidária como uma possível alternativa ao desemprego, que convidam os trabalhadores a participar de cursos, reuniões, feiras sensibilizando-os a se organizarem e aderirem ao processo (SANTOS et al., 2004).

Frente à conjuntura desfavorável propiciada pela dinâmica dessa sociedade no mercado de trabalho, a economia solidária aparece com maior incidência nos anos 90, como reação ao processo de fechamento dos postos de trabalho, à exclusão social, tornando-se um foco crescente de interesses e atenções, como alternativa e tentativa de inserções no mundo do trabalho. (SINGER, 2000).

Enquanto o capitalismo era compreendido como um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito de

propriedade individual, a economia solidária se trata de uma alternativa de contraposição ao capitalismo, cujos princípios básicos são: a propriedade coletiva e/ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Para alguns autores como Cunha (2003) e Singer (2003), a economia solidária deve muito às contribuições teóricas dos Socialistas Utópicos, principalmente, às experiências de associação desenvolvidas na prática pelos trabalhadores, desde a época dos Pioneiros de *Rochdale*.

Singer (2002) destaca que a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção, conhecida como Revolução Industrial (SINGER, 2002). Assim, enquanto o capitalismo devora a sociedade e aponta a obtenção de lucro como objetivo principal e meta final, a EcoSol busca garantir o direito das pessoas viverem uma vida melhor e com sentido. Como afirma Santos (2005) a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, compreendida como uma resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor do século XIX.

A ideia de Santos (2005) é reafirmada por Bocayuva; Varanda (2009. p. 14), os quais acrescentam que, o surgimento da economia solidária leva em consideração outros aspectos, além do econômico, também considera os aspectos políticos e sociais.

Do ponto de vista econômico, vincula-se a fatores como a crise do emprego e a acentuação e exclusão econômico produtiva. Do ponto de vista político, relaciona-se com a crise do Estado de Bem-Estar, decorrente da situação de falência de diversos Estados nacionais e do modelo neoliberal implementado por muitos governos, no qual o Estado deixa de se preocupar com políticas sociais e com o pleno emprego. A falta de esperanças de que sejam implementadas políticas que amenizem tal situação contribui para o aumento de uma tendência à solidariedade. Ao lado disto, cresce a importância das organizações da sociedade civil acompanhando o surgimento de uma solidariedade civil que, apesar de não inédita historicamente, apresenta um papel fundamental neste contexto.

A economia solidária vai além de uma economia de consumo. Essa economia foi concebida com uma alternativa de superação frente as mazelas do Capitalismo, e às pessoas que a adotam, um meio que viabilize uma garantia de vida melhor (SINGER, 1998). Porém, a lógica de melhoria de vida, nesse contexto está relacionada a outros fatores, e não meramente econômico, como reforça Singer (2002. p. 114-115),

[...] Uma vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho,

colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam.

Essa visão, toma como pressuposto a economia solidária, como uma economia alternativa a economia dominante, o capitalismo. Assim, a economia solidária é vista não só como uma necessidade material, mas também como uma ferramenta de transformação social e opção ideológica (CUNHA, 2003).

De tal modo, muitos acadêmicos, bem como grupos sociais passam a propalar a necessidade de apoiar e fomentar outras formas de trabalho, além do emprego assalariado, surgindo, nesse contexto, a temática da economia solidária, a qual ganhou densidade acadêmica e foi também amplamente adotada pelos movimentos sociais e sindicais no final da década (NAGEM; SILVA, 2013).

Porém, é comum, àqueles que discutem sobre a economia solidária, encontrar correntes diversas de pensadores sobre essa estratégia de desenvolvimento. Dentre essas correntes, existem os que argumentam que as experiências de economia solidária possuem princípios e práticas que se contrapõem aos princípios e práticas do sistema capitalista (MANCE, 1999; SINGER 2002). Já para pesquisadores como Gaiger (2003); Laville; França Filho (2004), esses interpretam as iniciativas de economia solidária como um modo de produção que, como tal, convive com o modo de capitalista e se relacionam. Outro grupo, no qual se enquadram Castel (1998); Quijano (2002), esses interpretam a EcoSol, simplesmente, como um movimento de reação frente as crises do vividas pelo modo de produção capitalista, assim, essas estratégias de organização são temporárias e essas estão fadadas ao desaparecimento, a partir do cessar de tais crises.

Durante a 1ª Conferência Nacional de economia Solidária (CONAES), realizada em 2006, em Brasília foi elaborado um documento, o qual retrata a visão de autores/pesquisadores/estudiosos sobre a EcoSol, afirmando claramente que, a EcoSol é uma alternativa em contraposição ao modo de produção e de desenvolvimento Capitalista (MANCE, 1999; SINGER 2002). Essa afirmação pode ser melhor compreendida a partir da Resolução nº15(I CONAES, Resolução n. 15) que diz:

A economia solidária considera o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como fins, mas como meios de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões. Hoje, no Brasil, há comunidades em situação de vulnerabilidade que se mobilizam para pôr em marcha outro desenvolvimento promovido por

empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de produtores familiares, redes, cadeias produtivas e grupos informais. (...) É nesse sentido que a economia solidária é uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário.

Neste sentido, é importante ressaltar que a economia solidária tem sido uma alternativa para milhares de trabalhadores e trabalhadoras em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho e no processo de desenvolvimento do Brasil. Segundo Culti (2009) a economia solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos.

E mais, a economia solidária – EcoSol, nesse sentido, pode ser entendida como ações de resistência, nascida predominantemente dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Trata-se de iniciativas que buscam fazer frente à crise da vida social por meio da geração de novas formas de produção, de trabalho e renda (OLIVEIRA; SANTOS, 2012). As consequências da economia capitalista para a sociedade em geral vêm sendo apontadas por diversos analistas, inclusive os que se dedicam ao estudo e se engajam nas atividades da economia solidária (BARBOSA, 2011). O desemprego crescente, reflete na sociedade um aumento do contingente dos socialmente excluídos (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010), fazendo-se necessário o surgimento de uma nova economia.

Durante o mapeamento da economia solidária, realizado por meio do Sistema de Informação em economia solidária (SIES), em 2005 – 2007, foram identificados milhares de empreendimentos econômicos de base coletiva e autogestionária que corresponde a iniciativas voltadas para cooperativas populares, empresas recuperadas por ex-empregados de empresas falidas, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação, atuando em diversos setores produtivos: agricultura familiar e/ou agroecológica, artesanato, entre outros.

Desta forma, a economia solidária passa a se constituir como estratégia de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente. Portanto, a economia solidária, em seus múltiplos aspectos, surge como uma nova “forma social de produção”, uma alternativa da sociedade excluída em reorganizar os sentidos do trabalho clássico em uma nova configuração produtiva, que possibilita a geração de renda e a

qualidade de vida. Relações sociais atípicas, no sentido ideal do capitalismo tradicional, fazem com que a economia solidária seja, essencialmente, uma alternativa de transformação social que envolve uma gama variada de formas de organização.

É válido ressaltar que, as presunções dos Empreendimentos Econômicos Solidários se sustentam, teoricamente, nos pressupostos de que, a economiacapitalista é, essencialmente, incompatível com as aspirações de existência humana saudável. Como ressalta Nunes (2009), se trata de “uma contestação mais interessante ao modelo econômico capitalista”, porque esse último está baseado na cultura do lucro, e de colocar o planeta em risco ao destruir os ecossistemas com demandas geradoras de um “consumo desenfreado, particularmente de produtos descartáveis ou supérfluos” (NUNES, 2009).

Assim, a proposta de economia solidária se efetiva como uma fonte teórica e prática de contestação do capitalismo como ressalta Gadotti (2009, p. 24-31):

A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável (...). Associamos a economia solidária com o desenvolvimento sustentável, e mais precisamente a vida sustentável, porque entendemos a sustentabilidade com o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza (...). Os empreendimentos de economia solidária distinguem-se dos empreendimentos capitalistas porque tem uma gestão democrática, relações intersubjetivas de trabalho, trabalho em rede, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas e superação do trabalho alienado.

Neste sentido, o Sistema de Informação em economia solidária – SIES, conceitua economia solidária (2007) como, “Um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.

Singer (2008, p. 289) vai mais além, define EcoSol como uma nova economia, ou ainda como,

[...] modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto [...]. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.

Assim, a proposta de economia solidária se efetiva como uma fonte teórica e prática de contestação do capitalismo, como ressalta Gadotti (2009), a economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável.

É importante destacar que, essas Organizações Coletivas são formadas por pessoas, na sua maioria, formada por grupos supra-familiares, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, bem como a distribuição dos resultados, incluindo empreendimentos que estão em processo de implantação, e com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real ao registro legal (MTE, 2013).

Isso possibilitou um significativo aumento no número das iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da economia solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável (SENAES, 2010).

Dentre as formas de organizativas dos Empreendimentos Econômicos Solidários, a pesquisa destacará aqueles identificados pelo SIES/SENAES (2013): as Associações; Cooperativas; Grupos Informais (Clubes de troca e mutirões); e Outras.

Porém, o maior desafio da EcoSol, segundo Eid (2003; 2007) esteja ligado ao fato dessa economia estar inserida em uma sociedade contraditória (capitalista), a qual é marcada historicamente por relações sociais e de produção capitalistas. O autor ressalta ainda que, apesar da sociedade capitalista ser a maioria, não se trata de uma totalidade, sempre havendo a existência de movimentos de resistência a esse processo excludente na história. E mais, levando em consideração essas características é possível concluir que o maior risco evidente para esses Empreendimentos de economia solidária, diz respeito a sua inserção no jogo da banalização de seus princípios, os quais foram duramente construídos, tendo como único propósito a busca pelo crescimento via competição, a qualquer custo com as empresas capitalistas e com os outros empreendimentos da economia popular e solidária (EID, 2003; 2007).

Apesar da importância que vêm adquirindo, essas iniciativas representadas por meio dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Essas iniciativas ainda apresentam grandes fragilidades, principalmente, no que diz respeito a implementação de Políticas Públicas, tais como: o acesso a canais de comercialização; acesso a crédito; incubação, formação e assessoria técnica, etc.

No entanto, Nagem; Silva (2013), ressaltam a importância de ampliar as discussões da economia solidária, pois, não existem indicadores para uma defesa concreta da economia solidária como um novo modo de produção, totalmente alheio ao capitalismo, dada a realidade político-institucional vigente no Brasil e na maioria dos países.

Com a insistência e resistência das entidades de apoio a economia solidária e das classes excluídas do modo de produção Capitalista, surge a demanda por ações governamentais mais efetivas. Essas ações (iniciais), partem da estruturação do Programa de economia Popular e Solidária (Ecopopsol), também chamado de Programa Oportunidade Solidária. Segundo Praxedes (2009), o Ecopopsol teve início no governo estadual do Rio Grande do Sul, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo esse o programa pioneiro no país na definição da economia solidária como estratégia de Política Pública. Como afirma Silva (2009. p. 54),

Com a ascensão de Olívio Dutra, do PT, ao governo do Rio Grande do Sul (1998-2002), foi institucionalizado o Programa de economia Popular Solidária (ECOPOPSOL) no Estado, através do Decreto nº 41.062, de 21 de setembro de 2001. Esse programa foi pioneiro no país na definição da economia solidária como estratégia de política pública. Entre seus principais eixos (Art. 2º), estavam: formação e educação em autogestão, capacitação do processo produtivo, financiamento, comercialização e incubadoras de empreendimentos.

Esse pode ser compreendido como o “ponta pé inicial” das Políticas Públicas de economia solidária no Brasil. No ano de 2002 ocorreu também a I Plenária Brasileira de economia solidária, o qual gerou como resultado a elaboração da Plataforma Nacional de economia solidária (NAGEM; SILVA, 2013). No ano seguinte, em 2003, a economia solidária ganha mais fôlego, pois, nesse ano foi institucionalizada no território nacional, agora a nível Federal, por meio do Decreto nº 4.764³ de junho de 2003, o qual aprovava a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas

³Decreto nº 4.764 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4764imprensa.htm>.

do Ministério do Trabalho e Emprego. Com esse Decreto a economia solidária assume uma Secretaria (Secretaria Nacional de economia solidária – SENAES) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). E como salienta Praxedes (2009), a SENAES surgiu por meio de mobilização de vários atores sociais organizados em torno da EcoSol.

Segundo Silva (2011), a SENAES foi criada com o objetivo de promover o fortalecimento a divulgação da economia solidária. E mais, esse fortalecimento deve partir de políticas integradas que visem a geração de trabalho e renda, bem como a inclusão socioprodutiva e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (SILVA, 2011).

A partir de 2004, os Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal, mais especificamente, nos anos de 2004 a 2007, e depois, entre os anos de 2008 a 2011, incluem orçamento para a EcoSol, no que se chamou de Programa economia solidária em Desenvolvimento. Segundo o Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de economia solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, Roberto Marinho Alves da Silva (2011, p. 64-68), é possível afirmar avanços nas Políticas Públicas de economia solidária no âmbito nacional,

Nos campos Institucionais, tais como: trabalho e renda, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial, saúde mental, resíduos sólidos urbanos, segurança e cidadania, cultura, políticas para mulheres, igualdade racial, tecnologias sociais, educação de jovens e adultos, ensino tecnológico, pesca, etc. [...] Políticas Públicas de economia solidária nos governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos, com o fortalecimento da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de economia solidária.

[...] Fortalecimento das finanças solidárias como estratégias de viabilizar o acesso ao financiamento não-especulativo de iniciativas socioeconômicas de caráter comunitário e associativo. O apoio aos Fundos Solidários e aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento está orientado para uma perspectiva de promoção do desenvolvimento local sustentável e solidário, por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias, em territórios vulnerabilizados pela pobreza.

[...] Organização da comercialização é um dos principais desafios para a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, vêm sendo realizados esforços na construção de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, estão sendo ampliadas as ações de comercialização com a promoção de ações integradas de apoio às Feiras de economia solidária e Agricultura Familiar, de implantação de Bases de Serviço de comercialização e de Centrais de Comercialização no âmbito dos territórios rurais. Também em parceria com governos estaduais e municipais, estão sendo apoiados projetos, que visam a fornecer apoio com infraestrutura necessária à produção e comercialização na economia solidária.

[...] Registram-se, também, acúmulos nas políticas de formação em economia solidária orientadas para atender prioritariamente às demandas dos empreendimentos econômicos solidários, fortalecendo o seu potencial de

inclusão social e econômica, bem como sua dimensão política emancipatória.

Além dessas Políticas Públicas de economia solidária, existem outras iniciativas que estão influenciando no fortalecimento, senão, na divulgação da economia solidária pelo território brasileiro. Um desses exemplos são as Incubadoras. A criação dessas incubadoras, com suas estratégias e metodologias significaram um grande avanço no campo das Políticas Públicas de EcoSol, mas também, um dos seus maiores desafios (PRAXEDES, 2009).

As incubadoras estão inseridas, na maioria das vezes em universidades e/ou instituições de ensino, o que possibilita que suas estratégias e metodologias de incubação, como ressalta Culti (2009) construa uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. As incubadoras são espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, sejam elas urbanas ou rurais (CULTI, 2009).

No caso da região Amazônica brasileira, é predominante a existência de Empreendimentos Econômicos Solidários nas áreas rurais. Neste sentido, outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de economia solidária nessas áreas como: o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No caso do PAA, esse programa vem sendo um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações, que realizam através dele a comercialização de seus produtos (PRAXEDES, 2009).

No entanto, a construção de Políticas Pública de economia solidária apresenta um grande desafio. Segundo Eid (2003; 2007) construir Políticas Públicas claras, as quais sejam estabelecidas em conjunto com os movimentos sociais e com a sociedade, à quem elas irão atender, e que sejam parte de um planejamento estratégico. E mais, que as pessoas a serem atendidas por essas Políticas Públicas, estejam comprometidas em conquistar sua autonomia, enquanto que essa política deverá ser um fio condutor de formação de empreendimentos solidários e autogestionários.

Categorias Teóricas Operativas – Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

Na Revolução Industrial na Europa Ocidental, entre os séculos XVIII e XIX, a sociedade vivia um processo de “modernização” de suas indústrias. Este período é marcado, segundo Vianna (2008), principalmente, pela introdução das máquinas a vapor nas fábricas, substituindo a mão de obra da época que, por conseguinte, influenciou nas relações de produção.

As relações de trabalho da época não eram as melhores, mas com a admissão desse novo modelo de crescimento econômico assumido na época, implicou cada vez mais na precarização das condições de trabalho, na redução de postos de empregos, gerou uma maior taxa de desemprego, além de limitar o poder público na geração de postos de trabalhos e na construção de políticas públicas que garantissem à melhoria das condições de trabalho e de sobrevivência à população da época (CRUZ; SANTOS, 2010).

A escassez de trabalho, na época, era tanta que a população se submetia a longas jornadas e situações precárias de trabalho, como ressalta Bulla (1992. p. 66).

As massas desempregadas se concentravam em torno das [...] regiões industriais, oferecendo mão de obra abundante, aceitando qualquer trabalho, não importando as condições [...] fazendo longas jornadas de trabalho, em torno de 15 a 16 horas por dia, sem descanso semanal e férias, com salários irrisórios.

Esse fato era agravado mais ainda em virtude do Estado, que no período era caracterizado como Estado Liberal, não garantir direitos e deveres trabalhistas, onde os direitos eram proclamados a partir da liberdade e da autonomia, sem nenhuma forma de coação ou intervenção do Estado (COUTO, 2004). Desta forma, emergem os grupos com ações coletivas. Os quais buscavam construir alternativas de trabalho e/ou geração de renda para, assim, garantir sua reprodução social.

Dentre as diversas formas de ação coletiva encontrada pelo Brasil, durante o mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, o presente trabalho se debruçará sobre as 3 (três) mais comuns mapeadas na Região Norte do Brasil. São essas: as Cooperativas; as Associações e os Grupos Informais.

Cooperativas

No Brasil, as primeiras organizações cooperativas que se têm registros são as colônias comunitárias do Sul do Brasil. Segundo Oliveira; Santos (2012) mesmo essas organizações não apresentando o formato de uma Associação ou de Cooperativa, essas organizações foram

importantes para disseminar os ideais e para os movimentos sociais vindouros. Essa ideia é reforçada por Schneider (1987. p.149) ao dizer que:

Las primeras organizaciones explícitamente cooperativas que se fundaron en el país fueron las cooperativas de consumo, en el año de 1891, emLimeira, estado de São Paulo. En seguida vimos la cooperativa Militar de Consumo en Rio de Janeiro em1894. Después, en 1895 la Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco y 1897 la Cooperativa de Consumo de los Empleados de la Campaña Paulista, emCampinas, São Paulo.

A partir do ano de 1980, apesar das cooperativas no campo (meio rural) terem se multiplicado, no mesmo momento, ações associativistas ganham destaque, especialmente aquelas de inserção aos programas governamentais (OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

Dentre os projetos e programas, os autores destacam o Projeto Nordeste, criado em 1985, por meio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), o qual trazia as propostas de planejamento participativo, constituindo-se como um importante veículo de disseminação de grupos organizados, principalmente, associações, com destaque às comunidades rurais do Brasil, haja visto que, essas formas de organização da sociedade agrária era patrocinada pelo governo se constituía como um importante mecanismo de entrada do capital no meio rural brasileiro (OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

Mas, independentemente, de estar no meio rural ou no urbano, as cooperativas têm como principal finalidade a relação econômica. As Cooperativas têm como objetivo viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto ao mercado. Assim, a busca pelo bem estar, neste caso, parte do princípio de que, a valorização do trabalho e o acesso a renda – recursos financeiros, podem viabilizar a melhoria na qualidade de vida dos cooperados (BRASIL, 2007).

É válido ressaltar que, nas cooperativas os cooperados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que o processo por eles organizado propiciará. As sobras que, porventura, houverem das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão em assembleia geral, serem distribuídas entre os próprios cooperados, sem contar o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperados ou da venda dos produtos por eles entregues na cooperativa.

Sobre a forma de organização cooperativista, Marx; Engels *apud* Novaes (2011, p. 38-39) já afirmavam que,

[...] Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns “hands” [operários] audazes [...] Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram

que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848.

Porém, deve haver cuidado para que essas formas de organização social não acabem reproduzindo as mesmas características percebidas nas empresas de modo de produção capitalistas. Pois, na obra *O Capital*, de Marx (2008, p. 587), o autor ressalta que,

As fábricas cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associados os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Eles mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. [...] Tanto as empresas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção associado, com a diferença que num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva.

Essa proximidade, administrativa/financeira, entre as empresas patronais e as cooperativas se deve, principalmente, as questões econômicas, pois ambas estão inseridas constantemente no mercado de produção e consumo, mas também realizando trocas de mercadorias e de capital. Todavia, como ressaltado, anteriormente por Marx (2008, p. 587) as cooperativas usam as contradições geradas pelo capital de forma positiva, afim de garantir a superação da pobreza – pela geração de emprego e renda, daqueles que antes eram (são) excluídos e/ou marginalizados pela sociedade capitalista.

No que diz respeito a outras formas de organização (Categorias Teóricas Operativas) existem aquelas que buscam a reprodução social dos indivíduos envolvidos. No entanto, as relações são mais direcionadas ao contexto da vida social, deixando a geração de renda em segundo plano, ou ainda, não sendo esse o principal objetivo da organização. Neste caso, podem ser compreendidas as Associações e os Grupos Informais.

Associações

O associativismo, por ser um princípio básico e/ou inspirador dos moldes organizacionais de base coletiva está mais relacionado a organizações de cunho social, com o objetivo de garantir aos menos favorecidos da sociedade a capacidade de reivindicar ações aos atores dessas classes. Como ressalta Schneider (1991, p. 70),

Os movimentos associativistas modernos surgiram como uma forma de minimizar os impactos da revolução industrial sobre os homens, através da luta de classe operária contra os traumas sociais – carga horária de trabalho, relações de gênero, entre outros fatores; e econômicos – baixos salários, condições de trabalho, que os afligiam diante das transformações em curso.

As associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia, isto é, as ações e objetivos das associações estão mais voltados às atividades promotoras do bem estar social, não necessitando que estes estejam ligados a fatores de geração de renda, isto é, a fatores econômicos.

No Brasil, as Associações, bem como as Cooperativas apresentaram maiores destaques no segmento Agropecuário, pois o país vivia em 1960, um período de modernização da agricultura e do meio rural/agrário (OLIVEIRA; SANTOS, 2012). No entanto, foi a partir de 1980 que as Associações do meio rural apresentaram maior destaque. Segundo Lisboa (2007), no ano de 1985 foi criado o Projeto Nordeste, que por meio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) foi disseminado no território nacional, mais especificamente, no meio rural, as associações que garantiriam maiores ações e investimentos governamentais no meio.

Apesar das Associações serem constituídas como entidades sem fins lucrativos, no período de 1985, foi por meio dessas organizações sociais que o governo conseguia injetar investimentos de cunho social e produtivo no meio rural/agrário. Essa intensificação da ação governamental se deu pelas propostas de desenvolvimento de comunidades, constituídas como expressão das massas subjugadas da sociedade (LISBOA, 2001).

Segundo Oliveira; Santos (2012) o surgimento das práticas organizacionais no Brasil, se deu com maior expressividade no meio rural. Isso se deve a uma relação de ajuda mútua que essas populações do meio rural já apresentam uns com os outros (atividades coletivas, em mutirões comunitários). E traçando uma comparação com as Cooperativas, nas Associações, os associados não são propriamente os seus “donos”. O patrimônio acumulado pela

associação, em caso da sua dissolução, deverá ser destinado à outra instituição com atividades e/ou interesses semelhantes (BRASIL, 2007).

Grupos Informais

No contexto do Mapeamento da economia solidária na Amazônia brasileira, se pôde identificar organizações de pessoas que não se classifique enquanto Cooperativa ou Associação, mas que desenvolvem algum tipo de atividade coletiva que tenha como finalidade o bem estar socioeconômico dos atores envolvidos no processo. Neste caso, essas organizações foram classificadas como: Grupo Informal.

Segundo Oliveira (2006) os grupos informais são aqueles que surgem das relações sociais entre os membros da organização de forma espontânea e, portanto, não possuem uma representação formal. Nesses grupos não existem chefes, mas sim líderes. Reforçando essa ideia, Maximiano (2009) diz que os grupos informais se constituem por vontade dos membros que os compõem, e não por decisão externa da sociedade. Neste caso, há um reconhecimento desses atores sociais com seu grupo e com as atividades desenvolvidas pelo mesmo.

A denominação Grupo Informal se dá, em virtude de não haver, na maioria dessas organizações, um regimento que defina regras (direitos e deveres) entre as pessoas que as compõem. Essas relações são constituídas, de forma preponderante, por familiares, vizinhos, por grau de parentesco, e não está regido por um estatuto social, como no caso das Cooperativas e Associações.

Segundo Sampaio, Alves, Lenz(2010) no contexto da economia solidária, surge a proposta dos Clubes de Trocas, também denominados Feira de Trocas ou Encontro de Trocas. Os autores ressaltam que, embora a ideia principal seja a troca de “algo por algo”, as trocas não se resumem a bens e/ou serviços, mas também a troca de saberes, ideias, olhares, carinhos, sorrisos e aconchegos.

Os autores enfatizam que, na sua maioria, senão todas as pessoas, todas as pessoas já realizaram trocas solidárias em algum momento de sua vida, mesmo elas não tendo o entendimento quanto a esse conceito de “troca”. O exemplo dessas situações são os momentos de crises e/ou de dificuldades: catástrofes; acidentes, onde há doação de roupas e alimentos para os necessitados; ou ainda na troca de serviços por alimentação, por exemplo (SAMPAIO, ALVES, LENZ (2010).

Essas são situações que evidenciam uma forma de organização social muitas vezes presente no meio, mas que se apresenta de forma invisível à sociedade cada vez mais

individualista e voltada para a troca propriamente dita de bens e serviços por dinheiro (capital).

A outra forma de organização social dos Grupos Informais é, provavelmente, a mais comum e facilmente identificada em comunidades rurais, é o caso do mutirão comunitário. O trabalho em mutirão, de acordo com Maricato (1982) se baseia na cooperação entre as pessoas, a partir das trocas de favores, nos compromissos familiares, diferente das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho.

Comumente, nas áreas rurais os indivíduos, principalmente, em virtude da escassez de mão de obra familiar – seja pela idade dos filhos (por serem criança ou adolescente) ou pelo êxodo rural (busca de educação/trabalho nos centros urbanos) aqueles que estão (continuam) no campo – meio rural, acabam por encontrar nas ações em mutirão, uma alternativa para reduzir custos na produção; aumentar a eficiência execução da atividade agrícola; e sobretudo, garanti a reprodução social e familiar.

Economia Solidária na Amazônia Brasileira

A Amazônia brasileira é um espaço, ou melhor, um “grande espaço geográfico”, que comporta uma diversidade social, cultural e ambiental – fauna e flora, que a faz ser um potencial econômico para o Brasil. Porém, a ideologia desenvolvimentista construída para a região Amazônica brasileira foi, segundo Loureiro (2002), baseada na medíocre exploração de seus recursos naturais, que antes atendia a Metrópole e depois passou a servir a federação. Sendo essa apenas uma das perdas e danos causados pelo equívoco conhecimento sobre a Amazônia brasileira.

Essa ótica desenvolvimentista é bem aguçada quando observados as publicações mais antigas. Na obra intitulada de *A Problemática da Amazônia: Os investimentos Privados e a Política Financeira do Governo*, aborda vários trabalhos sobre a perspectiva de desenvolvimento que deveriam ser adotados para a geração de emprego e renda na região Norte do Brasil.

O “desenvolvimento da Amazônia” para os autores/pesquisadores, principalmente, em virtude da lógica produtiva da época, a visão tida sobre o desenvolvimento, tanto o abordado pelo Mendes (1969) quanto por Andrade (1969) estavam ancorados em uma perspectiva, meramente econômica, produtivista, com o foco na exportação – *agribusiness*. Enquanto que as discussões sobre fatores de cunho social, ambiental, político, geográfico, etc. não tinham tanta importância, tão pouco eram mencionados nos textos quanto o debate econômico.

Essa construção sobre o pensamento econômico, no que diz respeito ao tema desenvolvimento, como aborda Eid (2011) tem pelo menos duas correntes distintas. O autor ressalta que, uma corrente trata os temas desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos. E a outra perspectiva está mais voltada à realidade empírica, o crescimento seria compreendido como uma condição indispensável, mas não única para o desenvolvimento (EID, 2011).

A perspectiva desenvolvimentista para a Amazônia perdurou (perdura) baseado em ideologias, visões errôneas quanto a região. Uma das visões tidas sobre a Amazônia, era, de que, segundo Valette (1969) tratava-se de áreas extensas, com baixos índices populacionais; economia baseada no extrativismo – vegetal e animal; com vias de acesso, predominantemente, fluviais, ou seja, as características abordadas são reais e representam a Região Norte. No entanto, a visão de Valette (1969) constrói um discurso que culmina com o debate político da década de 1960-1970. O autor afirma que, para se desenvolver a Amazônia, seria necessário integra-la ao restante do território nacional, ocupar essa Amazônia com pessoas capazes de usufruir dessa vasta extensão de terras, produzindo e não apenas coletando produtos (extrativismo) produzindo, de modo a tornar a Amazônia um potencial agrícola, em índices produtivos/econômicos.

Para Loureiro (2002) a visão errônea que se teve da Amazônia brasileira como um espaço fecundo de terras agricultáveis, com elevado índice pluviométrico, água a disposição, entre outros fatores, foram alguns dos equívocos observados. Para aqueles que chegavam a Amazônia brasileira, e observavam a dimensão territorial e a diversidade da fauna e da flora, compreendia esse espaço como uma terra superabundante, por alguns considerado o celeiro do mundo (LOUREIRO, 2002). Pelos processos “desenvolvimentistas” pelos quais a Amazônia passou e continua passando, nota-se que está na hora de (re) pensar essa lógica de desenvolvimento que não esteja baseado apenas na ótica econômica, mas que considere a corrente de pensamento, mais voltada a realidade empírica (EID, 2011).

Para a Amazônia, um dos maiores desafios, segundo Reis (2015) é pensar estratégias que possam conciliar o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, haja vista que, o modelo de desenvolvimento estruturado no território, nas últimas décadas, buscou explorar os recursos naturais para atender às demandas da sociedade, a partir do estímulo ao consumo. Vale salientar ainda que, os processos políticos que sustentaram o dito desenvolvimento da Amazônia, principalmente, os voltados a agricultura familiar, estavam ancorados em uma base tecnocientífica (MORIN, 1996). No entanto, de acordo com Ribeiro

(2011) nas últimas décadas esse modelo de desenvolvimento está sofrendo drásticas recusas, e sendo adotada uma perspectiva mais próxima da realidade local – empírica.

No Brasil, assim como na região Amazônica brasileira, a agricultura familiar é uma atividade de grande predominância, responsável pela geração de renda e ocupação de mão de obra. Entretanto, também diz respeito a uma das atividades de grande impacto para o meio ambiente. Como ressalta Dal Soglio (2013) a agricultura é uma das atividades humanas que mais impactam os ecossistemas, fazendo-se necessário analisar esses impactos sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável. E mais, os efeitos da agricultura se agravam ao longo da história, tornando-se predatórios aos ecossistemas. Esse fenômeno (predatório) ocorreu a partir do momento em que o “lucro” passa a ser o principal objetivo da agricultura, reduzindo a produção de alimentos, o qual seria destinado a manutenção familiar, à segundo plano (VAN DE PLOEG, 2008).

Essa perspectiva de desenvolvimento da agricultura familiar também diz respeito as formas e metodologias de acesso as técnicas de produção, informação e formação, ao (re) conhecimento do espaço – regional, territorial, local e familiar, entre outros. As técnicas adotadas no período de implantação dos projetos neoliberais advinham de uma perspectiva difusionista.

Então, para a Amazônia brasileira, deveria-se adotar um método de assistência técnica baseado na ótica que trata Paulo Freire (1992) reconhecendo a ATER como indispensável para a agricultura familiar, onde as técnicas devem partir do “tema gerador”, ou seja, do interesse endógeno, do agricultor/povo, o que possibilita ao extensionista com sua assessoria ir além de um mero treinamento técnico.

Essa perspectiva da extensão participativa pontuada por Freire é abordada na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, instituída pela Lei Nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010⁴. O objetivo que se tinha por meio dos serviços de ATER, implantados no território nacional até a década de 1940, era baseado na modernização da agricultura familiar e na industrialização da produção. Com a PNATER ressalta que “está fundamentada em aspectos básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável”. Esse desenvolvimento rural sustentável é estimulado/efetivado, a partir da geração de renda e ocupação – geração de renda e novos postos de trabalho.

⁴ Vê mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm.

Freire (1992) salienta ainda que, essa perspectiva de libertação possibilitada por meio da extensão multidisciplinar não coaduna com os aspectos políticos adotados pelas entidades de ATER. Para que se alcance melhores resultados quanto a assistência técnica na região Amazônica brasileira, agricultores familiares entre outras categorias sociais constituem organizações sociais que possam lhes representar junto as entidades governamentais e não governamentais, a fim de garantir que prevaleça a lógica do “tema gerador” das organizações sociais.

Algumas experiências de assistência e/ou assessoria técnica voltada a ótica que trata Paulo Freire sobre a extensão, estão sendo realizadas na região Norte do Brasil. Essa ATER vem por meio das dinâmicas de ensino, extensão e pesquisa realizados pelas incubadoras universitárias. Segundo Barbosa et al (2005) as atividades acadêmicas da incubadora se inserem num contexto socioeconômico e sócio-político, cujas referências estão centradas nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, ao longo dos anos 90, que tiveram impactos substanciais na estrutura do emprego e nas relações de trabalho no Brasil.

É importante ressaltar que, essa assistência técnica objetiva ainda a construção de um espaço para realização de atividades práticas. O papel da universidade na extensão universitária é construir, sistematizar e difundir um conhecimento construído na relação entre teoria e prática, a partir do envolvimento com a sociedade (SOUZA; BARBOSA; REIS, 2009).

É observado, e torna-se um diferencial das incubadoras universitárias, as atividades de assistência/assessoria técnica não apenas ao indivíduo, mas a grupos de pessoas com finalidades comuns (associações, cooperativas, grupos informais, etc.). O que poderia ser compreendido como problemática, por se tratar de várias pessoas, na verdade se torna um potencial, pois as trocas de saberes/conhecimentos realizadas entre os técnicos e os atores sociais, ou ainda, entre os próprios atores sociais envolvidos na atividade, acaba propiciando dinâmica formativa mútua que destoa da perspectiva da ATER difusionista.

Nesse sentido, as cooperativas populares e empreendimentos econômicos solidários, conforme Barbosa et al (2005) se constituem como importantes e reais alternativas capazes de garantir ocupação, geração de trabalho, inclusão social, isto é, melhoria nas condições de vida das populações envolvidas, embora ainda sejam tão expressivas no que diz respeito a capacidade dessas organizações em garantir a implementação de políticas públicas de

infraestrutura e serviços coletivos no enfrentamento dos problemas da pequena produção, seja no âmbito urbano ou rural.

Destarte, conforme Reis et al. (2015), a economia solidária tem contribuído para a organização socioprodutiva da agricultura familiar, na Amazônia brasileira, garantindo a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais inseridos nessas organizações, por meio das associações, cooperativas, mas também, a partir das articulações em rede de empreendimentos solidários, cuja mobilização produtiva se constitui como elemento central do desenvolvimento territorial rural na região, baseado na cooperação e não na competição entre os empreendimentos.

METODOLOGIA

Para a caracterização do panorama da economia solidária, na Amazônia brasileira, mais especificamente, na Região Norte do Brasil, a metodologia utilizada será a Metodologia Social, por meio da abordagem da Pesquisa Descritiva. Segundo Gil (2008) a conceituação dessa metodologia se dá de modo complementar.

A *Pesquisa*, pode ser definida como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimento científico (GIL, 2008). Ainda segundo Gil, quanto ao contexto *Social*, se trata de um sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais.

Portanto, a partir das definições sobre *Pesquisa* e *Social*, Gil (2008) afirma que se pode definir Pesquisa Social como sendo um processo que utiliza a metodologia científica, permitindo a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social em estudo.

Assim, o uso dessa metodologia para identificação e caracterização do panorama da economia solidária na Amazônia brasileira, tem por finalidade apresentar informações acerca do objeto de estudo/análise da pesquisa, os quais compreendem as Cooperativas, Associações e Grupos Informais, no âmbito da Região Norte do País.

Metodologia da Pesquisa Descritiva

A Pesquisas descritivas, de acordo com Lakatos; Marconi (1991) tem por objetivo, delinear e/ou analisar as características de um determinado fato – fenômeno, variável,

buscando avaliar os resultados, sendo indicada de forma mais específica para abordagens de cunho quantitativo. Comumente, esses fatos– fenômeno, variável, quando associados diretamente a uma população, não estão consolidados em documentos e os dados têm que ser coletados diretamente onde são encontrados, ou seja, na realidade natural da população pesquisada (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Foi realizado um levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros e teses que tratam sobre economia solidária; omapeamento da EcoSol; principais formas de organização em empreendimentos econômicos solidários; segmentos; as características dessas organizações; entre outros. Esses documentos se tornaram complementares para compreender quais medidas de políticas públicas estão sendo tomadas acerca da economia solidária. Haja vista que, a caracterização desses EES da Amazônia brasileira poderá ser utilizada como uma possível ferramenta para implementação depolíticas públicas, na região em estudo.

Com isso, a pesquisa Descritiva se propõeem mensurar as características descritas, bem como suas hipóteses, as quais podem derivar da teoria, e normalmente, servem para direcionar o processo da pesquisa e fornecer uma relação (lista) daquilo que precisa e/ou se almeja mensurar (HAIR JR. et al., 2005).

A Pesquisa Descritiva, normalmente, usa dados de levantamentos e se caracteriza por, em dadas situações, apresentar hipóteses especulativas que não especificam relações de causalidade (AAKER, KUMAR; DAY, 2004). De modo geral, a Pesquisa Descritiva, como argumenta Vergara (2000), expõe as características de determinada população e/ou fatos – fenômeno, variável, podendo ou não, estabelecer correlações entre variáveis e define sua natureza.

Neste sentido, o uso da Pesquisa Descritiva é de grande valia, uma vez que, se fez necessário a realização de uma caracterização teórica e metodológica da economia solidária na Amazônia brasileira. Além de levantar informações capazes de nortear a pesquisa. Como por exemplo, identificar as principais formas de organização dos atores sociais na região, e caracteriza-los, levando em consideração os diversos segmentos, assim como as suas atividades de produção de bens e serviços; crédito e finança solidária; trocas, comércio e consumo solidário, etc.

Isto é, a Pesquisa Descritiva trabalha com as características de uma população, de um fenômeno, ou ainda, pode estabelecer correlações entre as variáveis e/ou definir a natureza de tais correlações (VERGARA, 2000).Essas características, quando relacionadas possibilitaram

a caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários encontrados na Região Norte do Brasil. Desta forma, foi elaborado uma base de dados no SPSS (*Statistical Package for the Social Science*) com a qual, analisou-se os dados para a elaboração do Atlas com o panorama da economia solidária na Amazônia brasileira.

Assim, a metodologia foi dividida em uma análise da Amazônia Brasileira, visando identificar a área de abrangência da pesquisa, bem como a contextualização histórica da Região em estudo. Posteriormente, apresentou-se o SIES (Sistema de Informação em economia solidária) do qual se obteve a base do mapeamento da EcoSol, no qual foram encontradas as informações de todas as unidades da federação brasileira, no contexto da economia solidária, atualizado em 2013.

Amazônia Brasileira – Área de abrangência da Pesquisa

A abordagem quanto ao panorama da economia solidária, no caso desta pesquisa, se limitou a Região Norte do Brasil, compreendida como Amazônia brasileira. Há uma discussão política quanto ao uso da nomenclatura “Amazônia brasileira”, em virtude da sua utilização no período de implantação da SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, segundo Rocha; Oliveira (2011), esse plano de desenvolvimento foi deflagrado em 1953, e a utilização da nomenclatura Amazônia brasileira correspondia a porção da Amazônia Internacional que está localizada no território brasileiro. Os autores ressaltam que apesar de se tratar de um espaço natural, nesse caso se delimitou o espaço por meio de um ato político, de planejamento para o desenvolvimento da região em questão.

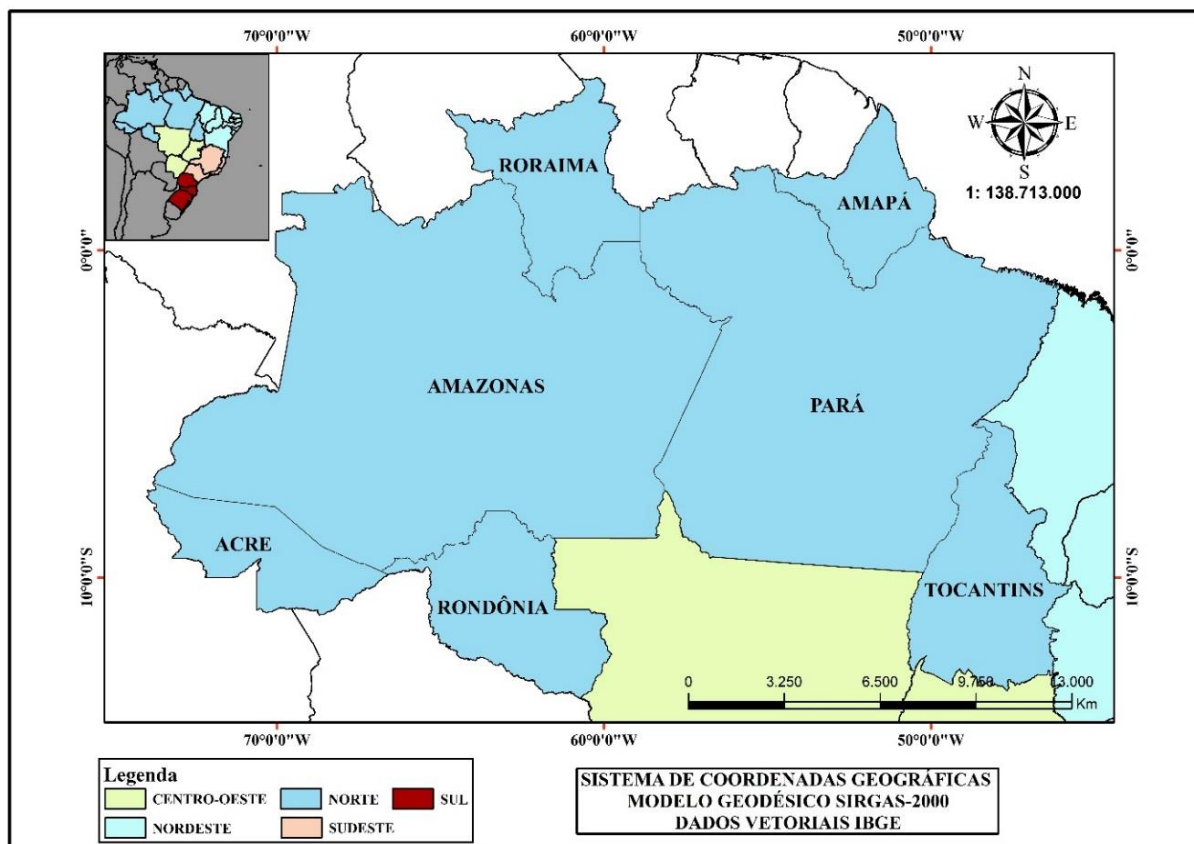
Neste sentido, a Amazônia brasileira abordada na pesquisa, é delimitada a porção que compreende a Região Norte do Brasil. Assim, é válido ressaltar que a Região Norte é composta por 7 estados da federação brasileira, a saber: o estado do Acre com um total de 22 municípios; Amapá com seus 16 municípios; Amazonas com 62 municípios, Pará composto por 144 municípios; Rondônia com 52 municípios; Roraima com seus 15 municípios e Tocantins com seus 139 municípios.

Apesar de tratar a Amazônia brasileira como um complexo de estados da Federação brasileira, é importante salientar a diversidade ambiental, cultural, social, política e econômica que existe no espaço. Essa diversidade, ou seja, a heterogeneidade da região, não foi levada em consideração durante períodos *Desenvolvimentistas* na Amazônia, por meio de entidades de apoio e implantação dessas dinâmicas e atividades.

Dentre essas entidades/instituições *Desenvolvimentistas*, está a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Com planos e planejamentos que objetivavam o crescimento econômico da região, porém, não levava em consideração as especificidades locais. Certamente, essa lógica de desenvolvimento era equivocada. Os *Desenvolvimentistas* se equivocaram e cometeram erros, como afirma Loureiro (2002), pois, consideraram a Amazônia um espaço homogêneo, mesmo ela (a Amazônia) apresentando um território/espaço de mais de “5 milhões de Km²”.

Porém, essa ótica desenvolvimentista que considera a Amazônia brasileira um espaço potencial para a expansão do agronegócio – *agribusiness*, continua assolando as populações dessa região brasileira, como reforça Loureiro (2002), infelizmente, a Amazônia tem sido, e de maneira paradoxal, vítima daquilo que ela tem de mais especial – sua magia, sua exuberância e sua riqueza, na Amazônia, ainda são acometidos muitos equívocos, bem como são construído muitos mitos, por causa da sua exuberância e por seus recursos naturais (LOUREIRO, 2002; 2009). Conforme **Figura 1**.

Figura 1: Área de abrangência da pesquisa – Região Norte do Brasil.



Fonte: Própria dos Autores (2017).

Para a Região Norte do Brasil, se tem grandes desafios, mas o principal deles, neste momento, é tentar construir estratégias de desenvolvimento que considerem suas especificidades, e as características das populações que compõem essa região. É compreender e traçar um plano de desenvolvimento, com base na fala de Bertha Becker (1996), que diz:

A Amazônia é um dos últimos grandes e ricos espaços povoados do planeta e grande reserva territorial da sociedade brasileira, mas a biodiversidade e o delicado equilíbrio ecológico regionais tornam o seu desenvolvimento uma incógnita e um desafio às ciências mundial e nacional.

Assim, compreendendo essas características e especificidades sobre a Região Amazônica, área de estudo, se faz necessário uma contextualização histórica sobre a mesma.

Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES

O Sistema de Informações em economia solidária (SIES) é uma iniciativa pioneira no país e no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Políticas Públicas de economia solidária. Essa iniciativa teve início em 2003, quando a Secretaria Nacional de economia solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de economia solidária, recentemente criados, assumiram conjuntamente a tarefa de realizar um mapeamento da economia solidária no Brasil com o objetivo de proporcionar a visibilidade e a articulação da economia solidária, bem como, oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas (BRASIL, 2009).

Da constituição do SIES, como afirmam Culti; Koyama; Trindade (2010), tinha o objetivo de organizar uma base nacional de informações que contribuísse para a visibilidade, o fortalecimento e a integração dos empreendimentos de economia solidária através do cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização. Essa base de informações, deveria oferecer subsídios aos processos públicos de reconhecimento das iniciativas de economia solidária, para a formulação de políticas públicas e para a elaboração de um marco jurídico às organizações que compõem esse segmento (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010).

Assim, o SIES nasce com objetivos definidos e inéditos, tanto no contexto nacional, quanto internacional. Segundo o Boletim Informativo da Base de Dados do SIES⁵ (SENAES, 2013) o sistema tinha como objetivos:

⁵Boletim Informativo, ano V, da Base de Dados do SIES. Disponível em:<<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/Acontece%20SENAES%2014%20-%20SES%20e%20Atlas.pdf>>.

a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à economia solidária; b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária.

É válido ressaltar que, a constituição do SIES, entre os anos de 2004 e 2007, permitiu com que milhares de Empreendimentos Econômicos Solidários, de base coletiva e autogestionária, fossem identificados e caracterizados no território nacional brasileiro (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010). E mais, os autores ressaltam ainda que, o sistema veio preencher uma lacuna em termos de conhecimento sobre a real situação da economia solidária no Brasil, se apresentando como um importante instrumento para o planejamento de políticas públicas garantindo o início do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade do mundo do trabalho que até então não era captada em pesquisas oficiais no Brasil.

Desta forma, é possível por meio do SIES, se compreende políticas públicas de economia solidária como ações, projetos e/ou programas que são desenvolvidos ou realizados por meio de órgãos da administração direta e indireta, sejam nas esferas municipal, estadual ou federal, tendo como objetivo o fortalecimento da economia solidária (BRASIL, 2009). Para isso, se faz necessário compreender que as Políticas Públicas de economia solidária possuem as seguintes características:

- a) Os beneficiários diretos são trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição;
- b) As ações podem ser caracterizadas como de:
 - Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários;
 - Assistência técnica e organizativa aos Empreendimentos Econômicos Solidários, inclusive o apoio técnico para formalização (registro), formulação de projetos, planos de negócios, diagnóstico, estudos de viabilidade econômica etc.;
 - Fomento e apoio à constituição de Redes de Cooperação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários e/ou à articulação de arranjos e cadeias produtivas solidárias;
 - Apoio a processos e mecanismos de comercialização de produtos e serviços (feiras, exposições, centrais de comercialização etc.) dos Empreendimentos Econômicos Solidários, incentivando práticas de Comércio Justo e Solidário e de Consumo Consciente;

- Incentivos e implantação de mecanismos para ampliação da participação dos EES nos processos de compras e aquisições governamentais de bens e serviços;
 - Fornecimento de crédito para apoio às iniciativas econômicas dos Empreendimentos Econômicos Solidários;
 - Apoio, assessoria e fomento às iniciativas de finanças solidárias (cooperativas de crédito solidário, fundos rotativos solidários, bancos comunitários etc.);
 - Formação, capacitação e qualificação social e profissional de trabalhadores/as e/ou sócios(as) dos EES;
 - Formação de educadores, agentes comunitários e de gestores públicos para atuação em economia solidária;
 - Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos (estudos, pesquisas e tecnologias sociais) apropriados às necessidades e demandas de fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários;
 - Disseminação e divulgação (campanhas) da economia solidária para sensibilização de trabalhadores/as visando a adesão e participação dos mesmos em processos de constituição de novos Empreendimentos
 - Apoio a processos participativos de desenvolvimento e formulação de marco jurídico apropriado à economia solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas);
 - Apoio à estruturação de fóruns, redes, conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de políticas públicas de economia solidária.
- c) As políticas públicas de economia solidária são institucionalizadas por meio de instrumentos, tais como:
- Previsão em marco jurídico regulatório (lei, decreto, portaria etc.) ou
 - Previsão de programa ou ação em Plano Plurianual (federal, estadual ou municipal) ou
 - Previsão em estrutura regimental de órgão(s) público(s) executor da política pública de economia solidária.
- d) As ações possuem previsão ou dotação orçamentária própria ou oriunda de financiamentos, acordos e convênios com outras instâncias governamentais, organismos multilaterais e outras organizações nacionais e internacionais de cooperação (BRASIL, 2009).

Como fruto do mapeamento para levantamento de dados e alimentação do Sistema de Informações em economia solidária (SIES) foi possível identificar e visualizar milhares de Empreendimentos Econômicos de base coletiva e autogestionária. Dentre as regiões mapeadas, a Região Norte do Brasil. Neste sentido, a proposta foi, por meio da Base do SIES/SENAES (2013), identificar e caracterizar os EES encontrados na Amazônia brasileira e sua relação com a superação da pobreza e a geração de emprego, renda e possibilitar, a partir da caracterização da EcoSol na região Norte do Brasil, informações que possam ser utilizadas para a implementação de políticas públicas na região.

É importante destacar que, os dados disponibilizados pela base do SIES/SENAES (2013) eram “grosseiros”, havendo a necessidade de tabulá-los, tratá-los e, posteriormente,

realizar as análises que possibilitaram identificar, caracterizar e tipificar os Empreendimentos Econômicos Solidários na região Amazônica brasileira. A seguir será apresentado esse processo de tabulação e tratamento do banco de dados do SIES/SENAES (2013).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base de dados do SIES/SENAES (2013) está disponível em arquivo Excel. Essa base é resultado do Mapeamento da economia solidária, realizado entre os anos de 2009 a 2011. O questionário aplicado era composto por 171 questões organizadas em 9 seções, a saber: **I** – Identificação e abrangência; **II** – Características predominantes dos sócios; **III** – Características gerais do empreendimento; **IV** – Tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação de trabalho dos sócios; **V** – Situação do trabalho dos não sócios; **VI** – Investimentos, acesso a crédito e apoios; **VII** – Gestão do empreendimento; **VIII** – Dimensão sociopolítica e ambiental; e **IX** – Apreciações subjetivas a respeito do EES.

Para a realização de tabulações; cálculos estatísticos; construção de tabelas e gráficos, além de outros procedimentos, a base do SIES/SENAES (2013) foi submetida ao programa estatístico *StatisticalPackage for the Social Science* (SPSS), onde as variáveis nominais referentes às perguntas fechadas do questionário são definidas por números, por exemplo, número 1 (**1**), de forma que a codificação de suas categorias seguiu a numeração contida no questionário, e em dados casos foram codificadas com numeração sequencial (por exemplo: **1a**; **1b**; **1c**; etc.).

Com os dados coletados em campo, não se buscou fazer apenas uma análise quantitativa dos resultados tabulados, isto é, apresentando apenas dados relacionados a quantidade das principais organizações identificadas; do local com maior concentração das mesmas; ano de constituição, entre outros. O programa estatístico SPSS possibilita, além de organizar e realizar levantamentos estatísticos na base do SIES/SENAES (2013) também correlacionar as variáveis encontradas, o que proporcionará uma melhor caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários, na Região Norte do Brasil.

A proposta de utilizar o SPSS como *software* estatístico está ancorado na eficiência em analisar os bancos de dados de maneira quantitativa-qualitativa. Quantitativa relacionado aos dados coletados que dizem respeito ao: número de EES; quadro social (composição do quadro por mulheres e homens, jovens, etc.); local com maior incidência desses EES; principais produtos; quantidade de produção; entre outros fatores analisados. Já no que

concerne a análise qualitativa, será analisado fatores que podem influenciar no aparecimento, crescimento e/ou redução dos fatores quantitativos.

Meirelles (2014) ressalta que, o *software* (SPSS) garante uma análise mais profunda de dados quantitativos, porém valorizando, ou melhor, não rejeitando a importância das informações qualitativas coletadas nas pesquisas de campo (perguntas abertas e/ou de múltipla escolha) mais comum nas ciências sociais.

Desta forma, todos os dados coletados foram tabulados e organizados no banco de dados do *software* SPSS. É importante ressaltar que, o objeto da pesquisa foi analisar as informações sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários da região Norte do Brasil, mapeados entre os anos de 2009 a 2011, os quais compõem o banco de dados do SIES/SENAES (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Economia Solidária na Região Norte do Brasil

Com base nos dados do SIES/SENAES (2013) foi possível identificar um montante de 19.708 (Dezenove mil setecentos e oito) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), em todo o território nacional brasileiro. Desse total de EES, 8.040 (40,8%) estão sediados na Região Nordeste do Brasil; seguido por 3.292 (16,7%) na Região Sul; 3.228 (16,4%) Região Sudeste; na quarta posição a Região Norte com 3.127 organizações, equivalente a 15,9%; e na última colocação a Região Centro-Oeste do Brasil com 2.021 EES (10,3%). Conforme **Tabela 1**.

Tabela 1. Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, por região.

Região	Proporção de EES
Nordeste	40,8
Sul	16,7
Sudeste	16,4
Norte	15,9
Centro-Oeste	10,3
Total	100

Fonte:Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Do total de organizações sociais mapeadas, a pesquisa se debruçou sobre os empreendimentos da Região Norte do Brasil. Na Região Amazônia Brasileira estão 15,9% dos

Empreendimentos Econômicos Solidários brasileiros, a frente apenas da Região Centro-Oeste, onde estão 10,3% dos EES.

Tabela 2. Distribuição dos EES da Região Norte e de municípios em que foram mapeados EES, por UF.

UF	Quantidade de EES	Proporção de EES (%)	Quantidade de Municípios em que existem EES	Proporção de Municípios em que existem EES (%)
Pará	1.358	43,4	90	62,5
Tocantins	404	12,9	92	66,2
Amazonas	378	12,1	21	33,9
Acre	341	10,9	20	90,9
Amapá	328	10,5	15	93,8
Rondônia	238	7,6	37	71,2
Roraima	80	2,6	14	93,3
Total	3.127	100,0	289	64,2

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Na Região Norte foram identificadas 3.127 organizações, em 289 municípios mapeados, o que corresponde a 64,2% dos municípios da região em estudo. Com o mapeamento é possível perceber uma expressiva superioridade do estado do Pará, no que diz respeito a quantidade de Empreendimentos Econômicos Solidários, em relação aos demais estados da região. Segundo o banco de dados do SIES/SENAES (2013) 43,4% das organizações de economia solidária, estão localizadas no estado do Pará. Enquanto que, apenas 2,6% dos EES da região estão no estado de Roraima. A **Tabela 2.** mostra a distribuição dos EES da Região Norte; número de municípios mapeados por Unidade Federativa.

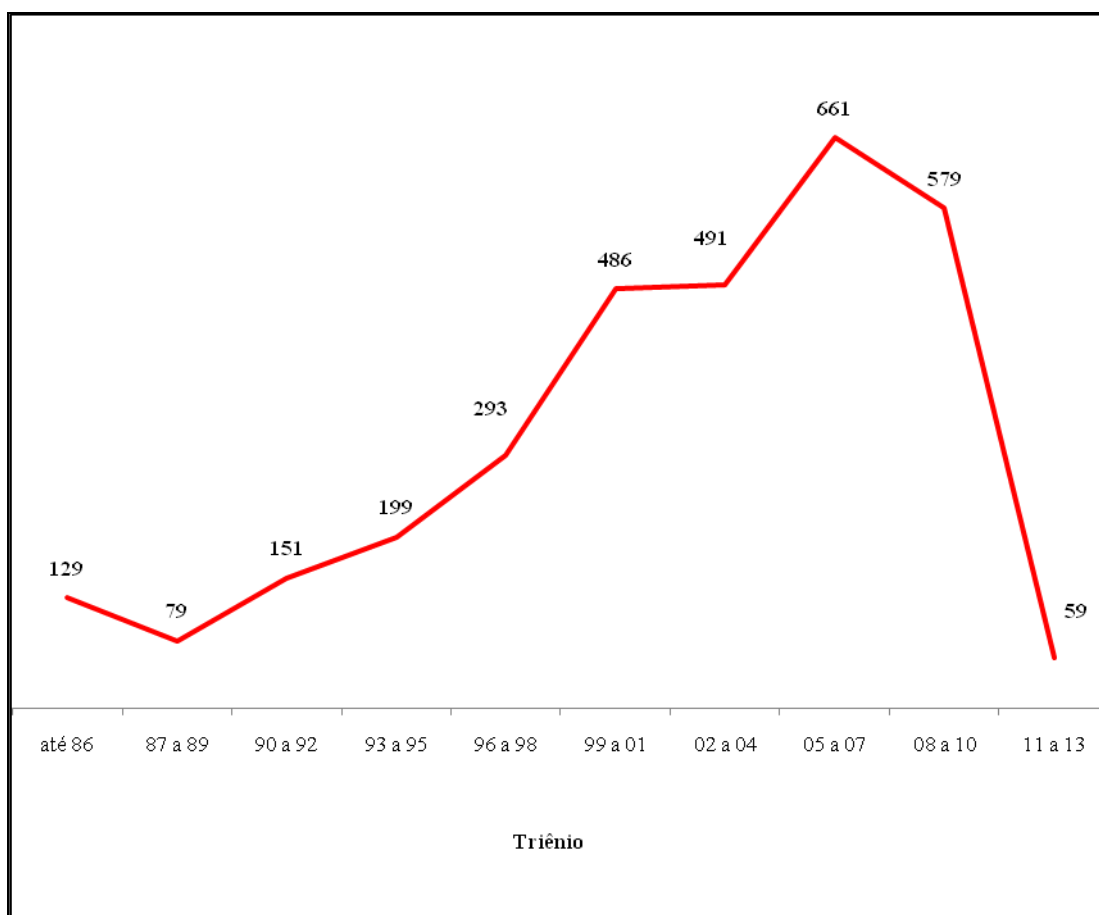
Início das atividades pelos EES da Região Norte

Com base nos dados coletados pelo mapeamento da economia solidária SIES/SENAES (2013) é possível afirmar que, os empreendimentos sediados na região Amazônica brasileira iniciaram suas atividades, efetivamente, no início da década de 1950. Essa efetivação das organizações sociais ocorre ao mesmo tempo em que se iniciam projetos de cunho *desenvolvimentistas* para a Amazônia brasileira. Como por exemplo, a implantação da SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (ROCHA; OLIVEIRA, 2011). Evidentemente, o surgimento dessas organizações foi meio tímido. Essa “timidez” perdurou até o final da década de 1970.

Com o passar das décadas, o número de organizações sociais ganha espaço tanto no contexto Nacional, quanto na região em questão. No Brasil, surgem as primeiras experiências de incentivo a economia solidária, as quais datam da década de 80, tendo como precursores os Projetos Alternativos Comunitários (PACS) desenvolvido pela Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) visando gerar trabalho e renda de forma associada para moradores pobres em zonas urbanas e rurais (SINGER, 2002).

Singer (2002) ressalta ainda outra experiência, iniciada na década de 80, mas implementadas, efetivamente, em 1991, foi a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) a partir da tomada da massa falida de empresas pelos trabalhadores. E nesse contexto entidade e movimentos sociais impulsionavam essas organizações, tais como: MST, em 1989, que passou a promover a agricultura cooperativa em seus assentamentos e criou o Sistema Cooperativista dos Assentados; a criação da rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’s - em 1999, dentro das universidades; a Agência de Desenvolvimento Comunitário – ADS, também em 1999, por meio da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em parceria com a Unitrabalho, entre outras (SINGER, 2002).

Gráfico 1. Distribuição dos EES da Região Norte, pelos triênios em que iniciaram suas atividades.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

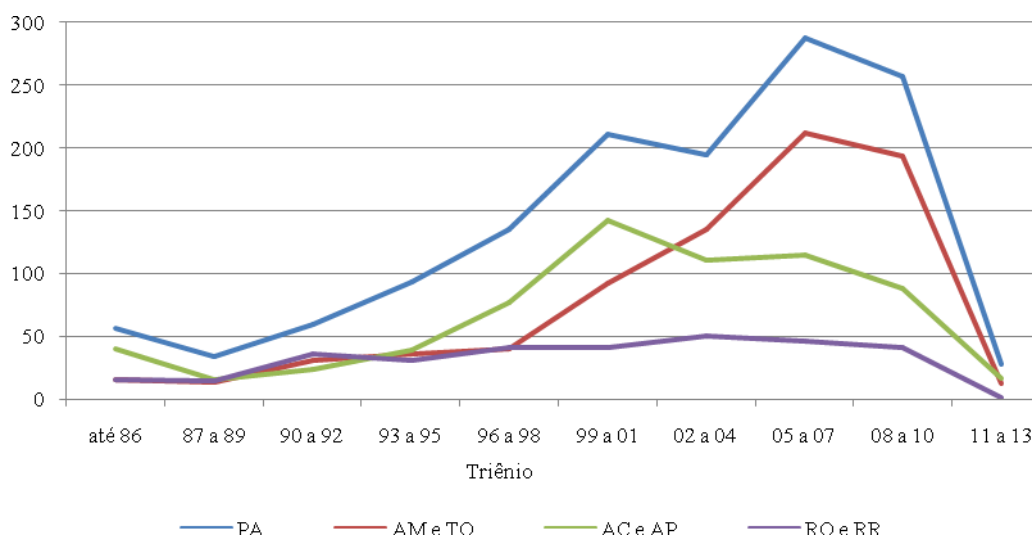
E no começo dos anos de 1980, mais precisamente, no ano de 1986, são iniciadas as atividades de 129 Empreendimentos Econômicos Solidários na região Norte do Brasil, determinadas pelo movimento da economia solidária que estava se projetando no território Nacional. Esse crescimento foi gradativo, conforme **Gráfico 1**. Algo observado na pesquisa, diz respeito ao intervalo de tempo, entre os anos de 2005 e 2007, período em que 661 empreendimentos iniciaram suas atividades na região – sendo considerado o *clímax* da constituição de EES na região Norte do Brasil.

Do total de 3.127 empreendimentos mapeados na região Amazônica, destes cerca de 40% iniciaram suas atividades no intervalo de 2005 a 2010. Se for mais além, considerando um intervalo de 1999 até 2010, se pode concluir que mais de 70% das organizações mapeadas tiveram suas atividades iniciadas nesse período.

Quando se analisa o início das atividades dos empreendimentos da Região Norte, por estado, percebem-se semelhanças entre alguns estados, tanto nas quantidades de empreendimentos iniciados em cada triênio, quanto no padrão de crescimento destes números de organizações sociais. Não havendo diferença significativa desse padrão de crescimento, se

agrupou os estados com maior proximidade. É o caso dos estados do Amazonas e Tocantins; Acre e Amapá; e Rondônia e Roraima. Conforme **Gráfico 2**.

Gráfico 2. Distribuição dos EES da Região Norte, pelo triênio em que iniciaram suas atividades, segundo os estados.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

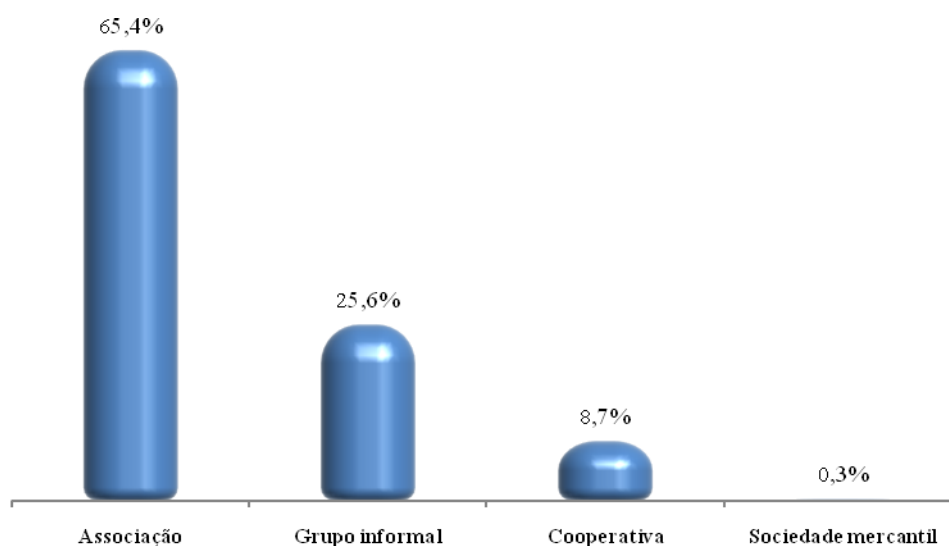
O tratamento dos dados, possibilitou observar que, nos estados do Pará, Amazonas e Tocantins, existe um padrão de crescimento acentuado na quantidade de EES que vai até o triênio de 2005 a 2007, de acordo com o **Gráfico 2**, o estado do Pará apresentou um número de empreendimentos maior. No entanto, o crescimento foi padrão. Após este período, se percebe um crescimento mais suave. Já nos estados do Acre e Amapá, este crescimento é maior somente até o triênio de 1999 a 2001, se tornando menor após este período. Enquanto que em Rondônia e Roraima o crescimento, após o triênio de 1990 a 1992 estável até o triênio de 2008 a 2010.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO

Principais Categorias Teóricas Operativas da Amazônia Brasileira

Após o tratamento dos dados do SIES/SENAES (2013) se conclui que, na região Norte do Brasil há uma predominância de Empreendimentos Econômicos Solidários sob a forma de Associação, equivalente a mais de 65% do total mapeado. Os Grupos Informais representam pouco mais de 25%; seguido por 8,7% do total de Cooperativas (**Gráfico 3**).

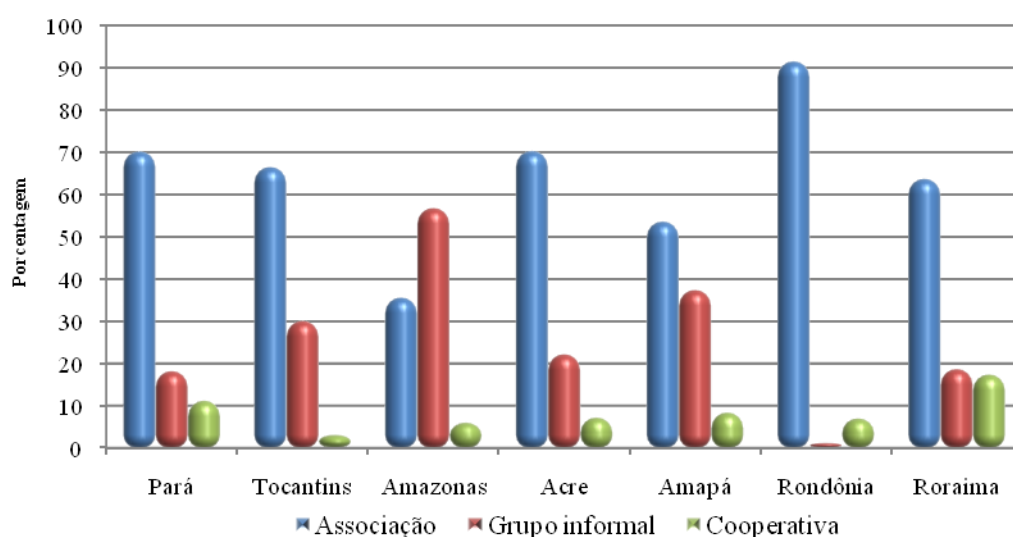
Gráfico 3. Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Essa predominância de Empreendimentos Econômicos Solidários sob a forma de Associação é contínuo em quase todos os estados da região Amazônica (**Gráfico 4**). A única exceção é o estado do Amazonas, no qual a forma mais comum de organização são os Grupos Informais, os quais equivalem a mais de 50% das organizações sociais do estado. Já o estado de Rondônia, a predominância de Associações, atinge mais de 90% das organizações mapeadas.

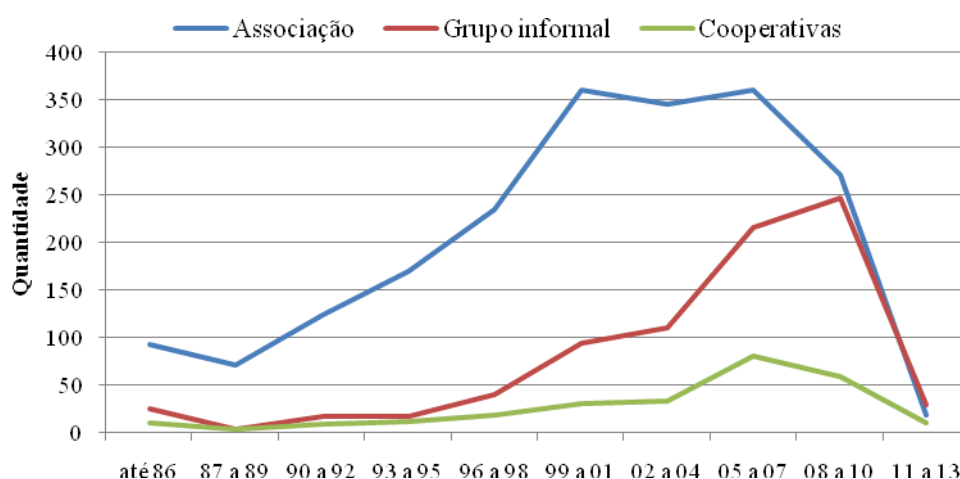
Gráfico 4. Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização, segundo o estado



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

A análise dos dados mostram que as Associações da região Norte do Brasil, apresentam um crescimento contínuo desde o triênio de 1987-1989 até 1999-2001, quando atinge o ápice no número de Associações constituídas na região. No caso dos Grupos Informais, há um crescimento seguindo até o triênio de 2008-2010. Conforme mostra o **Gráfico 5**.

Gráfico 5. Distribuição dos EES pela forma de organização segundo o triênio de início das atividades.

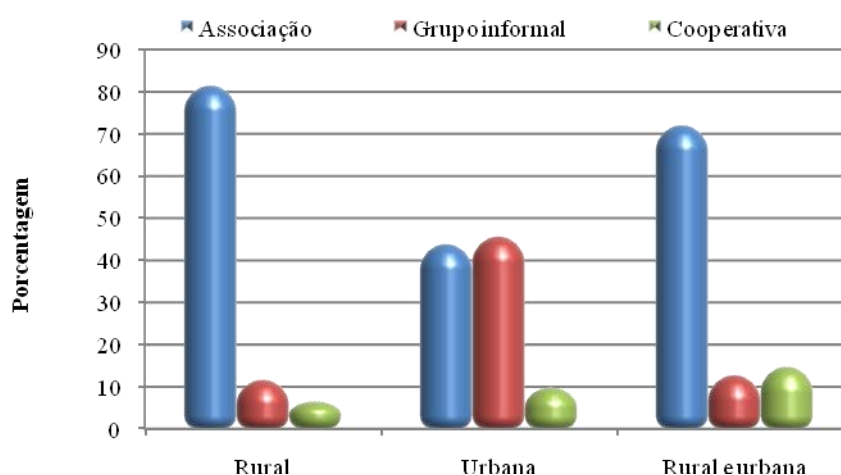


Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Outra questão observada na pesquisa, está relacionada as formas de organização social e o meio biofísico no qual estão inseridas. Como na maioria das localidades Rurais a lógica de organização tem a finalidade de organizar a população não objetivando de modo imediato a questão econômica. Vale salientar que não se trata de um desprendimento dos fatores

econômicos, apenas não representa o objetivo central da organização. Desta forma, os Agricultores Familiares (Produtores rurais, Aquicultores, Piscicultores, Apicultores, Extrativistas, Ribeirinhos, etc.) optam pela constituição de Associações, a qual tem um cunho organizativo mais social. Tanto que, os dados da pesquisa mostram que mais de 80% das Associações estão sediadas nas áreas Rurais da região Norte do Brasil (**Gráfico 6**).

Gráfico 6. Distribuição dos EES, pela forma de organização, segundo a área de atuação



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Quando se analisa a área Urbana, as organizações mais comuns são as Associações e os Grupos Informais, representando mais de 40% das organizações. No que diz respeito as Cooperativas, essa forma de organização não é tão predominante na área rural, apresentando um leve crescimento na área Urbana. Porém, quando observadas as organizações com atividades nas áreas Rurais e Urbana, concomitantemente, as Associações continuam liderando, mas a presença de Cooperativas se torna mais acentuada que nas situações anteriores, e os Grupos Informais se apresentam como os menos relevantes.

Tabela 3. Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte, pela forma de organização

Forma de organização	Média do total de sócios	Proporção de sócios do sexo feminino
Associação	70,1	46,2%
Grupo informal	17,2	62,6%
Cooperativa	60,8	35,7%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Outro ponto a ser destacado na pesquisa, está relacionado a presença de sócios do sexo feminino. Os dados do mapeamento SIES/SENAES (2013) identificaram que, a atuação de

mulheres é, extremamente, superior nos Grupos Informais, onde a proporção chega a mais de 62,5% dos sócios (**Tabela3**). As Associações e Cooperativas também apresentam uma média acentuada de sócios do sexo feminino, mas nenhuma das últimas formas de organização apresentam mais de 50% do total de sócios.

Durante o tratamento dos dados do mapeamento SIES/SENAES (2013) foi possível ainda, identificar as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários da Região Norte do Brasil. Para isso, utilizou-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) sendo essa a classificação utilizada pelo SIES.

EES da Região Norte do Brasil - Características Predominantes

Das Principais Atividades Econômicas

O Sistema de Informação em economia solidária (SIES) utiliza a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para caracterizar os EES, de acordo com as atividades desenvolvidas.

Na região Amazônica, segundo a análise da CNAE, quanto as principais atividades realizadas, é possível identificar 3 (três) atividades de maior relevância. **1) Indústrias de Transformação** – caracterizada pela Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de produtos diversos; Confeção de artigos do vestuário e acessórios; Fabricação de produtos têxteis e outras. **2) Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura** – caracterizada pela Agricultura, pecuária e serviços relacionados; Pesca e aquicultura; Produção Florestal. **3) Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas** – caracterizada pelo Comércio Varejista; Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas. Conforme mostra a **Tabela 4**.

Tabela 4. Distribuição dos EES da Região Norte segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE em níveis de Seção, Divisão e Grupo.

SEÇÃO		DIVISÃO		GRUPO	
Indústrias de Transformação	47,1%	Fabricação de produtos alimentícios	43,7%	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	76,1%
				Fabricação de outros produtos alimentícios	25,3%
				Laticínios	13,7%
				Outras	8,1%
		Fabricação de produtos diversos	23,5%	Fabricação de produtos diversos	69,9%
				Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes	33,2%
				Outras	9,0%
		Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10,1%	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	88,6%
				Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	12,8%
		Fabricação de produtos têxteis	7,7%	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	69,3%
				Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	27,2%
				Outras	3,5%
		Outras	15,6%		
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	40,2%	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	87,4%	Produção de lavouras temporárias	51,1%
				Produção de lavouras permanentes	45,2%
				Pecuária	21,7%
				Outras	11,6%
		Pesca e aquicultura	26,6%	Pesca	42,5%
				Aquicultura	8,3%
		Produção florestal	5,3%	Produção florestal - florestas nativas	92,6%
				Outras	16,4%
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	16,2%	Comércio varejista	68,9%	Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	72,6%
				Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	20,3%
				Outras	13,7%

		Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	20,1%	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	100%
				Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	18,6%
				Outras	6,9%
		Outras	0,1%		
	Outras		15,6%		
	Sem resposta		0,7%		

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

É importante ressaltar que, apesar de se compreender a região Amazônica brasileira, mais como um espaço agropecuário/agrícola, há uma expressiva quantidade de atividades relacionadas a existência de espaços industriais – atividades voltadas à Indústria de Transformação.

Essa predominância de EES – mais de 47% da região Norte do Brasil, dentro da seção **Indústrias de Transformação**, isto se deve, principalmente, as atividades desenvolvidas pelos estados do Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins. Enquanto que, as características mais acentuadas para a região – em virtude das dimensões espaciais e biofísicas do meio, existe uma predominância nos empreendimentos dos estados de Rondônia, Acre e Pará, os quais realizam atividades incluídas na seção **Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura**. Vale destacar que nos estados de Rondônia e Acre essa predominância é ainda mais acentuada (Gráfico 7).

Gráfico 7. Distribuição dos EES, pela forma de organização, segundo a CNAE em nível de seção.



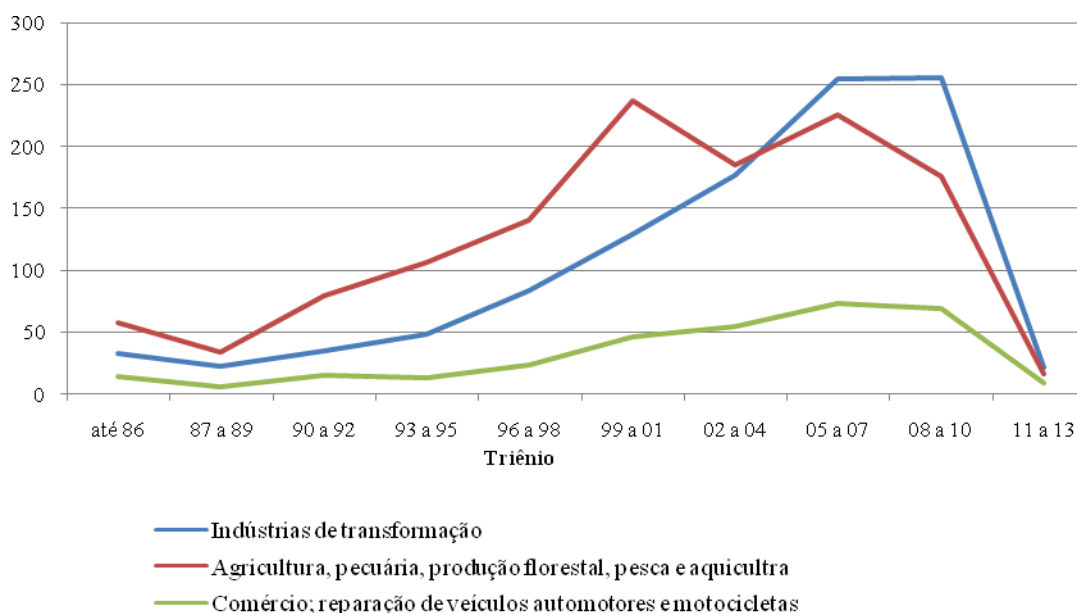
Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Essa apresentação inicial quanto as principais atividades desenvolvidas pelas organizações mapeadas na região Norte do Brasil, se faz necessária, pois, determinadas informações irão remeter a CNAE. Porém, ainda neste capítulo, será tratado, com mais clareza: os principais produtos produzidos coletivamente pelas organizações; os produtos citados pelas organizações da região Norte como principal (dentro de sua categoria); e das categorias citadas, como se dá a distribuição por estados, dentro da Amazônia brasileira. Essas informações serão apresentadas, no decorrer da pesquisa.

Desta forma, com a análise dos dados do mapeamento SIES/SENAES (2013) se pode afirmar que, a quantidade de empreendimentos, cujas principais atividades econômicas realizadas pertencem à **Seção 2** – denominada **Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura**, possui um padrão de crescimento maior até o triênio de 1999 a 2001, em comparação ao crescimento observado após este período (**Gráfico 8**).

Quanto a quantidade de empreendimentos, cujas principais atividades econômicas realizadas pertencem à **Seção 1** de atividades classificadas **Indústrias de Transformação**, essa seção possui um crescimento, a partir do triênio de 1987 a 1989, seguindo até 2005 a 2007, se mantendo constante até o triênio de 2008 a 2010. O que mostra uma tendência das organizações em não trabalhar apenas a lógica da produção de matéria prima, mas de agregar valor aos seus produtos, por meio das indústrias de transformação.

Gráfico 8. Distribuição dos EES pelo triênio em que iniciaram suas atividades, segundo a CNAE em nível de seção.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

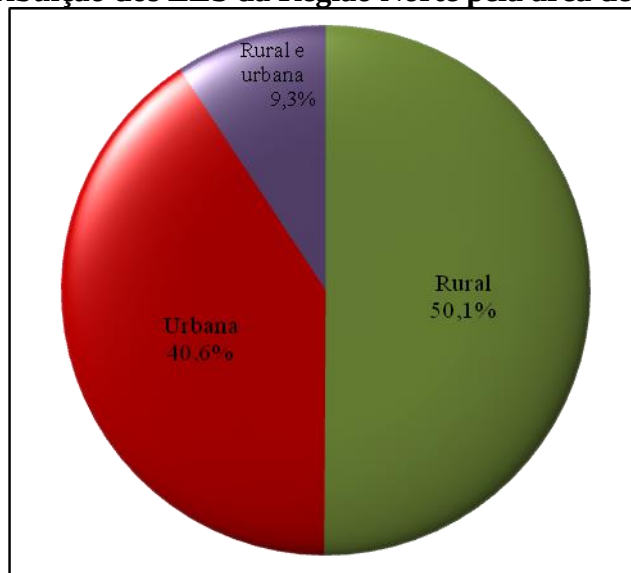
Vale ressaltar que, as atividades realizadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários, estão estritamente relacionadas com a área de atuação da organização; com a origem e/ou histórico de vida de seu quadro social; etc. Essas características serão observadas a seguir.

Da Área de Atuação dos EES

A pesquisa, por meio das análises dos dados mapeados, mostram que as atividades desenvolvidas pelas organizações sociais estão (inter)relacionadas com o meio biofísico na qual estão inseridas. E mais, em determinadas situações, acaba sendo estratégias desses atores sociais como forma de enfrentamento a determinadas situações colocadas pelo meio envolvente.

Como por exemplo, a constituição de Associações e/ou Cooperativas nas áreas rurais para acessar Políticas Públicas, como a venda de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Ou ainda, a organização de Associações de Consumo nas áreas Urbanas para acessar produtos de qualidade a um valor justo (inferior ao comércio) para seu quadro social. Essas são algumas estratégias que esses atores sociais buscam para se inserir em uma sociedade excludente.

Gráfico 9. Distribuição dos EES da Região Norte pela área de atuação

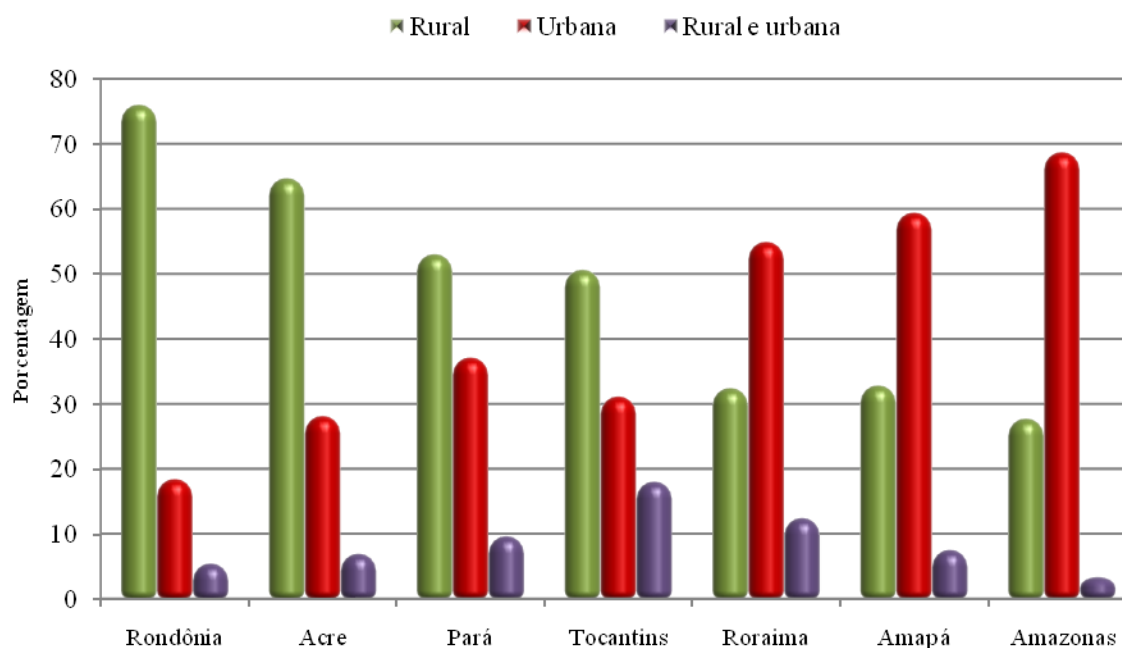


Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

De acordo com o **Gráfico 9**, observa-se a existência de organizações sociais atuando nas áreas urbanas; rurais ou nas duas concomitantemente. Esse último caso, trata das organizações que trabalham tanto com a produção de produtos, quanto com a transformação e/ou comercialização dos mesmos, seja em centros comerciais próprios e/ou espaços públicos (caso das feiras livres). Como pôder ser visto, a maioria dos empreendimentos da região Norte do Brasil estão sediados nas áreas rurais, equivalente a mais de 50% dos casos, seguido pelas organizações das áreas urbanas com seus pouco mais de 40% de empreendimentos. Enquanto que, apenas 9,3% dos EES tem atuação tanto na área rural quanto na área urbana, ao mesmo tempo.

Pode ser observado no **Gráfico 10**, que nos estados de Rondônia e Acre, existe uma forte predominância de empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural. Em Rondônia, por exemplo, a proporção de empreendimentos na área rural atinge 76%. Enquanto que, nos estados do Amazonas, Amapá e Roraima, a predominância é de empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana desses estados. No Amazonas, em particular, a proporção de empreendimentos na área urbana é de 69%.

Gráfico 10. Distribuição dos EES da Região Norte pela área de atuação, segundo o estado.



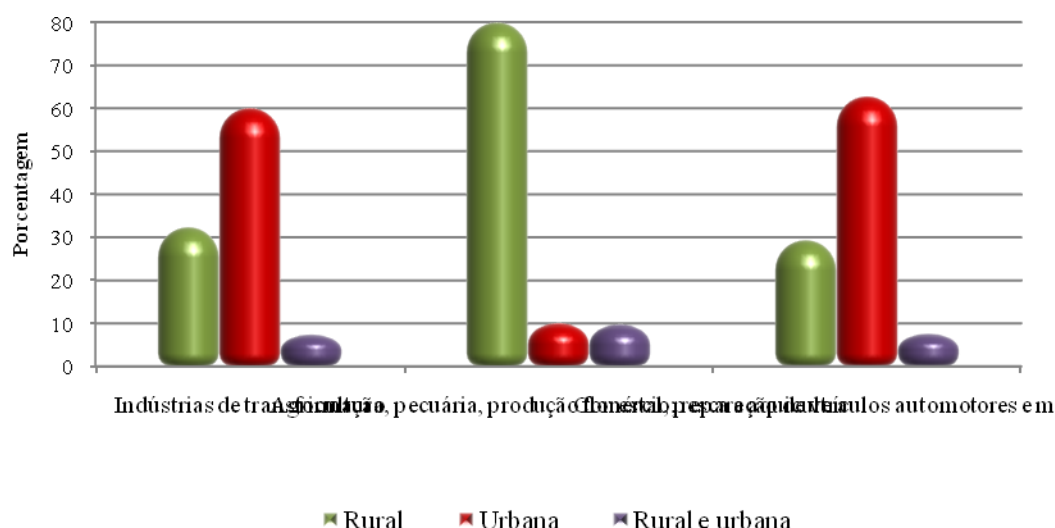
Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Caso diferente ocorre nos estados do Pará e Tocantins. Em ambos os casos, a presença de empreendimentos que atuam somente na área rural ou somente na área urbana está em maior equilíbrio. Porém, no estado do Tocantins se encontra a maior proporção de empreendimentos que atuam simultaneamente nas duas áreas (Rural e Urbana). As atividades desenvolvidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários da região Norte do Brasil, fica evidente a relação existente entre a área de atuação e a atividade desenvolvida.

Quanto as atividades desenvolvidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários da região Norte do Brasil, é clara a relação existente entre a área de atuação e a atividade desenvolvida. O **Gráfico 11**, apresenta correlação entre variáveis filtradas do mapeamento da economia solidária, na Amazônia brasileira, segundo dados do SIES/SENAES (2013). As variáveis foram: área de atuação e a atividade desenvolvida pelo EES. Assim, se conclui que a

área de atuação da organização, determina o que a mesma produz ou poderá produzir, ou ainda, que a área de atuação é determinante para a construção de estratégias de ação coletiva, a ser realizada pelos atores sociais da organização.

Gráfico 11. Distribuição dos EES da Região Norte pela área de atuação, segundo a CNAE em nível de seção.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Por exemplo, segundo a CNAE, a **Seção 2 – Agricultura, Pecuária; Produção Florestal; Pesca e Aquicultura**, a partir dos dados mapeados, se apresenta com incidência nas áreas rurais da região Amazônica brasileira, isto é, o meio biofísico (espaço) se tornou um fator determinante para a escolha da atividade mais adequada/ideal a ser desenvolvida. Da mesma forma que, as **Seções 1 e 3**, de caráter, naturalmente, mais urbano, suas atividades são desenvolvidas em área exclusivamente urbana, ou em área rural e urbana concomitantemente. E, novamente, o meio biofísico (espaço) se tornou um fator determinante para a escolha da atividade mais adequada/ideal a ser desenvolvida.

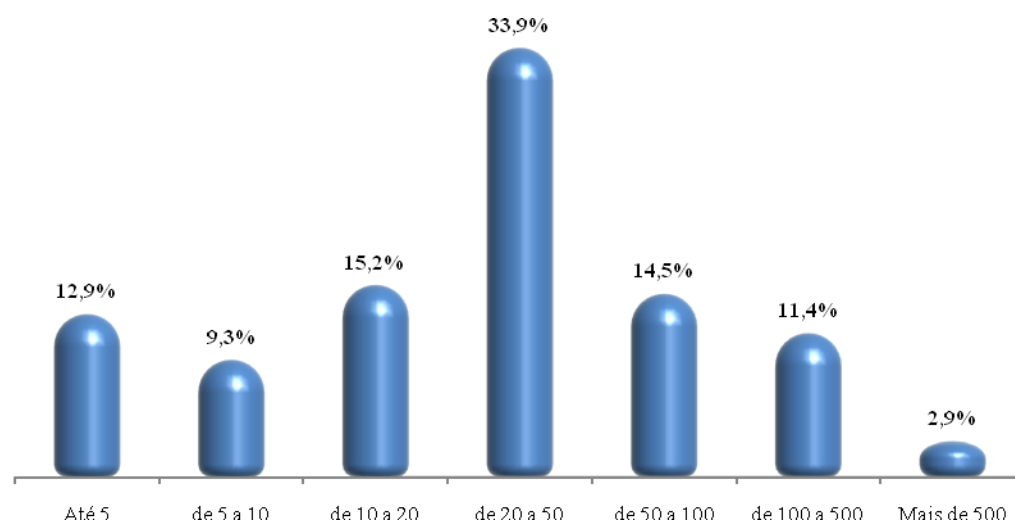
Dos Sócios

A quantidade média de sócios identificadas nas organizações sociais da região Norte do Brasil com o mapeamento da economia solidária SIES/SENAES (2013) é de 56 (cinquenta e seis) pessoas por empreendimento (**Gráfico 12**). Vale ressaltar que, durante o tratamento dos dados se fez necessário a exclusão das organizações com mais de 700 sócios – equivalente a 2% do total de organizações mapeadas. A exclusão desses empreendimentos se deu, em virtude de

apresentarem valores, extremamente, surreais para a região. Em determinadas organizações era possível observar a presença de até 6.000 (seis mil) sócios, o que não é a realidade dos EES da região Amazônica brasileira.

Na região Norte, o estado que lidera com a maior média de sócios é Rondônia com 64 sócios (média) e com menor número está o estado do Amazonas com, em média, 40 sócios por EES.

Gráfico 12. Distribuição dos EES da Região Norte pelo número de sócios pessoas físicas.

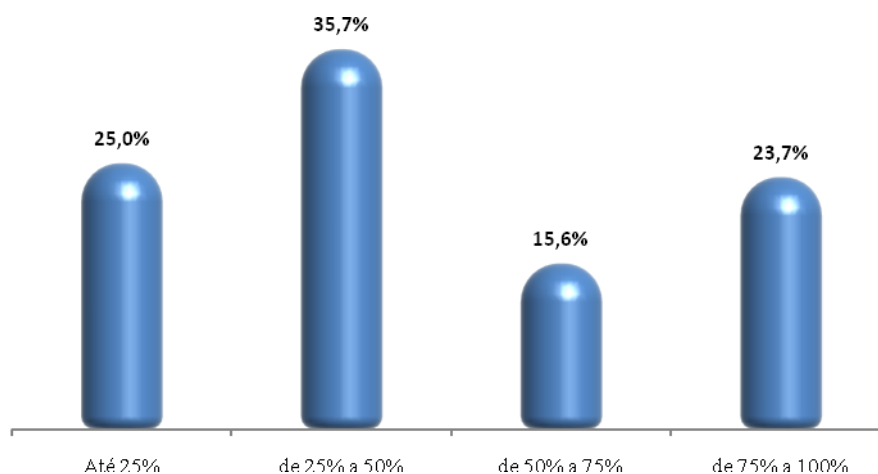


Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Observou-se que o quadro social dos empreendimentos da região Norte do Brasil, ainda é dominada pelo sexo masculino. Os dados do mapeamento confirmaram que, a média de mulheres nos Empreendimentos de economia solidária é de 46%. Mas, para ser mais preciso nos dados, 61% dos EES da Amazônia brasileira é composto por até 50% de mulheres, enquanto que apenas 39% tem no seu quadro social mais de 50% de mulheres.

Conforme análise dos dados contidos na **Tabela 5**, é possível perceber que em relação as principais atividades econômicas realizadas pelas organizações sociais, os EES com maior média para o número de sócios são aqueles que trabalham com atividades relacionadas com a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Sendo que, os empreendimentos que desenvolvem atividades ligadas à pesca e aquicultura, ou à produção florestal, nesses dois casos, a quantidade média de sócios é expressivamente superior à que possui os EES que trabalham com Agricultura, pecuária e serviços relacionados.

Gráfico 13. Distribuição dos EES da Região Norte, pela proporção de sócios do sexo feminino que possuem.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Os empreendimentos que apresentam no seu quadro social um maior número de mulheres, essas organizações atuam mais expressivamente com atividades relacionadas a Indústria de Transformação. Principalmente, as atividades ligadas a fabricação de produtos têxteis. Enquanto que, os empreendimentos com menor proporção de sócios do sexo feminino estão relacionados as atividades ligadas a Agricultura; pecuária; produção florestal; pesca e aquicultura, onde dessas atividades, a pesca e aquicultura são as que menos agregam mulheres, chegando a uma proporção de apenas 33%.

Tabela 5. Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte, por estado; principal atividade econômica/CNAE em nível de seção e divisão e; área de atuação.

Estado	Média do total de sócios	Proporção de sócios do sexo feminino
Rondônia	64	40%
Pará	60	44%
Amapá	59	57%
Roraima	58	29%
Tocantins	54	49%
Acre	51	46%
Amazonas	40	50%
Seção CNAE		
Divisão CNAE		
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	68	39%

Pesca e aquicultura	142	33%
Produção florestal	105	51%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	60	41%
Comércio; reparação de veículos automotores e motos	44	52%
Comércio atacado, exceto veículos automotores e motos	52	42%
Comércio varejista	43	54%
Indústrias de transformação	37	65%
Fabricação de produtos alimentícios	44	51%
Fabricação de produtos têxteis	44	85%
Fabricação de produtos diversos	31	77%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	26	74%
Área de atuação		
Rural	59	40%
Urbana	46	54%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Outro ponto importante, está relacionado a predominância de mulheres pela área de atuação do empreendimento. Os empreendimentos que atuam na área rural apresentam uma média de 59 sócios por empreendimento mapeado, enquanto que nas áreas urbanas essa média cai para 46 por empreendimento. Porém, quando se trata da participação (atuação) das mulheres nos empreendimentos, a situação inverte. A quantidade média de mulheres em empreendimentos rurais é de 40%, enquanto que nos urbanos chega a 54%.

Isso se deve ao fato de nas áreas urbanas estarem concentrados, principalmente, os empreendimentos voltados as atividades da Indústria de Transformação, o qual ocupa maior volume de mão de obra feminina. No caso da fabricação de produtos têxteis, essa ocupação da mão de obra feminina pode chegar até 85% do total ocupado.

Outro fator que pode influenciar na tomada de decisão quanto as atividades a serem desenvolvidas pela organização social, trata da origem desses atores sociais. Pois, com o mapeamento na região Norte do Brasil, é possível perceber a forte presença de homens e mulheres oriundos de povos ou comunidades tradicionais.

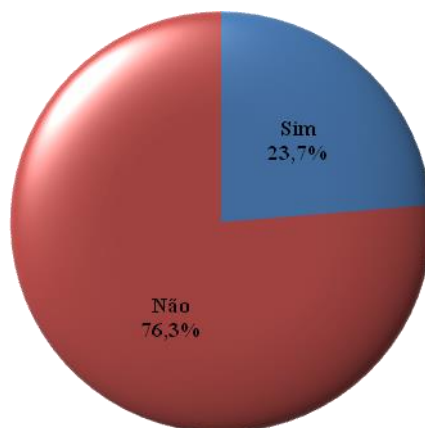
Dos sócios pertencentes a Povos ou Comunidades Tradicionais

Dos Empreendimentos Econômicos Solidários mapeados pelo do SIES/SENAES (2013) na Amazônia brasileira, aproximadamente, 24% (**Gráfico 14**) dessas organizações, apresentam no seu quadro social, sócios pertencentes a Povos ou Comunidades Tradicionais. Dentre esses Povos ou Comunidades Tradicionais foram destacados: Ribeirinhos; Extrativistas; Quilombolas; Pescadores Artesanais; Índios; Negros; Comunidades de Terreiros; e Outros.

A respeito dos Povos ou Comunidades Tradicionais, Toledo (2008), destaca que,

(...) É possível se encontrar esses povos e comunidades executando diversas atividades de uso e manejo dos ecossistemas do planeta. Como moradores das florestas das planícies tropicais ou das montanhas, como pastoralistas nas savanas e outras áreas de pasto, ou como caçadores e extrativistas nômades e semi-nômades nas florestas, pradarias e desertos. Além disso a pesca é a atividade principal e fonte de alimento para milhões de moradores do litoral e das ilhas assim como daqueles que moram á beira dos rios.

Gráfico 14. Distribuição dos EES da Região Norte, pelo fato de seus sócios pertencerem ou não a algum povo ou comunidade tradicional.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

No caso da região Amazônica, dos Povos ou Comunidades Tradicionais mapeadas, os mais citados foram os: Ribeirinhos; Extrativistas; Índios e os Pescadores Artesanais, mas as proporções de cada grupo podem ser vistas na **Tabela 6**.

Tabela 6. Distribuição dos EES da Região Norte, pelos povos ou comunidades tradicionais as quais seus sócios pertencem, segundo os estados da região.

Estado	Povo ou comunidade tradicional								Total	
	Ribeirinhos	Extrativistas	Quilombolas	Pescadores artesanais	Índios	Negros	Caboclos	Comun. de terreiros		Outros
Pará	29,4%	17,3%	17,3%	9,0%	5,3%	2,5%	3,7%	1,2%	14,2%	100%

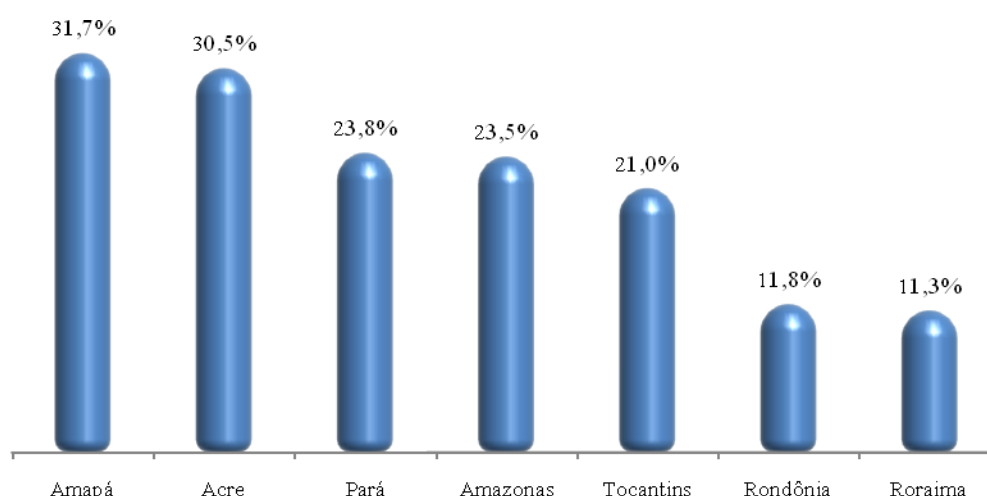
Tocantins	15,3%	9,4%	9,4%	8,2%	4,7%	12,9%	—	—	40,0%	100%
Amazonas	37,1%	1,1%	1,1%	6,7%	21,3%	1,1%	25,8%	—	5,6%	100%
Acre	27,9%	44,2%	—	3,8%	12,5%	—	1,0%	—	10,6%	100%
Amapá	26,9%	11,5%	9,6%	16,3%	4,8%	21,2%	3,8%	1,0%	4,8%	100%
Rondônia	39,3%	21,4%	7,1%	10,7%	3,6%	3,6%	—	—	14,3%	100%
Roraima	11,1%	—	—	—	66,7%	—	11,1%	—	11,1%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Nos estados do Amapá e Acre são observadas as maiores proporções de empreendimentos que possuem, entre seus sócios, indivíduos pertencentes a Povos ou Comunidades Tradicionais (**Gráfico 15**). No estado do Amapá, a predominância é de ribeirinhos e negros, enquanto que, no estado do Acre, observa-se uma proporção expressiva de povos ou comunidades Extrativistas e uma parcela significativa de Ribeirinhos.

Ainda sobre o **Gráfico 15**, outro resultado bastante expressivo é a alta proporção de EES que possuem sócios indígenas no estado de Roraima e também uma parcela significativa de EES no estado do Amazonas com sócios desta categoria. No Amazonas também se verifica a existência de uma parcela significativa de empreendimentos cujos sócios pertencem à comunidade de caboclos.

Gráfico 15. Distribuição dos EES da Região Norte, cujos sócios pertencem a algum povo ou comunidade tradicional, pelo estado.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Dentro das Associações mapeadas na região Norte do Brasil, os sócios são ou pertencem a populações tradicionais, com destaque para: Quilombolas; Ribeirinhos; Extrativistas e

Comunidades de Terreiro, onde, em todas as situações o percentual é igual ou superior a 80%. Nos Grupos Informais, a predominância é de sócios que pertenceu ou pertence a cultura indígena. Enquanto que nas Cooperativas a maioria advém de caboclos (**Tabela 7**).

Em relação as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos mapeados na Amazônia, é possível concluir que as organizações com Ribeirinhos são capazes de atuar nas mais diversas áreas, pois a proporção é próxima para as seções analisadas, principalmente, para as áreas de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (**Seção 2**); e de Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (**Seção 3**).

Tabela 7. Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização, segundo o povo ou comunidade tradicional as quais os sócios do empreendimento pertencem.

Forma de organização	Povo ou comunidade tradicional								
	Ribeirinhos	Extrativistas	Quilombolas	Pescadores artesanais	Índios	Negros	Caboclos	Comun. de terreiros	Outros
Associação	83,8%	82,2%	84,4%	77,3%	66,2%	74,4%	63,4%	80,0%	59,4%
Grupo Informal	10,5%	7,0%	10,4%	10,6%	27,7%	18,6%	14,6%	20,0%	22,6%
Cooperativa	5,7%	10,9%	5,2%	12,1%	4,6%	7,0%	22,0%	—	17,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Tabela 8. Distribuição dos EES da Região Norte, pelos povos ou comunidades tradicionais as quais seus sócios pertencem, segundo a principal atividade econômica/CNAE realizada.

Principal atividade econômica	Povo ou comunidade tradicional									Total
	Ribeirinhos	Extrativistas	Quilombolas	Pescadores artesanais	Índios	Negros	Caboclos	Comun. de terreiros	Outros	
Indústrias de transformação	18,4%	14,8%	10,2%	3,6%	14,8%	10,2%	7,7%	0,5%	19,9%	100%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	31,2%	21,9%	11,7%	11,2%	6,2%	3,0%	3,7%	1,0%	10,0%	100%
Comércio; reparação de veículos automotores e	32,6%	13,0%	10,9%	2,2%	8,7%	8,7%	6,5%	—	17,4%	100%

motocicletas

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

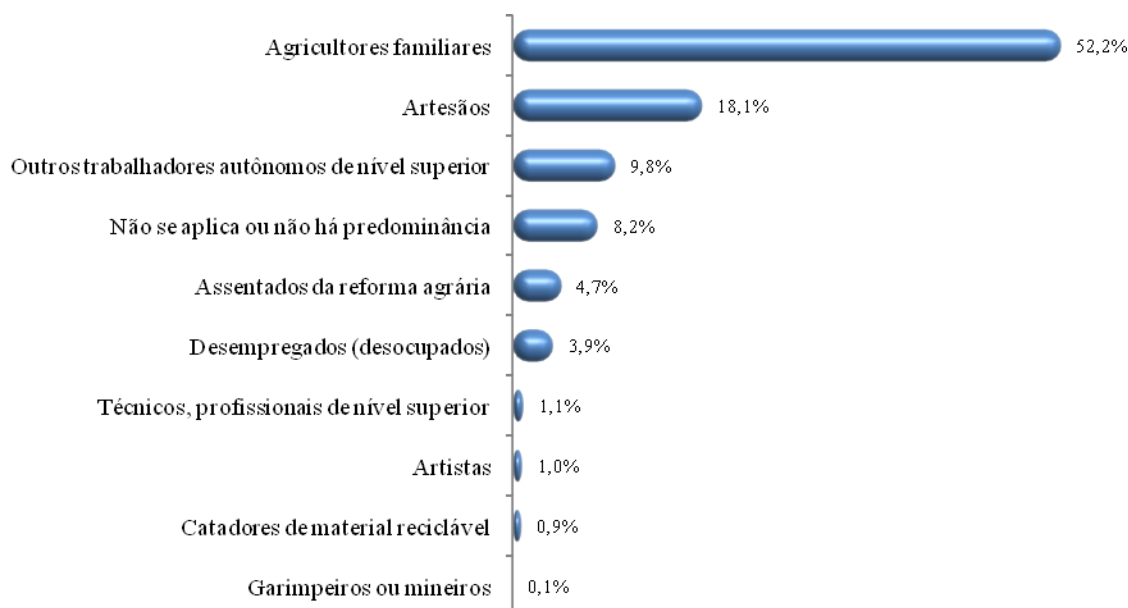
Outro grupo que apresenta bastante notoriedade, está relacionado aos Extrativistas, os quais, em virtude de suas atividades estarem mais relacionadas ao uso dos recursos naturais, esses por sua vez têm maior atuação nas atividades voltadas à Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (**Seção 2**) representando quase 22% do total dos empreendimentos ocupados na atividade.

Depois de analisar o percentual de pessoas pertencentes a Povos ou Comunidades Tradicionais, nas organizações sociais da região Norte do Brasil. O mapeamento da economia solidária SIES/SENAES (2013) levanta os dados pertinentes as principais categorias sociais encontradas na Amazônia brasileira.

Das Categorias Sociais

Com o mapeamento foi possível identificar as 10 (Dez) principais Categorias Sociais, as quais os sócios das organizações pertencem. Dessas categorias, a de maior predominância na região Norte do Brasil é a de Agricultores Familiares, onde mais de 52% dos empreendimentos compostos por sócios que pertencem ou pertenceram a essa categoria. Seguida por organizações que apresentam sócios que pertenceram ou pertencem a categoria de Artesãos, com pouco mais de 18%. Essas Categorias Sociais podem ser vistas no **Gráfico 16**.

Gráfico 16. Distribuição dos EES da Região Norte, pelas categorias sociais as quais seus sócios pertencem ou pertenceram.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Fazendo uma análise mais específica por estados, a partir da **Tabela 9**, é possível aferir que, nos estados de Rondônia e Acre observam-se as maiores proporções de Agricultores Familiares, com mais de 80% e 65%, respectivamente. Em outros estados, além de Agricultores Familiares, existem também parcelas significativas de outras categorias, como, por exemplo, artesãos e outros trabalhadores autônomos de nível superior no estado do Amazonas; artesãos no estado do Amapá e; outros trabalhadores autônomos de nível superior e desempregados (desocupados) em Roraima; Assentados da Reforma Agrária no Tocantins são algumas situações.

Tabela 9. Distribuição dos EES da Região Norte, pelas categorias sociais as quais seus sócios pertencem ou pertenceram, segundo os estados da região.

Categorias sociais	Estado						
	Pará	Tocantins	Amazonas	Acre	Amapá	Rondônia	Roraima
Agricultores Familiares	58,4%	45,8%	26,7%	65,4%	34,8%	80,3%	32,5%
Artesãos	15,5%	11,6%	23,5%	20,5%	38,7%	5,9%	10,0%
Outros trabalhadores autônomos de nível superior	9,6%	6,4%	20,1%	5,0%	9,1%	4,2%	22,5%
Não se aplica ou não há predominância	7,4%	4,0%	20,4%	6,7%	6,7%	6,3%	2,5%
Assentados da reforma agrária	2,5%	25,0%	0,5%	1,2%	1,2%	0,8%	1,3%
Desempregados (desocupados)	3,8%	4,0%	5,8%	0,6%	2,7%	0,8%	25,0%
Técnicos, profissionais de nível superior	1,0%	0,7%	1,1%	—	2,4%	0,8%	3,8%
Artistas	0,9%	1,0%	0,8%	0,3%	3,0%	—	0,0%
Catadores de material reciclável	0,7%	1,5%	1,1%	0,3%	1,2%	0,8%	1,3%
Garimpeiros ou mineiros	0,1%	—	—	—	—	—	1,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Na maioria dos empreendimentos cuja principal atividade econômica é a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, os sócios são ou foram agricultores familiares. Quando se trata de empreendimentos que realizam, principalmente, atividades relacionadas a

Indústria de Transformação e comércio, a maioria dessas organizações possuem sócios que são ou foram artesãos. Conforme **Tabela 10**.

Tabela 10. Distribuição dos EES da Região Norte, pelas categorias sociais as quais seus sócios pertencem ou pertenceram, segundo a principal atividade econômica/CNAE realizada.

Categorias sociais	Principal atividade econômica/CNAE		
	Indústrias de Transformação	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
Agricultores familiares	31,8%	84,0%	27,9%
Artesãos	36,1%	0,9%	42,7%
Outros trabalhadores autônomos de nível superior	11,6%	2,8%	11,1%
Não se aplica ou não há predominância	9,5%	3,9%	8,4%
Assentados da reforma agrária	3,8%	6,8%	1,2%
Desempregados (desocupados)	5,1%	1,3%	5,3%
Técnicos, profissionais de nível superior	0,7%	0,2%	0,3%
Artistas	0,7%	0,2%	2,2%
Catadores de material reciclável	0,6%	—	0,9%
Garimpeiros ou mineiros	0,2%	—	—
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Considerando a relação entre as Categorias sociais e as formas de organização encontradas na Amazônia brasileira (**Tabela 11**) os Artesãos estão organizados de forma predominante em Grupo Informal; na forma de Cooperativas estão os Garimpeiros e mineiros. Já as demais categorias estão organizadas de forma predominante em Associações.

Tabela 11. Distribuição dos EES da Região Norte, pela forma de organização, segundo as categorias sociais as quais os sócios pertencem ou pertenceram.

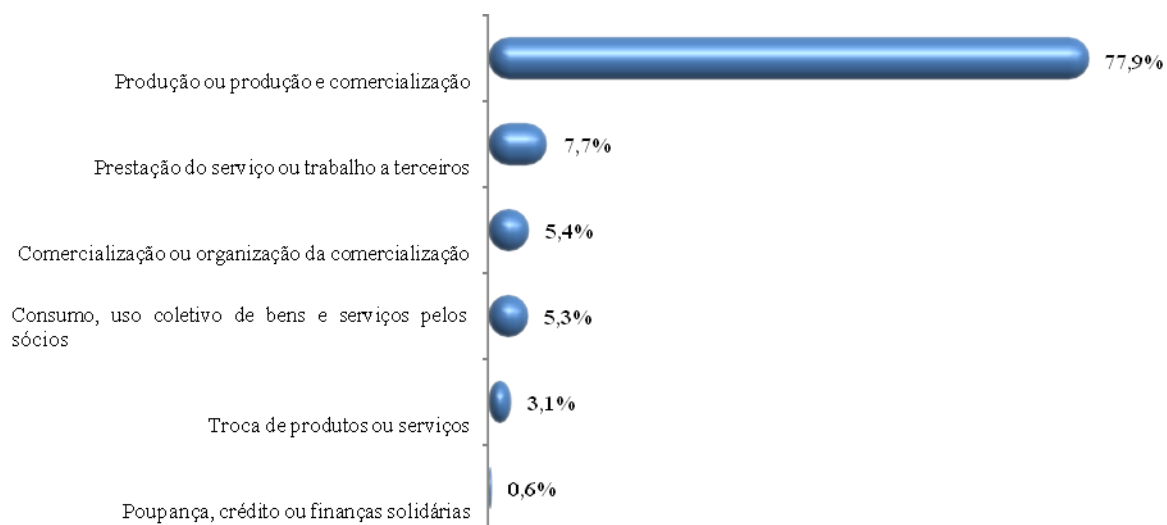
Categorias sociais	Formas de Organização			
	Associação	Grupo informal	Cooperativa	Total
Agricultores familiares	82,4%	9,2%	8,3%	100%
Artesãos	34,1%	61,0%	4,6%	100%
Outros trabalhadores autônomos de nível superior	48,4%	37,7%	13,0%	100%

Não se aplica ou não há predominância	58,0%	33,7%	7,5%	100%
Assentados da reforma agrária	70,3%	23,6%	6,1%	100%
Desempregados (desocupados)	45,9%	38,5%	14,8%	100%
Técnicos, profissionais de nível superior	41,2%	17,6%	41,2%	100%
Artistas	60,0%	40,0%	—	100%
Catadores de material reciclável	53,6%	14,3%	32,1%	100%
Garimpeiros ou mineiros	33,3%	—	66,7%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

E mais, quando relacionadas as Categorias sociais com as formas de organização que são encontradas na região Norte do Brasil, é possível distribuir essas variáveis em 6 (seis) grupos com as principais atividades econômicas. Dentre as quais, a de maior relevância, é a Produção ou produção e comercialização, com aproximadamente, 80% das organizações mapeadas na Amazônia brasileira (**Gráfico 17**).

Gráfico 17. Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Essa análise se torna ainda mais acentuada, quando se verificam os dados por estado da região em estudo. Por exemplo, no Acre a predominância de organizações cuja principal atividade é a Produção ou produção e comercialização chega a mais de 90%; e no Amazonas a mais de 85%, isto é, maior que a média da região.

Outra atividade econômica desenvolvida pelos EES da Amazônia brasileira é a Prestação de serviços ou trabalho a terceiros. Essa importância de mais de 7,5% na região, se deve, principalmente, as organizações dos estados do Roraima; Pará e Amapá. No entanto, há situações em que determinadas atividades identificadas na região, as quais não sejam desenvolvidas em alguns estados, como por exemplo: as Trocas de produtos e serviços no estado do Acre, ou ainda, Poupança, crédito ou finanças solidárias nos estados do Acre; Roraima; Amapá e Tocantins. Conforme **Tabela 12**.

Tabela 12. Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento, segundo os estados.

Principal Atividade Econômica	Estado						
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Produção ou produção e comercialização	72,3%	93,0%	86,5%	66,3%	77,2%	76,8%	65,8%
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	4,2%	1,5%	4,0%	17,5%	10,5%	9,5%	5,7%
Comercialização ou organização da comercialização	8,4%	4,1%	2,4%	10,0%	3,5%	2,1%	15,6%
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	13,0%	1,5%	5,3%	5,0%	3,2%	8,8%	8,4%
Troca de produtos ou serviços	1,7%	—	1,6%	1,3%	4,3%	2,7%	4,5%
Poupança, crédito ou finanças solidárias	0,4%	—	0,3%	—	1,3%	—	—
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Analisando os dados do mapeamento SIES/SENAES (2013) poderia se dizer que, a maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários mapeados no Norte do Brasil, são caracterizados, em sua maioria, como fornecedores de matéria prima, haja vista que, a comercialização está relacionada a produção, e a comercialização de matéria prima (não processada) desta forma, atuando mais especificamente no primeiro setor, o da produção.

Das Principais Atividades classificadas pela CNAE na região Norte do Brasil

Fazendo uma correlação entre as principais Atividades econômicas desenvolvidas pelas organizações na Amazônia brasileira com os dados da CNAE (Classificação Nacional de

Atividades Econômicas) a conclusão é outra (**Tabela 13**). Há uma grande escala de produção de matéria prima, quase 90% na seção de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Há também uma proporção superior na seção de Indústria de transformação. O que mostra que essas organizações não se debruçam somente na produção e comercialização de matéria prima, mas na agregação de valor, com a transformação dessa matéria.

Tabela 13. Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento, segundo as atividades econômicas realizadas pelo empreendimento classificadas pela CNAE.

Principal Atividade Econômica	Principal atividade econômica/CNAE			
	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias de transformação	Comercio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Outras
Produção ou produção e comercialização	89,0%	92,2%	65,9%	22,4%
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	0,6%	1,4%	2,5%	44,8%
Comercialização ou organização da comercialização	7,1%	3,6%	9,3%	2,2%
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	2,3%	2,4%	3,1%	22,2%
Troca de produtos ou serviços	0,5%	0,3%	19,2%	5,7%
Poupança, crédito ou finanças solidárias	0,5%	0,1%	—	2,8%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

A análise dos dados permite afirmar que nas 3 (três) categorias teóricas operativas – Associação; Cooperativa e Grupos Informal, identificadas na região Amazônica brasileira, a predominância das atividades econômicas relacionadas a Produção ou produção e comercialização de produtos. Conforme **Tabela 14**. E, dentre as atividades de menor relevância nas organizações mapeadas, está a Poupança, crédito ou finança solidária, identificada em menos de 1% dos EES mapeados.

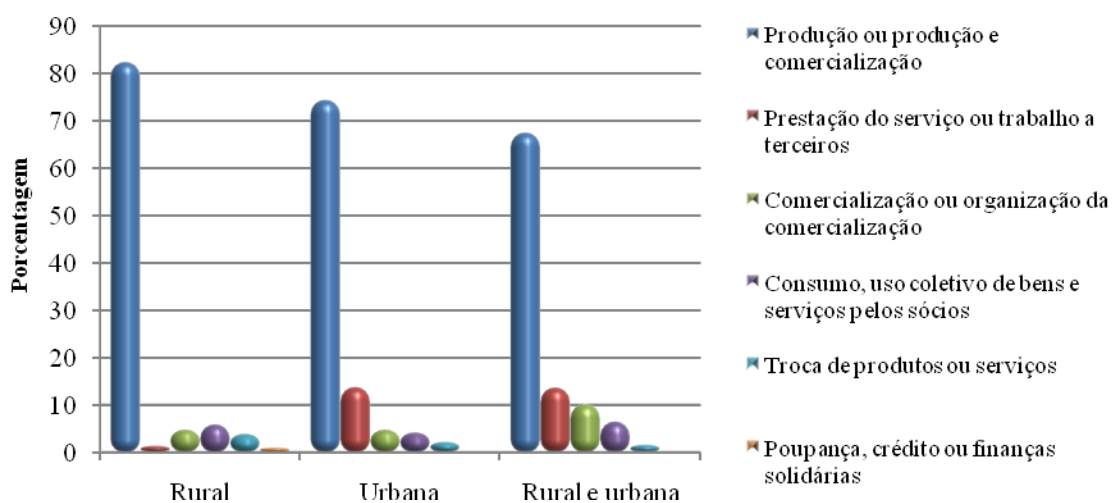
Tabela 14. Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento, segundo a forma de organização.

Principal atividade econômica	Forma de organização		
	Grupo informal	Associação	Cooperativa
Produção ou produção e comercialização	91,8%	73,8%	67,4%
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	3,1%	7,8%	20,5%
Comercialização ou organização da comercialização	2,0%	6,2%	9,2%
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	1,7%	7,3%	1,1%
Troca de produtos ou serviços	1,2%	4,1%	1,1%
Poupança, crédito ou finanças solidárias	0,1%	0,8%	0,7%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

No que tange a principal atividade econômica em relação com a área de atuação dessas organizações, o **Gráfico 18**, mostra que tanto na área rural, quanto na Urbana, bem como na Rural e Urbana concomitantemente, as principais atividades desenvolvidas pelas organizações na região Norte, estão voltadas a Produção ou produção e comercialização. Nas duas últimas áreas citadas, a segunda atividade econômica de maior relevância é a Prestação do serviço ou trabalho a terceiros. O que diverge das organizações com atuação apenas na área rural, onde a segunda atividade de maior relevância é o consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios.

Gráfico 18. Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada, segundo a área de atuação.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

É aferido, por meio dos dados do mapeamento do SIES/SENAES (2013) que a organizações sociais da Amazônia brasileira têm, dentro das atividades econômicas uma parcela, relativamente expressiva de sócios do sexo feminino (**Tabela 15**). Em todas as atividades econômicas das organizações é possível perceber que, mais de 40% da proporção de sócios dos EES são de mulheres. Nessas atividades econômicas, o maior número de mulheres está nas atividades relacionadas a Poupança, crédito ou finança solidária, em média 100 (cem) mulheres por EES; seguido pela atividade Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, com cerca de 40 (quarenta) mulheres por organização; e com a terceira maior proporção de sócios do sexo feminino, está a Comercialização ou organização da comercialização, com mais de 30 mulheres por empreendimento.

Tabela 15. Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento.

Principal Atividade Econômica	Média do total de sócios	Proporção de sócios do sexo feminino
Produção ou produção e comercialização	48,1	46,9%
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	71,6	44,8%
Comercialização ou organização da comercialização	76,2	40,6%
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	88,3	46,4%
Troca de produtos ou serviços	73,6	45,2%
Poupança, crédito ou finanças solidárias	260,4	40,6%

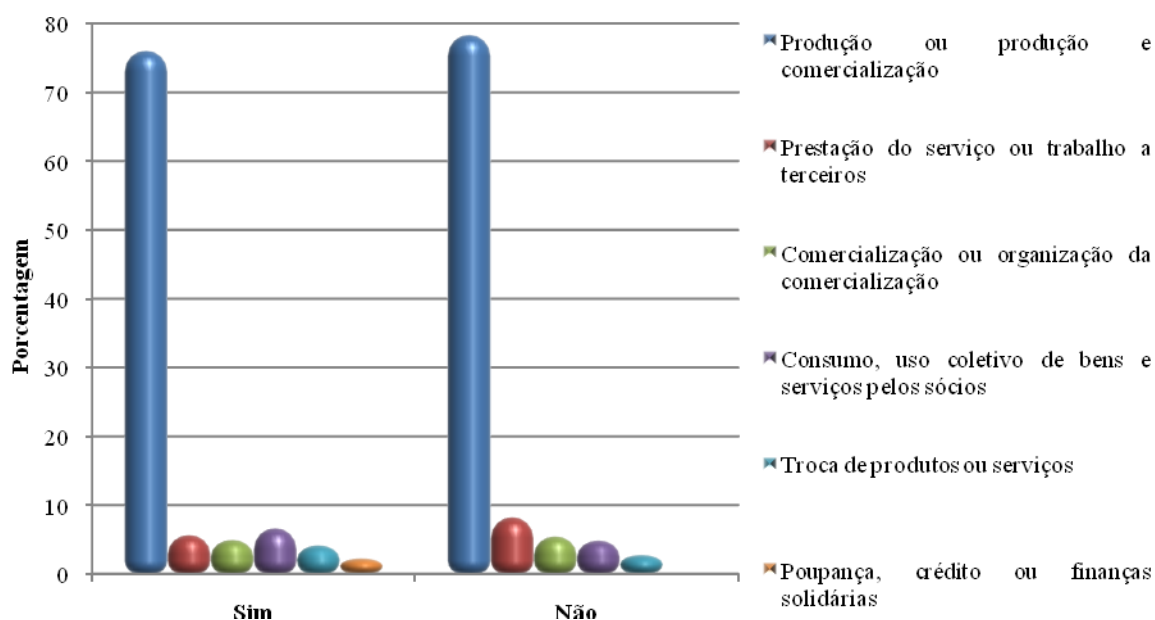
Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

No que diz respeito às organizações sociais, cujo os sócios pertencem ou não a algum Povo ou Comunidade tradicional, em relação a principal atividade econômica, é possível afirmar que a Produção ou produção e comercialização é a atividade predominante. Essa atividade concentra mais de 75% dos EES, sejam aqueles que têm sócios que pertencem – mais de 75%, ou aqueles que não têm sócios pertencentes a algum Povo ou Comunidade tradicional– representado em, aproximadamente, 80% das organizações mapeadas (**Gráfico 19**).

Agora, quanto a análise das demais atividades há algumas diferenças entre os EES em que os sócios pertencem a algum Povo ou Comunidade tradicional e aqueles empreendimentos que os sócios não pertencem a algum Povo ou Comunidade tradicional.

Para os EES com quadro social pertencem a Povos ou Comunidade tradicional o Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (6,7%) é a segunda atividade econômica mais importante realizada por essas organizações; seguida por Prestação do serviço e trabalho a terceiros (5,7%); depois as atividades voltadas a Comercialização ou organização da comercialização (5%); as Trocas de produtos ou serviços pelas organizações assumem a penúltima colocação, sendo praticada por 4,2% dos EES; e a atividade menos realizada pelas organizações é a Poupança, crédito ou finanças solidárias (2,3%).

Gráfico 19. Distribuição dos EES da Região Norte, cujos sócios pertencem ou não a algum Povo ou Comunidade tradicional, em relação a principal atividade econômica.



Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Enquanto que para os EES dos quais os sócios não pertencem a Povos ou Comunidade tradicional, a Prestação do serviço e trabalho a terceiros é a segunda mais relevante (8,3%); seguida pela Comercialização ou organização da comercialização (5,5%); depois tem o Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (4,9%); e a menos realizada diz respeito, as Trocas de produtos ou serviços pelas organizações, sendo praticada por 4,2% dos EES. Nos EES dos quais os sócios não pertencem a Povos ou Comunidade tradicional, não são identificadas organizações que realizam atividades como Poupança, crédito ou finanças solidárias.

Essas atividades econômicas realizadas pelas organizações sociais, na região Norte do Brasil, as quais os sócios pertencem a Povos ou Comunidade tradicional, as principais atividades econômicas são tratadas, de acordo com os Povos ou Comunidade tradicional. Na **Tabela 16**, é

confirmada como principal atividade econômica a Produção ou produção e comercialização predominante em todos os empreendimentos que tem em seu quadro social pessoas que pertencem a Povos ou Comunidade tradicional.

Tabela 16. Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica, segundo o povo ou comunidade tradicional a qual os sócios do empreendimento pertencem.

Povo ou Comunidade tradicional	Principal Atividade Econômica						Total
	Produção ou produção e comercialização	Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	Comercialização ou organização da comercialização	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Troca de produtos ou serviços	Poupança, crédito ou finanças solidárias	
Ribeirinhos	67,1%	5,7%	6,2%	9,5%	4,8%	6,7%	100%
Extrativistas	87,6%	2,3%	3,1%	3,1%	3,1%	0,8%	100%
Outros	74,5%	5,7%	3,8%	7,5%	8,5%	—	100%
Quilombolas	83,1%	2,6%	3,9%	3,9%	6,5%	—	100%
Pescadores artesanais	65,2%	13,6%	12,1%	9,1%	—	—	100%
Índios	84,6%	—	4,6%	9,2%	1,5%	—	100%
Negros	79,1%	9,3%	2,3%	4,7%	2,3%	2,3%	100%
Caboclos	78,0%	14,6%	—	2,4%	2,4%	2,4%	100%
Comunidade de terreiros	80,0%	—	20,0%	—	—	—	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Com relação as principais atividades econômicas realizadas pelas categorias sociais identificadas no mapeamento da economia solidária SIES/SENAES (2013) conforme **Tabela 17**, as atividades voltadas as Produção ou produção e comercialização tem maior predominância na categoria de Artesãos (91,9%) e Agricultores Familiares (81,3%). Vale ressaltar que, na maioria das categorias sociais a predominância é maior que 60%. Com exceção da categoria Técnicos, profissionais de nível superior, na qual a proporção é de 23,5%.

Tabela 17. Distribuição dos EES da Região Norte, pela principal atividade econômica, segundo a categoria social a qual os sócios do empreendimento pertencem ou pertenceram.

Categoria social	Principal atividade econômica realizada						Tot
	Produção ou	Prestação	Comercialização	Consumo,	Troca de	Poupança	

	produção e comercialização	o de serviço ou trabalho a terceiros	ão ou organização da comercializaçã o	uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	produtos e serviços	a crédito ou finanças solidária s	al
Agricultores familiares	81,3%	3,4%	5,1%	5,5%	3,7%	1,0%	100 %
Artesãos	91,9%	1,9%	3,5%	1,6%	1,1%	—	100 %
Outros trab. autônomos de nível superior	62,0%	24,4%	5,2%	6,2%	2,3%	—	100 %
Não se aplica ou não há predominância	62,4%	18,0%	5,9%	8,2%	4,7%	0,8%	100 %
Assentados da reforma agrária	70,9%	0,7%	14,2%	11,5%	2,7%	—	100 %
Desempregados (desocupados)	67,2%	20,5%	4,9%	4,9%	2,5%	—	100 %
Técnicos, profissionais de nível superior	23,5%	58,8%	2,9%	8,8%	2,9%	2,9%	100 %
Artistas	60,0%	20,0%	3,3%	6,7%	10,0%	—	100 %
Catadores de material reciclável	78,6%	3,6%	17,9%	—	—	—	100 %
Garimpeiros ou mineiros	100%	—	—	—	—	—	100 %

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Outros resultados são importantes, tais como, a atividade Prestação de serviços ou trabalho a terceiros, bem como Poupança, crédito ou finanças solidárias, a categoria que apresentou maior proporção foi a de Técnicos, profissionais de nível superior, com mais de 58% e 2,5%, respectivamente. Quanto a de Comercialização ou organização da comercialização a categoria que apresentou maior proporção foi a de Catadores de material reciclável (17,9%). Na atividade Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, a categoria social Assentados da reforma agrária é a que tem maior proporção com mais de 11%. Já relacionado a Troca de produtos e serviços, a categoria Artistas tem mais de 10% de proporção

É importante ressaltar que, no mapeamento da economia solidária, realizado na região Norte do Brasil, uma das questões direcionadas aos Empreendimentos Econômicos Solidários,

buscava identificar quais eram as principais atividades de produção realizadas de forma coletiva pelas organizações sociais.

Da Produção Coletivamente dos EES - Principais Produtos

Desta forma, foi possível identificar quais as principais atividades, bem como os principais produtos produzidos coletivamente pelos Empreendimentos Econômicos Solidários. Para facilitar a análise dos dados coletados, foi realizado o agrupamento dos principais produtos em categorias, apresentando aqueles de maior destaque.

Essa produção coletiva mostra que, os empreendimentos buscam, principalmente, garanti a manutenção das famílias que compõem o quadro social dos empreendimentos econômicos solidários. Pois, observa-se que, a maioria da produção, equivalente a mais de 85% da produção coletiva, está relacionada a produção de alimentos e/ou de produtos visam atender às necessidades da família. Ou ainda, são produtos fabricados com o intuito de ser comercializado, buscando a geração renda aos mesmos. Conforme **Tabela 18**.

Tabela 18. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido.

Categoria do produto	Proporção de EES
Outros produtos alimentícios	19,7
Produtos têxteis	14,1
Frutas e derivados	12,2
Produtos diversos	12,1
Artesanato	7,5
Verduras, hortaliças e derivados	7,1
Grãos e derivados	4,9
Leguminosas e derivados	3,1
Pescados e frutos do mar	2,8
Animais e derivados	2,2
Leite e derivados	1,9
Outros serviços	1,8
Produtos agropecuários	1,7
Café	1,4
Plantas	1,1
Serviços relacionados à agricultura/pecuária	1,0
Móveis	1,0
Nozes e sementes	0,8
Carnes e derivados	0,7

Produtos de limpeza	0,7
Produtos ou serviços de beleza	0,5
Gorduras e óleos	0,4
Bebidas alcoólicas	0,3
Metalurgia	0,3
Ovos e derivados	0,3
Bebidas não alcoólicas	0,2
Minerais	0,2
Imóveis	0,1
Combustíveis	0,1
Total	100

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

A produção voltada à alimentação familiar e/ou comercialização, equivale a mais de 50% do total da produção coletiva das organizações sociais da região Norte do Brasil. Vale ressaltar que, a principal atividade econômica desses EES é a Produção ou a produção e comercialização. E da produção coletiva, a maior proporção está relacionada a produção de Outros produtos alimentícios (**Quadro 1**), equivalente a quase 20% da produção dos EES, na Amazônia brasileira. Um dos produtos destacados nessa categoria está o “produto base” da cesta básica, na região Norte do Brasil, a Farinha (mandioca, tapioca e outras) que diz respeito a um produto, tipicamente/culturalmente, consumido na região.

Quadro 1. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Outros produtos alimentícios.

Outros produtos alimentícios	
Produtos	Proporção de EES
Farinhas (mandioca, tapioca e outras)	62,6
Bolo	5,6
Mel	5,4
Doce	3,4
Biscoito	1,9
Salgados	1,3
Pão	1,1
Cachorro quente	0,9

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Porém, apesar de não ser tão divulgado, na região Amazônica brasileira, há uma intensa produção coletiva voltada aos produtos têxteis (**Quadro 2**). Segundo a análise dos dados da pesquisa, essa categoria está presente em mais de 14% das organizações sociais mapeadas na região. Essa produção está voltada tanto ao uso familiar desses produtos, como a lógica de

comercialização, principalmente, para os EES com a presença de um percentual elevado de mulheres, as quais são na maioria das vezes responsáveis por essas atividades (bordado, costura, pintura, etc.).

Quadro 2. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Produtos têxteis.

Produtos têxteis	
Produto	Proporção de EES
Guardanapos	13,8
Tapetes	7,5
Camisas	6,9
Bordados	6,6
Blusa	5,7
Pano de prato	4,5
Chapéus	4,2
Bolsa	3,3
Uniforme escolar	2,7
Camisetas	2,1

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

A terceira maior atividade de produção coletiva (**Quadro 3**) realizada pelas organizações sociais na Amazônia brasileira está voltada a produção de frutas e seus derivados (polpas, geleias, compotas, doces, entre outros). A fruticultura poderia ser uma das atividades com maior destaque para a região, devido à dimensão territorial, os índices pluviométricos, entre outros fatores edafoclimáticos. Mas, nesse caso, a análise não é da produção individual, mas sim, coletiva entre os sócios dos EES da região Norte do Brasil.

O que se identificou é que, a maioria das organizações mapeadas não tem a prática da produção coletiva. Em sua maioria, os EES buscam de forma coletiva formações, assessoria técnica, insumos e implementos agrícolas para atender as demandas do quadro social, porém, as atividades de produção são realizadas nas unidades de produção da família. Em dadas situações, o empreendimento tem uma área de produção coletiva e/ou utiliza a propriedade de um sócio para desenvolver essas atividades.

Quadro 3. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Frutas e derivados.

Frutas e derivados	
Produto	Proporção de EES
Abacaxi	19,4
Cacau	19,4

Banana	17,0
Açaí	12,5
Cupuaçu	9,0
Laranja	3,1
Frutas	2,4
Mamão	2,1
Acerola	1,7
Melancia	1,7

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Depois da produção, foi identificado na pesquisa que, os sócios têm duas alternativas, as principais. A primeira é entregar a produção ao atravessador (relação produtor e atravessador) e a segunda é a comercialização por meio do EES (relação produtor e empreendimento com o mercado consumidor – feiras livres, mercados locais, mercados institucionais, empresas privadas, etc.).

Outro fator que poderia gerar estranheza está relacionado a produção de açaí que ficou em 4º lugar das frutas mais produzidas na região Norte do Brasil. Essa colocação no *ranking* é justificada pelo fato da maioria da produção de açaí da região provir de áreas nativas, do extrativismo vegetal, e não apenas de áreas cultivadas como no caso do abacaxi, cacau e a banana, os quais a produção é voltada para atender o mercado (comercialização) assim demandando de adubação, irrigação, escalonamento da produção, entre outros fatores.

Outras duas categorias que são de suma importância na região Norte do Brasil, apesar de estarem distribuídas em Produtos diversos e Artesanato, as duas categorias se complementam. A primeira categoria voltada mais para a produção de Produtos diversos (**Quadro 4**) relacionado a produção de utensílios mais abrangentes – para uso pessoal e para casas e/ou outros espaços.

Quadro 4. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Produtos diversos.

Produtos diversos	
Produto	Proporção de EES
Pulseiras	9,8
Sandálias	9,1
Boneca	6,0
Vasos	4,9
Borracha	3,9
Bonecos de pano	2,5
Bandeja	2,1
Imã de geladeira	2,1

Porta retrato	1,8
Abajur	1,4

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Enquanto que a categoria Artesanato está relacionada a produção de objetos e utensílios de uso pessoal (brincos, colares, pulseiras, anel; pintura em tecidos – blusas, telas, etc.) estando presente em mais de 7% das organizações mapeadas (**Quadro 5**).

Quadro 5. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Artesanato.

Artesanato	
Produto	Proporção de EES
Artesanato	11,9
Brincos	7,3
Biscuit	6,2
Anel	5,6
Bijuterias	4,5
Pintura em tecido	4,5
Biojóia	3,4
Artesanato de madeira	2,8
Pintura	2,8
Artes. No pano de prato	2,3

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Enquanto que a categoria Artesanato está relacionada a produção de objetos e utensílios de uso pessoal (brincos, colares, pulseiras, anel; pintura em tecidos – blusas, telas, etc.) estando presente em mais de 7% das organizações mapeadas (**Quadro 5**).

Na região Amazônica brasileira, há uma expressiva produção de Verduras, hortaliças e seus derivados. Essa categoria está presente em mais de 7% das organizações mapeadas (**Quadro 6**).

Quadro 6. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Verduras, hortaliças e derivados.

Verduras, hortaliças e derivados	
Produto	Proporção de EES
Mandioca	26,6
Alface	23,1
Abóbora	6,5
Palmito	5,3
Macaxeira	4,7
Hortaliças	3,6

Pimenta do reino	3,6
Batatas	2,4
Couve	2,4
Pimenta	2,4

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

E dentro da categoria verduras, hortaliças e derivados, uma das principais culturas cultivadas na região Amazônica brasileira é a mandiocultura. Essa produção é destinada à produção de Farinha (mandioca, tapioca e outras). É importante frisar que, dos EES mapeados na região, mais de 60% desses desenvolvem a produção de Farinha (mandioca, tapioca e outras) para consumo familiar e comercialização.

Quadro 7. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Cereais e derivados.

Grãos e derivados	
Produto	Proporção de EES
Arroz	93,0
Milho	6,1
Cereais	0,9

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Acerca da categoria Grãos e derivados (**Quadro 7**) considerada a sétima categoria mais relevante desenvolvida pelas organizações sociais da região Norte do Brasil, o produto de maior relevância é a produção de arroz, sendo cultivado por mais de 90% dos EES mapeados na região em estudo. Segundo dados da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (2013;2015) a região Norte apresenta, em sua maioria, cultivos com baixos índices tecnológicos e voltados a subsistência daqueles dos sócios dos EES. Ainda, de acordo com a CONAB (2015) a maioria dos mercados locais são abastecidos por produtos de melhor qualidade provenientes de outras regiões do país, com exceção do estado de Tocantins.

No relatório da safra 2013/2014 o Brasil produziu 12.221,7 mil toneladas de arroz, e dessa produção, a região Norte do Brasil foi responsável por 1.024,5 mil toneladas do grão. Mas vale ressaltar que, desse montante da região Norte, mais de 50% da produção é oriundo do estado do Tocantins (CONAB, 2013).

Outra categoria importante de produtos produzidos pelas organizações da região Norte do Brasil, está relacionada a categoria Leguminosas e derivados. Entre as citadas pelas organizações, o feijão é a de maior destaque, sendo produzida por mais de 96% dos EES (**Quadro 8**).

Quadro 8. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Leguminosas e derivados.

Leguminosas e derivados	
Produto	Proporção de EES
Feijão	96,6
Amendoim	3,4

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

O feijão alcançou na safra de 2013/2014, de acordo com a CONAB (2013) a produção nacional foi de 3.302 mil toneladas. Dessa produção nacional, a região Norte foi responsável por 103,100 mil toneladas, sendo do volume da região mais de 80% produzidos pelos estados do Pará, Tocantins e Rondônia (CONAB, 2013).

Na região Norte do Brasil, apesar de comportar o maior volume de água doce do território nacional, a criação/cultivo de animais não se limita apenas ao setor aquícola. No **Quadro 9** é possível perceber que mais de 50% dos EES da região têm sócios que trabalham com a criação de frango.

Quadro 9. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Animais e derivados.

Animais e derivados	
Produto	Proporção de EES
Frango	41,2
Frango caipira	13,7
Pescado e frutos do mar	15,7
Ovinos	3,9
Animais	2,0
Boi	2,0
Outras aves	4,0
Enxame	2,0
Gado	4,0

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Outra área que vem ganhando espaço na região Norte do Brasil é o de Pescado e frutos do mar. Essa atividade está presente em mais de 15% das organizações sociais mapeadas na região Amazônica brasileira. A atividade Pescado e frutos do mar, na verdade compreende o setor da Aquicultura, onde, em virtude da diversidade da produção, se fez necessário a construção da categoria Pescados e frutos do mar destacando os principais produtos (**Quadro 10**).

Quadro 10. Distribuição dos EES da Região Norte pelo principal produto produzido coletivamente, Categoria Pescados e frutos do mar.

Pescados e frutos do mar	
Produto	Proporção de EES
Peixe	56,8
Camarão	14,9
Ostras	4,5
Pesca extrativista	3,0
Bagre	1,5
Caranguejo	1,5
Corvina	1,5
Jaraqui	1,5
Linguiça de peixe	1,5

Fonte: Elaborado pelos Autores, dados do SIES/SENAES (2013).

Com base nos dados do mapeamento SIES/SENAES (2013) uma outra categoria construída foi a de Pescadores e frutos do mar. (**Quadro 9**). Na região Amazônica brasileira, o cultivo de pescado está presente em mais de 50% dos empreendimentos econômicos solidários mapeados. Segundo KUBITZA (2015) está havendo uma redução no cultivo de tilápias, em virtude da escassez hídrica nas principais regiões de cultivo. Porém, ainda de acordo com o autor, está havendo uma elevada expansão no cultivo de peixes redondos, principalmente nas regiões Centro Oeste, especialmente Mato Grosso, e Norte do país (Rondônia, Tocantins, Roraima, Amazonas, Acre e Pará).

Ainda sobre a categoria Pescadores e frutos do mar, outras atividades relacionadas ao setor aquícola são desenvolvidas, na região Amazônica brasileira. Dentre essas atividades está o cultivo de ostras e o extrativismo de peixes regionais e de camarão, estando presente em mais de 20% das organizações sociais mapeadas.

Para melhor compreensão das principais categorias de produtos produzidos pelas organizações sociais da região Norte do Brasil, o **Tabela 19** apresenta essas categorias de acordo com os estados que compõem a região em estudo.

Da Produção Coletivamente dos EES por Estado – Principais Produtos

Na **Tabela 19** é possível destacar que nos empreendimentos do estado de Rondônia dos principais produtos produzidos, os 2 (dois) de maior predominância, cerca de 23% corresponde a cereais e derivados, e pouco mais de 12% é a produção de leite e derivados. Os EES do estado de Rondônia se destacam ainda pela elevada produção de café com 14,5%, enquanto que a soma dos demais estados atinge apenas 2% da produção.

Os empreendimentos do Acre se destacam, principalmente, na produção de frutas e derivados, sendo essa atividade realizada por mais de 18% das organizações do estado, seguido pela produção de cereais e seus derivados – realizado por 18% dos EES, além da produção de leguminosas e derivados, estando presente em 6% das organizações sociais do estado.

O estado do Amazonas apresenta como principal atividade de suas organizações sociais a produção de produtos têxteis, representado em mais de 24% dos EES mapeados pelo SIES/SENAES (2013). Há no estado, por meio dessas organizações, uma produção razoável de produtos alimentícios, e a produção de produtos diversos. Essas atividades de produção são desenvolvidas por mais de 15% das organizações mapeadas no estado.

A produção de produtos têxteis é uma atividade desenvolvida em larga escala pelos empreendimentos do estado de Roraima. No estado, mais de 30% das organizações desenvolvem atividades relacionadas a esta categoria. Além dessa atividade, a produção de artesanato é outra atividade de grande destaque no estado, equivalendo a mais de 13% das organizações sociais. Ainda no estado de Roraima, outra atividade de suma importância é a produção de pescados frutos do mar. Essa última atividade é desenvolvida por mais de 5% dos EES do estado em questão.

O estado do Pará, quando comparado aos demais estados da região Norte do Brasil tem uma especificidade, é o estado mais diversificado da região. Os empreendimentos econômicos solidários do estado do Pará desenvolvem o maior número de atividades dentro das categorias analisadas na pesquisa. Apenas 2 (duas) não foram mapeadas na região, a produção de ovos e derivados, e a de bebidas não alcoólicas. E daquelas encontradas, as de maior predominância foram, a produção de outros produtos alimentícios – mais de 25%, e a produção de verduras, hortaliças e derivados – aproximadamente 10% das organizações.

Seguido a discussão da **Tabela 19**, é possível analisar os dados do estado do Amapá. Esse estado tem se destacado dos demais da região Norte do Brasil, no que diz respeito a produção de produtos diversos, sendo essa atividade desenvolvida por mais de 27% dos EES mapeados no estado.

O Tocantins tem nos seus empreendimentos o destaque na produção de 5 (cinco) categorias de produtos. A produção de outros produtos alimentícios, em 20,4% dos EES; a produção de verduras, hortaliças e derivados, em 9,4% das organizações sociais; 3,8% dos empreendimentos voltados a produção de animais e derivados. Dos estados produtores de ovos e

derivados, e de atividades minerais, o estado do Tocantins tem o maior número de empreendimentos voltados para essas atividades produtivas.

Tabela 19. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é a produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo os estados.

Categoria do produto	Estado						
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Outros produtos alimentícios	9,9%	15,5%	15,5%	3,8%	26,0%	15,1%	20,4%
Produtos têxteis	6,4%	—	24,5%	30,2%	12,3%	19,5%	14,7%
Frutas e derivados	8,1%	18,6%	12,1%	13,2%	13,6%	8,8%	4,9%
Produtos diversos	2,3%	12,9%	17,6%	15,1%	8,7%	27,1%	7,9%
Artesanato	3,5%	5,0%	10,8%	13,2%	6,5%	11,2%	7,9%
Verduras, hortaliças e derivados	6,4%	4,4%	4,0%	3,8%	9,0%	6,4%	9,4%
Grãos e derivados	23,8%	18,0%	—	—	0,9%	0,8%	2,3%
Leguminosas e derivados	1,2%	6,0%	0,3%	—	4,3%	0,4%	3,0%
Pescados e frutos do mar	3,5%	0,9%	1,5%	5,7%	3,4%	2,0%	4,5%
Animais e derivados	2,9%	1,9%	2,2%	1,9%	2,0%	0,8%	3,8%
Leite e derivados	12,8%	1,6%	0,3%	1,9%	0,7%	—	3,0%
Outros serviços	—	0,6%	2,5%	1,9%	2,7%	0,8%	0,8%
Produtos agropecuários	1,7%	1,9%	0,6%	3,8%	2,0%	0,4%	2,6%
Café	14,5%	0,9%	0,6%	—	0,1%	0,4%	—
Plantas	—	1,3%	0,6%	1,9%	1,6%	0,4%	0,8%
Serviços relacionados à agricultura/pecuária	0,6%	0,3%	—	—	0,8%	—	5,3%
Móveis	0,6%	1,3%	2,2%	—	0,6%	2,0%	0,4%
Nozes e sementes	—	1,3%	0,3%	—	1,1%	0,8%	0,8%
Carnes e derivados	—	0,3%	0,6%	1,9%	0,5%	0,8%	1,9%
Produtos de limpeza	—	0,6%	1,2%	1,9%	0,5%	—	1,5%
Produtos ou serviços de beleza	—	0,3%	1,5%	—	0,6%	—	—
Gorduras e óleos	0,6%	—	—	—	0,2%	0,4%	—
Bebidas alcoólicas	—	—	0,3%	—	0,4%	0,8%	0,8%
Metalurgia	0,6%	0,3%	0,3%	—	0,5%	—	—

Ovos e derivados	0,6%	—	0,3%	—	—	—	0,8%
Bebidas não alcoólicas	—	—	0,3%	—	—	1,2%	—
Minerais	—	—	—	—	0,3%	—	0,4%
Imóveis	—	—	—	—	0,1%	—	—
Combustíveis	—	—	—	—	0,1%	—	—
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Da Produção dos EES segundo a Categoria Teórica Operativa – Forma de Organização

Durante o mapeamento da economia solidária na região Norte do Brasil, foi possível identificar 3 (três) categorias teóricas operativas – formas de organização social. As quais são: Associação; Cooperativas; e os Grupos Informais.

Quando é feita a relação dos dados pertinentes aos principais produtos produzidos por essas organizações sociais é possível salientar que, todas as categorias analisadas apresentam como um dos principais objetivos, a produção de outros produtos alimentícios, tais como: Farinhas (mandioca, tapioca e outras), bolo, mel, doce, biscoito, salgados, pão e cachorro quente. Nessa categoria de produtos, são enquadradas mais de 21% das Associações, seguida por mais de 18% das Cooperativas e 15,7% de Grupos Informais.

Com a análise dos dados do SIES/SENAES (2013) tratados no SPSS, é possível afirmar que, as Associações da região Norte do Brasil têm na totalidade de sua produção tratados, o objetivo de garanti a manutenção familiar do quadro social que compõem esses empreendimentos. Essa afirmação é possibilitada por meio dos dados da **Tabela 20**. As Associações, da sua produção total, quase 22% é de outros produtos alimentícios; seguido pela produção de frutas e derivados (16,5%); logo depois se tem a produção de verduras, hortaliças e derivados (8,8%); de cereais e derivados (7,6%); além de leguminosas e derivados (4,7%); pescados e frutos do mar (4%); animais e derivados (2,9%) e leite e derivados (2,3%). Esses principais produtos que são destinados tanto ao consumo do quadro social, quanto à comercialização nos mercados locais e regionais, equivalem a um montante de mais de 60% da produção das Associações mapeadas.

Tabela 20. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo a forma de organização do empreendimento.

Categoria do produto	Forma de organização		
	Associação	Grupo informal	Cooperativa
Outros produtos alimentícios	21,8%	15,7%	18,3%
Produtos têxteis	7,6%	27,2%	13,7%
Frutas e derivados	16,5%	2,7%	16,0%
Produtos diversos	6,5%	23,9%	8,6%
Artesanato	5,4%	12,8%	2,9%
Verduras, hortaliças e derivados	8,8%	4,3%	5,7%
Grãos e derivados	7,6%	0,3%	1,7%

Leguminosas e derivados	4,7%	0,1%	2,3%
Pescados e frutos do mar	4,0%	0,4%	3,4%
Animais e derivados	2,9%	0,8%	1,7%
Leite e derivados	2,3%	0,5%	3,4%
Outros serviços	1,5%	2,1%	2,9%
Produtos agropecuários	2,3%	0,3%	3,4%
Café	1,8%	0,5%	1,1%
Plantas	1,0%	0,8%	2,9%
Serviços relacionados à agricultura/pecuária	1,0%	1,0%	1,1%
Móveis	0,6%	1,6%	2,3%
Nozes e sementes	1,2%	0,1%	1,1%
Carnes e derivados	0,8%	0,5%	0,6%
Produtos de limpeza	—	1,6%	—
Produtos ou serviços de beleza	0,1%	1,0%	1,1%
Gorduras e óleos	0,3%	0,4%	1,7%
Bebidas alcoólicas	0,3%	0,5%	—
Metalurgia	0,2%	0,1%	2,3%
Ovos e derivados	0,2%	0,3%	0,6%
Bebidas não alcoólicas	0,2%	0,1%	—
Minerais	0,1%	0,1%	0,6%
Imóveis	—	—	0,6%
Combustíveis	0,1%	—	—
Total	100%	100%	100%

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Outra categoria (Forma de organização) analisada foram os Grupos Informais. De acordo com os levantamentos constantes na **Tabela 20**, essas organizações sociais apresentam, assim como as Associações e Cooperativas, uma produção significativa enquadrada em outros produtos alimentícios, equivalente a 15,7% da produção do EES. Por meio dos dados, se constata que a predominância das atividades econômicas realizadas pelos Grupos Informais, está relacionada a produção de produtos de vestuários, de calçados, artesanato, Biojóias e/ou bijuterias, artigos de decoração, etc. O maior volume de produção encontrado nos Grupos Informais da região Norte do Brasil, está voltado aos produtos têxteis, o qual corresponde a mais de 27%. Essa produção é seguida pela produção de produtos diversos (23,9%) e a produção de artesanato com 12,8%. Essas atividades, com exceção da produção de outros produtos alimentícios, equivalem a mais de 60% das atividades de produção dos Grupos Informais.

A terceira categoria operativa analisada, é referente as Cooperativas. Essa categoria apresenta similaridade com as Associações. O montante dos principais produtos produzidos pelas Cooperativas representa mais de 40% do volume total da produção dessas organizações (**Tabela 20**). Os principais produtos das Cooperativas estão dentro da categoria outros produtos alimentícios (18,3%); seguido pela produção de frutas e derivados (16%); verduras, hortaliças e derivados (5,7%); leguminosas e derivados (2,3%); pescados e frutos do mar (3,4%); leite e derivados (3,4%) e produtos agropecuários (3,4%).

Vale ressaltar que, apesar de algumas similaridades existentes entre as Associações e Cooperativas, essas últimas apresentam na sua produção um volume expressivo de produtos diversos, correspondente a 16% dos principais produtos produzidos pelas Cooperativas da região Norte do Brasil. Além desses, há uma produção de produtos têxteis (13,7%). E uma característica voltada a produção (atividade) metalúrgica que é identificada em todas as organizações, mas que é realizada de forma mais intensa pelas Cooperativas (2,3%).

Quando foi tratado no tópico: **Da área de atuação dos EES**, um ponto levantado dizia respeito a área de atuação e as atividades realizadas nesse meio. Agora, por meio da análise dos dados serão apresentadas a produção das organizações sociais pela área de atuação dos EES.

Da Produção dos EES segundo a Área de atuação

Durante o mapeamento da economia solidária na região Norte do Brasil, foram levantados dados relacionados aos principais produtos produzidos pela área de atuação. Desta forma, foram utilizadas como área de atuação: Área Rural; Área Urbana e Área Rural e Urbana, essa última enquadra os EES que desenvolvem ações nas duas áreas concomitantemente.

Na área Rural, por meio da análise dos dados foi possível perceber que a mesma é responsável por mais de 75% das atividades de produção ou produção e comercialização de produtos voltados as categorias de produção da agricultura familiar. Dentre as categorias de produtos mais comuns realizadas nas áreas rurais da região Amazônica brasileira está a produção de outros produtos alimentícios, respondendo por mais de 25%, sendo esse o maior percentual. Seguido pela produção de frutas e derivados com mais de 19%; verduras, hortaliças e derivados – mais de 10%; a produção de cereais e derivados com 8,4%; de leguminosas e derivados com 4,9%; animais e derivados (3,3%); leite e derivados (2,9%) e os serviços relacionados à agricultura/pecuária com 1,6%. Conforme **Tabela 21**.

No que tange a área Urbana, as atividades de maior relevância estão voltadas a setores de serviços; prestação de serviços; comercialização e outros. Essas atividades somam mais de 70% das atividades realizadas nas áreas Urbanas da região Norte do Brasil. Dessas atividades de produção ou produção e comercialização, a de maior destaque é a produção de produtos têxteis, realizada por mais de 30% das organizações sociais mapeadas. A segunda atividade mais relevante é a produção de produtos diversos. Seguido da produção de artesanatos, com mais de 13%, de produtos de limpeza (1,2%) e outros serviços (3,6%).

Tabela 21. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo a área de atuação.

Categoria do produto	Estado		
	Rural	Urbana	Rural e urbana
Outros produtos alimentícios	26,7%	11,0%	16,5%
Produtos têxteis	2,9%	30,1%	9,8%
Frutas e derivados	19,7%	2,7%	9,3%
Produtos diversos	4,1%	23,2%	9,8%
Artesanato	2,1%	13,8%	11,9%
Verduras, hortaliças e derivados	10,1%	2,8%	8,8%
Grãos e derivados	8,4%	0,6%	2,6%
Leguminosas e derivados	4,9%	0,6%	3,1%
Pescados e frutos do mar	2,7%	1,8%	8,2%
Animais e derivados	3,3%	0,5%	2,6%
Leite e derivados	2,9%	0,5%	1,5%
Outros serviços	0,4%	3,6%	2,1%
Produtos agropecuários	2,5%	0,4%	3,1%
Café	1,8%	0,9%	1,0%
Plantas	1,4%	0,6%	1,5%
Serviços relacionados à agricultura/pecuária	1,6%	0,1%	1,5%
Móveis	,2%	2,3%	0,5%
Nozes e sementes	1,0%	0,4%	2,1%
Carnes e derivados	0,8%	0,5%	0,5%
Produtos de limpeza	0,4%	1,2%	—
Produtos ou serviços de beleza	0,2%	0,9%	1,0%
Gorduras e óleos	0,6%	0,1%	0,5%
Bebidas alcoólicas	0,4%	0,2%	0,5%
Metalurgia	0,2%	0,4%	1,0%
Ovos e derivados	0,4%	0,1%	—
Bebidas não alcoólicas	0,2%	0,1%	—

Minerais	0,1%	0,2%	0,5%
Imóveis	0,1%	—	—
Combustíveis	—	0,1%	—
Total	100%	100%	100%

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

A terceira área de atuação analisada por meio dos dados do mapeamento do SIES/SENAES (2013) está relacionado a atuação concomitantemente nas áreas Urbana e Rural, na região Amazônica brasileira. É importante ressaltar que, a predominância está nas atividades produtivas voltadas a produção de alimentos. Dessas atividades 3 (três) são as principais, a saber: Produção de outros produtos alimentícios (16,5%); frutas e derivados (9,3%) e verduras, hortaliças e derivados (8,8%).

Ainda se tratando das atividades realizadas pelos EES das áreas Urbanas e Rurais, concomitantemente, a produção de artesanato é outra atividade de destaque na região Norte do Brasil, presente em quase 12% das organizações sociais que atuam nessas áreas; seguido da produção de produtos têxteis e de produtos diversos, cada um com mais de 9,5%. Agora um ponto de destaque, que pode ser observado na **Tabela 22**, está relacionado a atividade voltada a pescados e frutos do mar. Essa última atividade é realizada de forma predominante nas áreas Urbana e Rural, concomitantemente, quando comparada as demais atividades produtivas realizadas em apenas uma das áreas de atuação. A produção ou produção e comercialização de pescado e frutos do mar na Urbana e Rural, concomitantemente, equivale a mais de 8%, quanto que apenas na área Rural e na área Urbana é menor que 3% e 2%, respectivamente.

Outra análise feita com os dados da pesquisa, está relacionada a proporção de mulheres atuando nos empreendimentos econômicos solidários da região Norte do Brasil.

Da Proporção de Mulheres atuando em EES – Região Norte do Brasil

A análise dos dados da pesquisa, possibilitou correlacionar as principais atividades econômicas com a proporção de mulheres que atuam nos empreendimentos econômicos solidários da região Norte do Brasil.

Desses empreendimentos mapeados é possível destacar que a menor proporção de mulheres está relacionada as organizações sociais com atividades voltadas a categoria da mineração (Minerais) com apenas 7,1% (**Tabela 22**). Da área com maior proporção de mulheres está a categoria de produtos de limpeza, com mais de 85% do total de sócios do sexo feminino.

Ao analisar as categorias dos produtos, a média do total de sócios e a proporção de mulheres do sexo feminino (**Tabela 21**) as categorias voltadas a produção de produtos que garantem a manutenção (consumo) familiar, a média de sócios dos empreendimentos varia de 45 a 135 sócios. E dessa variação, a proporção média de sócios do sexo feminino é de 20% a 70%. Vale ressaltar que, essa análise cabe aos empreendimentos voltados a produção ou produção e comercialização de produtos que garantem ao quadro social dos mesmo o consumo e a comercialização.

Tabela 22. Quantidades médias do total de sócios e proporção de sócios do sexo feminino nos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido.

Categoria do produto	Média do total de sócios	Proporção de sócios do sexo feminino
Pescados e frutos do mar	138,6	30,1
Nozes e sementes	95,1	74,2
Leite e derivados	68,6	21,8
Minerais	65,7	7,1
Leguminosas e derivados	64,1	45,0
Animais e derivados	64,1	34,0
Carnes e derivados	61,0	32,8
Frutas e derivados	57,2	40,7
Produtos agropecuários	53,3	52,9
Grãos e derivados	53,3	38,1
Outros produtos alimentícios	50,6	44,6
Verduras, hortaliças e derivados	49,8	43,5
Plantas	46,0	50,5
Café	44,5	38,0
Combustíveis	43,0	32,6
Bebidas alcoólicas	42,5	48,5
Gorduras e óleos	42,3	83,4
Ovos e derivados	39,5	32,1
Outros serviços	39,4	37,8
Metalurgia	32,8	29,0
Artesanato	32,7	74,7
Imóveis	32,0	9,4
Produtos têxteis	31,5	80,5
Produtos diversos	29,9	67,0
Bebidas não alcoólicas	22,5	57,8
Serviços relacionados à agricultura/pecuária	22,0	26,9

Produtos ou serviços de beleza	21,8	72,5
Móveis	19,5	34,6
Produtos de limpeza	14,1	85,4

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Essa característica é mais expressiva nos empreendimentos situados nas áreas rurais. O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2014 (BRASIL, 2015) mostra que, a autonomia econômica das mulheres que desenvolvem atividades no meio rural, em 2012 era de, aproximadamente, 3 milhões e 900 mil mulheres maiores de 16 anos – com ocupação em atividades agrícolas, correspondia a quase 10% das mulheres ocupadas no Brasil. E o que mais chama atenção nas atividades desse setor (agrícola) é o fato de mais de dois terços das mulheres (72,6%) se dedicavam ao trabalho para a manutenção familiar – próprio consumo ou a atividades não remuneradas; nesse último caso, foram identificadas mais de 60% das mulheres.

Enquanto que, nos empreendimentos voltados as atividades de produção ou produção e comercialização nas categorias de produção de café; móveis; imóveis; produção mineral; metalurgia; entre outros, categorias essas, onde o objetivo é mais direcionado a atender o mercado consumidor, por meio da produção e da comercialização, essas atividades são realizadas, em sua maioria por homens e/ou entidades com predominância de sócios do sexo masculino.

A análise dos dados possibilitou compreender uma das principais relações existentes entre as organizações sociais, na região Amazônica brasileira. Uma dessas relações, diz respeito ao fato das mesmas buscarem, prioritariamente, garantir a produção de alimentos para consumo interno da família, pertencente ao quadro social, visando a sustentabilidade do EES, além da soberania e segurança alimentar dos seus sócios. No entanto, vale salientar que, a produção desses EES não se restringe apenas ao consumo interno, mas também, e em determinadas situações com maior frequência, em ofertar produtos ao mercado consumidor, por meio da comercialização da produção e/ou excedente aos mercados, principalmente, local e/ou regional.

Outra característica relacionada a produção e comercialização dos EES da região Norte do Brasil, está relacionada ao pertencimento desses grupos a povos ou comunidades tradicionais. Dentre os mais citados, identificados no mapeamento do SIES/SENAES (2013) se encontram os: Quilombolas; Ribeirinhos; Extrativistas e Comunidades de Terreiro; Pescadores tradicionais; Índios; Comunidades de terreiro; Negros e Caboclos.

Da Produção e Comercialização – Segundo Povos e Comunidades Tradicionais

As organizações sociais compostas por Povos e Comunidades Tradicionais, apresentam como principais produtos das atividades de produção ou produção e comercialização, aqueles com maior destaque, produzidos coletivamente pelo quadro social. Dessas categorias de produtos destacam-se: Outros produtos alimentícios; Produtos têxteis; Frutas e derivados; Produtos diversos; Artesanato; Verduras e derivados; Cereais e derivados; Leguminosas e derivados; e os Pescados e frutos do mar.

Dos Empreendimentos Econômicos Solidários mapeados, na região Amazônica brasileira, das principais atividades econômicas realizadas pelas organizações sociais, a categoria: Outros produtos alimentícios – Farinhas (mandioca, tapioca e outras), bolos, salgados, doces, mel, pão, biscoito e cachorro quente, é realizada de forma preponderante pelos EES constituídos por povos de Comunidades de Terreiros, representando 50% da produção dessas organizações, e pelas Comunidades Quilombolas representando mais de 38%. Conforme **Tabela 23**.

A segunda categoria dos principais produtos identificados nas organizações da região Norte do Brasil, estão os produtos têxteis – guardanapos, tapetes, blusas, camisas, bordados, panos de prato, chapéu, bolsas, uniforme escolar e camiseta. Nesta categoria, as principais organizações responsáveis por essa produção são os empreendimentos constituídos por sócios pertencentes a povos ou comunidades de negros. Essas populações são responsáveis por mais de 26% de produção têxtil da região Norte do Brasil, seguidas pelas populações caboclas, responsável por 12,5% da produção da categoria.

Outra categoria analisada diz respeito a categoria de produtos Frutas e derivados. Dos povos e Comunidades Tradicionais. Nessa categoria os Ribeirinhos lideram a produção de frutas na região Norte do Brasil, representando mais de 30% do percentual pesquisado. Esse percentual é seguido pelas Comunidades de Terreiro com 25% da produção da região. Com os dados analisados, a categoria de Frutas e derivados não é identificada como uma das atividades realizadas pelas populações Negras da Amazônia brasileira.

Relacionada a categoria Produtos diversos (pulseiras, sandálias, bonecas, vasos, etc.) as populações que mais se destacam são os Extrativistas e o Índios. As populações indígenas, dentro dessa categoria se destaca, respondendo por mais de 20% do total produzido desses produtos. E os Extrativistas na segunda posição com cerca de 15%. É válido ressaltar que, essas populações se apresentam como maiores produtoras desses produtos em virtude dos mesmos serem utilizados

na manutenção cultural e/ou no consumo de tais populações, relacionados a vestuários (sandálias, por exemplo), artigos de decoração como os vasos, abajur, etc., ou ainda, de cerimônias tradicionais (pulseiras, colares e outros).

Relacionado a categoria de produção de grande relevância na região Norte do Brasil, está relacionada a produção de Artesanatos. Nessa categoria, as populações e comunidades Indígenas, Caboclas e Negras são as que dominam essa atividade com 22,2%; 15,6%; e 11,8%, respectivamente. Conforme **Tabela 23**.

No que concerne a categoria de produtos relacionados a produção de Verduras e hortaliças, as comunidades Quilombolas, as populações Caboclas e Outros – outras populações e comunidades tradicionais além dos citados, são os maiores produtores. Nesses grupos – populações/comunidades, o percentual equivale a mais de 12% do total dos produtos produzidos por essas populações, equivalendo a mais de 40% do total produzido na região Amazônia brasileira.

A categoria Grãos e derivados, vale salientar que os grãos identificados na pesquisa foram arroz, milho e cereais em geral. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por meio da Resolução– CNNPA nº 12, de 1978⁶, define os Cereais como as sementes ou grãos destinado ao consumo humano e/ou animal, oriundos de plantas (gramíneas) exemplo: trigo, arroz, centeio, etc. Essas culturas são destinadas as dietas de animais classificadas como alimentos de expressivo teor de carboidratos. Esses componentes dos alimentos têm como principal função, o fornecimento de energia as células do corpo.

Na categoria Leguminosas e derivados, foram identificados nessa categoria apenas duas leguminosas: o feijão e o amendoim. Dessas leguminosas, o feijão é a que apresenta maior destaque, representando mais de 96% do total das leguminosas e derivados produzidos por EES na região Norte do Brasil. As Comunidades Tradicionais de Pescadores artesanais são os maiores produtores nessa categoria, as Leguminosas e derivados representam 7% da produção dessas populações.

A última categoria de produtos analisados é a de Pescados e frutos do mar. Para essa categoria, dos produtos produzidos pelas Populações e Comunidades Tradicionais mapeadas, o destaque está nas Comunidades Tradicionais de Pescadores artesanais, as quais, do total

⁶ Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/anvisa/legis/resol/12_78.pdf.

produzido, essas Comunidades respondem por, aproximadamente, 35% da produção da região Amazônica brasileira. Conforme **Tabela 23**.

Categoria do produto	Povo ou comunidade tradicional								Outros
	Ribeirinhos	Extrativistas	Quilombolas	Pescadores artesanais	Índios	Negros	Caboclos	Comum. de terreiros	
Outros prod. alimentícios	19,5%	22,9%	38,7%	14,0%	13,0%	23,5%	18,8%	50,0%	31,2%
Produtos têxteis	2,3%	1,8%	3,2%	—	9,3%	26,5%	12,5%	—	10,4%
Frutas e derivados	31,6%	15,6%	19,4%	4,7%	5,6%	—	18,8%	25,0%	9,1%
Produtos diversos	8,3%	14,7%	6,5%	7,0%	20,4%	8,8%	6,3%	—	6,5%
Artesanato	5,3%	1,8%	1,6%	9,3%	22,2%	11,8%	15,6%	—	7,8%
Verduras e hortaliças	9,8%	3,7%	12,9%	9,3%	9,3%	5,9%	12,5%	—	18,2%
Grãos e derivados	7,5%	11,9%	1,6%	—	3,7%	2,9%	3,1%	—	2,6%
Leguminosas e derivados	0,8%	2,8%	3,2%	7,0%	1,9%	2,9%	—	25,0%	—
Pescados e frutos do mar	6,8%	4,6%	4,8%	34,9%	1,9%	—	6,3%	—	1,3%
Animais e derivados	1,5%	2,8%	—	4,7%	—	5,9%	—	—	2,6%
Leite e derivados	—	—	—	—	—	—	—	—	1,3%
Outros serviços	1,5%	—	—	—	1,9%	2,9%	—	—	—
Produtos agropecuários	—	2,8%	—	—	1,9%	—	—	—	—
Café	—	1,8%	—	—	—	—	—	—	1,3%
Plantas	—	1,8%	—	2,3%	7,4%	—	—	—	1,3%
Serviços de agric./pecuária	0,8%	—	3,2%	—	—	—	—	—	3,9%

Móveis	1,5%	0,9%	1,6%	—	—	—	—	—	—
Nozes e sementes	1,5%	5,5%	—	2,3%	—	2,9%	—	—	—
Carnes e derivados	—	—	3,2%	2,3%	—	5,9%	3,1%	—	—
Produtos de limpeza	0,8%	0,9%	—	—	—	—	—	—	—
Prod. ou serviços de beleza	—	0,9%	—	—	—	—	3,1%	—	1,3%
Gorduras e óleos	—	2,8%	—	—	—	—	—	—	—
Bebidas alcoólicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Metalurgia	—	—	—	—	—	—	—	—	1,3%
Ovos e derivados	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bebidas não alcoólicas	0,8%	—	—	—	—	—	—	—	—
Minerais	—	—	—	—	1,9%	—	—	—	—
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Combustíveis	—	—	—	2,3%	—	—	—	—	—
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 23. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo o povo ou comunidade tradicional a qual os sócios pertencem.

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Da Produção e Comercialização – Segundo as Categorias Sociais dos Sócios

Durante o mapeamento da economia solidária – das organizações sociais, foram levantados dados relacionados as principais categorias sociais dos sócios desses empreendimentos econômicos solidários, na região Norte do Brasil. Dentro dessas categorias foram identificados os: Agricultores Familiares; Artesãos; Outros Trabalhadores Autônomos de nível superior; Assentados da reforma agrária; Desempregados (Desocupados); Técnicos e profissionais de nível superior; Artistas; Catadores de material reciclável; Garimpeiros ou Mineiros; e aqueles que, Não se aplica ou não há predominância.

Para análise das Categorias Sociais, utilizou-se a Categoria dos Produtos de maior relevância, identificados durante a pesquisa. As principais Categorias de Produtos são: Outros produtos alimentícios; Produtos têxteis; Frutas e derivados; Produtos diversos; Artesanato; Verduras e derivados; Cereais e derivados; Leguminosas e derivados; e os Pescados e frutos do mar. Conforme **Tabela 24**.

Das Categorias Sociais analisadas, a de Agricultores Familiares apresenta maior destaque nas áreas de produção de Frutas e derivados com 20,2%; Verduras e Hortaliças com 11,6%; Grãos e derivados (8,2%); e a produção de Leguminosas e seus derivados, correspondendo a pouco mais de 5%. A Categoria Social classificada como a de Agricultores Familiares, ainda apresenta relevante produção nas categorias: Outros produtos alimentícios com 25,6%; e a produção de Pescados e frutos do mar, equivalente a 3,8%.

A Categoria Social dos Assentados da Reforma Agrária é outra categoria de suma importância na pesquisa. Dentro desta, os principais produtos produzidos são: os dos Outros produtos alimentícios, o qual corresponde a mais de 27% do total da produção da categoria. A categoria ainda é a mais importante, quando se analisa a produção de Animais e derivados (6,9%).

No que concerne a Categoria de Produtos: produção de produtos diversos e Artesanato, essas duas atividades apresentam como principais categorias sociais de produção os Artesãos; os Artistas; e os Catadores de material reciclável. Os Artistas são os maiores responsáveis pela produção de produtos diversos (59,1%). Já os Artesãos pela produção de Artesanato, representando mais de 35%. E os Artesãos assumem, nas duas atividades anteriores, como a segunda categoria mais importante na produção, com 33,8% da produção de produtos diversos; e 21,7% na produção de Artesanato.

As Categorias de Produtos que demandam de maior grau de escolaridade ou de uma formação especializada é percebida nas Categorias Sociais que compõem os EES. Por exemplo, a produção de Produtos Têxteis é realizada de forma preponderante por Técnicos e profissionais de nível superior (62,5%) ou por pessoas que se encontram no mercado de trabalho Desempregadas (Desocupadas) para essas pessoas a produção equivale a 36,3% do total das atividades desenvolvidas pela categoria. A mesma situação ocorre para os Outros trabalhadores autônomos de nível superior, os quais são os principais produtores de Pescados e frutos do mar, os quais respondem por 5,3% da produção.

É importante ressaltar que, ao analisar as principais atividades de produção, segundo as Categorias Sociais, das quais fazem parte os sócios e sócias dos empreendimentos econômicos solidários da região Amazônica brasileira, na maioria das Categorias Sociais há uma diversidade de atividades de produção, logo, uma diversidade de atividades capazes de gerar ocupação e renda àqueles envolvidos nas atividades. Das Categorias Sociais, a exceção é: Garimpeiros ou mineiros, essa categoria apresenta apenas duas atividades, que são: Produtos diversos (33,3%) e a Metalurgia (66,7%).

Da mesma forma que, de todas as Categorias Sociais analisadas, a de Agricultores Familiares é a mais diversificada. Com base no mapeamento, de acordo com a **Tabela 24**, é possível afirmar que, a única atividade que não foi identificada dentro das organizações coletivas classificadas na Categoria de Agricultores Familiares, na Amazônia brasileira, é a atividade de Metalurgia. Essa diversidade está relacionada as necessidades que o agricultor familiar tem, juntamente com sua família de buscar garantir a manutenção dos recursos naturais com o uso cada vez menos agressivo ao meio biofísico, porém, com a produção de alimentos e produtos. Além disso, com a garantia da melhoria na qualidade de vida para permanência das futuras gerações no campo.

Tabela 24. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido, segundo a categoria social a qual os sócios do empreendimento pertencem ou pertenceram.

Categoria do produto	Categoria social dos sócios									
	Agricultores Familiares	Artãos	Outros trab. autônomos de nível superior	Não se aplica ou não há predominância	Assentados da reforma agrária	Desempregado (Desocupados)	Técnicos e profissionais de nível superior	Artistas	Catadores de material reciclável	Garimpadores ou mineiros
Outros produtos alimentícios	25,6%	3,1%	21,3%	27,7%	27,7%	12,5%	12,5%	5,9%	—	—
Produtos têxteis	3,4%	33,2%	29,3%	16,8%	—	36,3%	62,5%	17,6%	9,1%	—
Frutas e derivados	20,2%	0,6%	2,7%	5,8%	10,9%	3,8%	—	—	—	—
Produtos diversos	2,7%	33,8%	10,6%	9,0%	5,9%	21,3%	12,5%	29,4%	59,1%	33,3%
Artesanato	2,1%	21,7%	5,3%	9,0%	2,0%	5,0%	—	35,3%	9,1%	—
Verduras e hortaliças	11,6%	0,2%	0,5%	5,8%	5,0%	5,0%	—	5,9%	—	—
Cereais e derivados	8,2%	0,2%	0,5%	1,3%	6,9%	—	—	—	—	—
Leguminosas e derivados	5,1%	—	0,5%	0,6%	5,0%	1,3%	—	—	—	—
Pescados e frutos do mar	3,8%	0,4%	5,3%	2,6%	1,0%	2,5%	—	—	—	—
Animais e derivados	2,7%	0,2%	3,7%	0,6%	6,9%	—	—	—	—	—
Leite e derivados	2,8%	—	0,5%	1,3%	4,0%	1,3%	—	—	—	—
Outros serviços	0,7%	1,7%	5,9%	5,8%	—	2,5%	—	5,9%	4,5%	—
Produtos agropecuários	2,4%	0,6%	1,1%	1,9%	3,0%	—	—	—	—	—
Café	2,0%	—	0,5%	1,9%	1,0%	1,3%	—	—	—	—
Plantas	1,4%	0,2%	1,1%	0,6%	2,0%	2,5%	—	—	—	—
Serviços de	1,3%	—	—	0,6%	5,9%	—	—	—	—	—

agric./pecuária										
Móveis	0,2%	1,6%	2,7%	3,2%	1,0%	2,5%	—	—	—	—
Nozes e sementes	1,2%	0,6%	0,5%	—	1,0%	—	—	—	—	—
Carnes e derivados	0,6%	—	2,1%	1,3%	1,0%	—	12,5%	—	—	—
Produtos de limpeza	0,3%	0,6%	3,2%	0,6%	1,0%	1,3%	—	—	—	—
Prod. ou serviços de beleza	0,2%	0,8%	0,5%	1,9%	2,0%	—	—	—	—	—
Gorduras e óleos	0,7%	—	—	—	1,0%	—	—	—	—	—
Bebidas alcoólicas	0,2%	0,2%	—	—	4,0%	—	—	—	—	—
Metalurgia	—	—	0,5%	—	—	1,3%	—	—	18,2%	66,7%
Ovos e derivados	0,2%	—	0,5%	0,6%	1,0%	—	—	—	—	—
Bebidas não alcoólicas	0,1%	—	1,1%	—	1,0%	—	—	—	—	—
Minerais	0,1%	0,4%	—	0,6%	—	—	—	—	—	—
Imóveis	0,1%	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Combustíveis	0,1%	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Faturamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Região Norte do Brasil

Quando se discute sobre empreendimentos econômicos solidários, ou ainda, sobre o tema economia solidária, é comum que se faça uma analogia unilateral com a perspectiva filantrópica baseado apenas nas relações de troca e/ou doações. Como ressalta Gaiger (1999; 2003) a economia solidária trata-se de uma estratégia de resistência da população excluída e/ou marginalizada pelo modo de produção capitalista. População essa que, optou por não se submeter a lógica de produção do capital – com a venda de sua mão de obra. Desta forma, essas populações optaram por outra forma de produção, encontrando a economia solidária como a melhor alternativa.

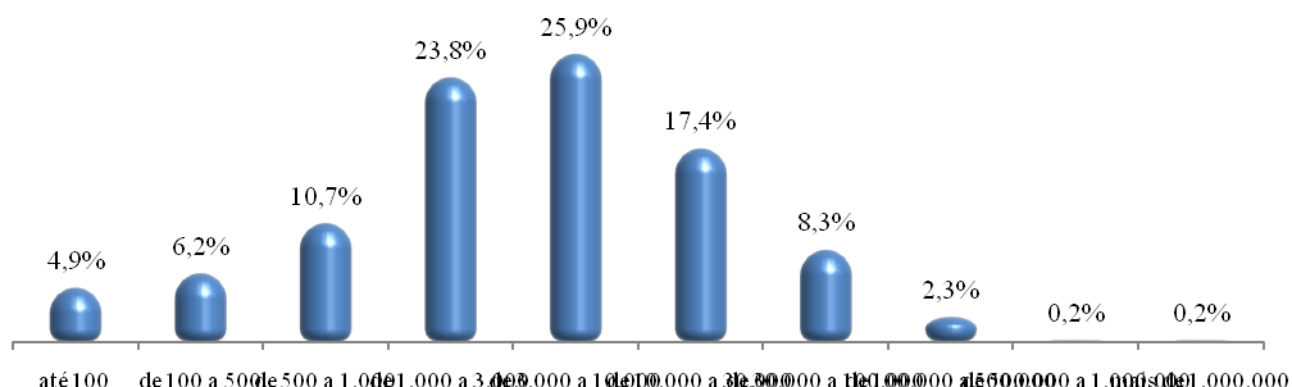
Assim, o mapeamento buscou aferir que, além dos dados socioculturais e ambientais analisados, também é possível analisar dados socioeconômicos dos empreendimentos econômicos solidários mapeados na região Amazônica brasileira. Nesse mapeamento foram levantadas questões sobre a capacidade de remuneração do quadro social dos empreendimentos, por exemplo: O empreendimento está conseguindo remunerar os (as) sócios (as) que trabalham?; Qual o valor médio da remuneração/retirada mensal? Qual o menor e o maior valor da remuneração/retirada mensal dos (as) sócios (as) do empreendimento?.

Questões como essas possibilitaram, não apenas calcular saber se as organizações mapeadas estão conseguindo remunerar seu quadro social, mas também, apresentar àqueles que se contrapõem a lógica do trabalho coletivo que, essas ações colaborativas podem gerar renda monetária – capital, por meio de uma perspectiva da cooperação entre os envolvidos e não pela submissão a um patrão/chefe, onde todos são responsáveis pelo sucesso e fracasso da organização.

Do Faturamento mensal dos EES da Região Norte do Brasil

De acordo com a análise dos dados mapeados pelo SIES/SENAES (2013) os EES da região Norte do Brasil, têm um faturamento mensal que varia de menos R\$100,00 a valores acima de R\$1.000.000,00 de reais. Vale salientar que, a maioria das organizações, mais de 75%, têm um faturamento mensal em torno de R\$500,00/R\$1.000,00 até R\$30.000,00/R\$100.000,00. Conforme **Gráfico 20**. E desses, a maioria dos empreendimentos, cerca de 25% das organizações sociais mapeadas (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais) têm um faturamento mensal variando de R\$3.000,00 a R\$10.000,00.

Gráfico 20. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Mas é importante ressaltar que, essa perspectiva está voltada para a região Norte do Brasil como um todo. A realidade das organizações sociais varia de estado para estado. Assim, haverá variação no faturamento mensal, dependendo da atividade econômica realizada pelos EES no Estado.

Do Faturamento mensal dos EES – Por Estado na Região Norte do Brasil

Durante o mapeamento foram levantados questionamentos sobre o faturamento mensal dos empreendimentos econômicos solidários na região Norte do Brasil. Com base nas respostas, foi possível concluir que, a média do faturamento total dos empreendimentos é de R\$13.780,00. E, ainda de acordo com os dados mapeados, em média, o faturamento por trabalhador nos empreendimentos econômicos solidários na Amazônia brasileira é de R\$726,00 mensal. Conforme **Tabela 25**.

Tabela 25. Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da Região Norte e dos Estados cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização.

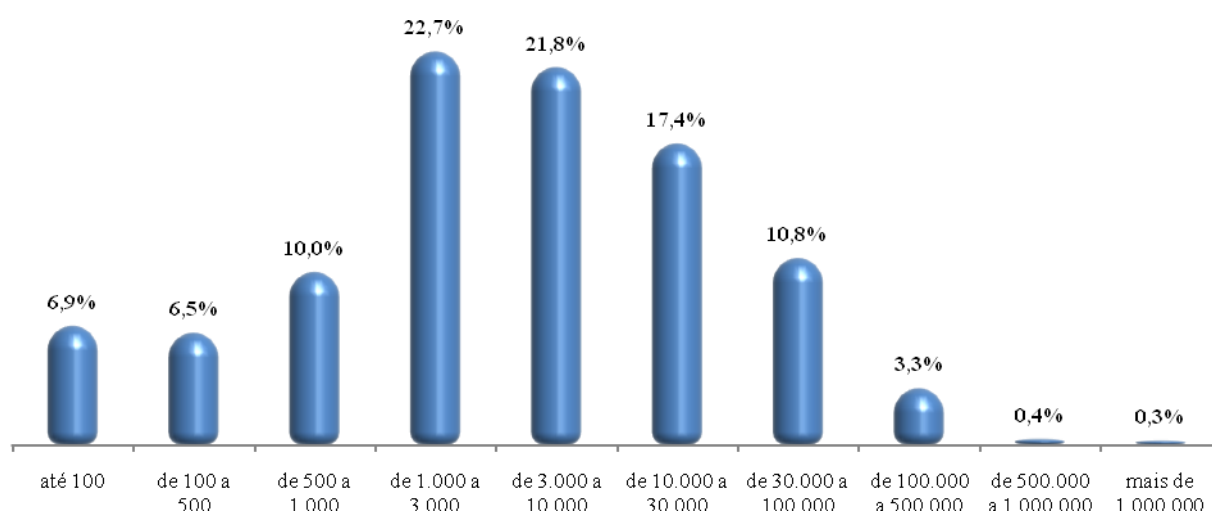
Estado	Faturamento	Faturamento por trabalhador
Norte	R\$13.780	R\$726
Acre	R\$19.516	R\$1.036
Pará	R\$16.031	R\$637
Amapá	R\$12.025	R\$762

Rondônia	R\$10.506	R\$1.243
Tocantins	R\$9.443	R\$543
Amazonas	R\$8.826	R\$573
Roraima	R\$6.224	R\$596

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Esses R\$726,00 mensal não é um padrão dos empreendimentos mapeados, diz respeito a uma média. Existem EES que apresentam um baixo faturamento como os empreendimentos de Roraima com uma média de R\$6.224,00 por mês. Ou ainda, os EES de Tocantins que faturam em média R\$543,00 por trabalhador/mensal. Mas, também há organizações que apresentam um faturamento médio mensal de mais de R\$19.516,00 (os EES do estado do Acre). E aqueles que conseguem faturar, em média por trabalhador, cerca de R\$1.243,00 (estado de Rondônia). Conforme **Gráfico 21**.

Gráfico 21. Distribuição dos EES do Estado do Pará cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.



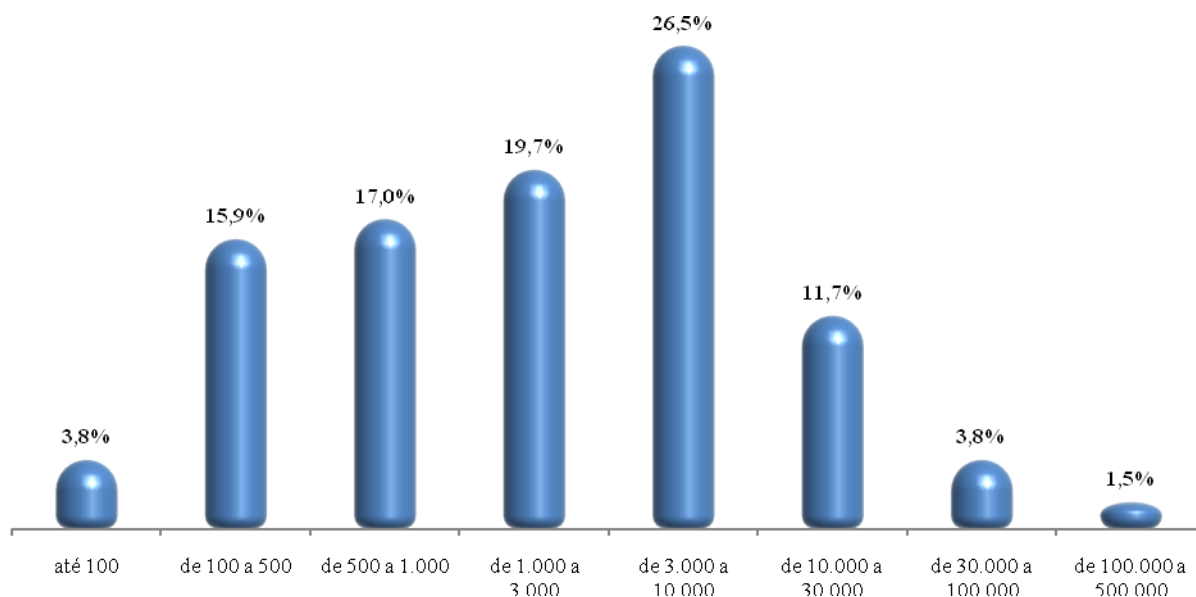
Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Esses valores vão se diferenciando conforme as atividades desenvolvidas e o número de trabalhadores envolvidos por Estado, na região Amazônica brasileira. No estado do Pará, **Gráfico 21**, por exemplo, mais de 39% das organizações sociais mapeadas (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais) têm um faturamento mensal variando de R\$3.000,00 a R\$10.000,00. Além

disso, 4% total mapeado apresentam um faturamento entre R\$100.000,00 a mais de R\$1.000.000,00 por mês.

No estado do Tocantins (**Gráfico 22**) é possível perceber um volume maior de empreendimentos econômicos solidários com um faturamento mensal entre R\$100,00/ R\$500,00 a R\$3.000,00/R\$10.000,00, aproximadamente, 80% das organizações mapeadas no estado. E diferente do estado do Pará, não foram encontrados EES com faturamento acima de R\$500.000,00 mensal.

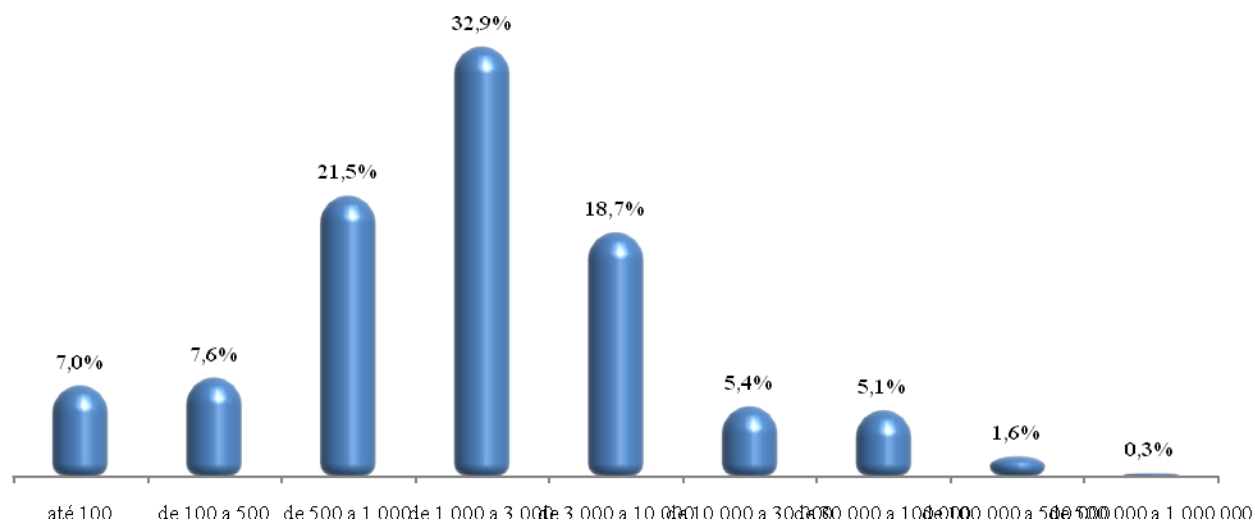
Gráfico 22. Distribuição dos EES do Estado do Tocantins cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

No estado do Amazonas, conforme mostra o **Gráfico 23**, aproximadamente, 33% das organizações mapeadas no estado têm faturamento mensal entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00. Outro fator observado nos empreendimentos do Amazonas, está relacionado ao volume de organizações que, mensalmente, tem um faturamento em torno de R\$100,00 a R\$1.000,00. Esse número compreende mais de 36% do total dos EES mapeados no estado. Vale ressaltar também que, assim como o estado do Pará, o Amazonas tem um percentual de 1,9%, de organizações com faturamento acima de R\$100.000,00 podendo chegar a R\$1.000.000,00 mensal.

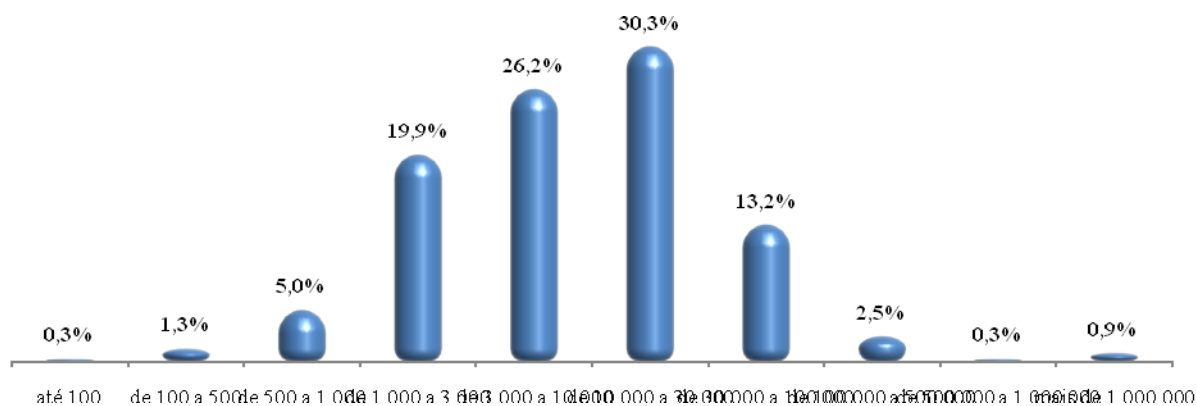
Gráfico 23. Distribuição dos EES do Estado do Amazonas cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Os estados do Acre, Amapá e Rondônia apresentam similaridades no que diz respeito aos seus empreendimentos econômicos solidários. O faturamento das organizações sociais (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais) mapeadas nesses estados varia de R\$1.000,00 a R\$30.000,00 por mês.

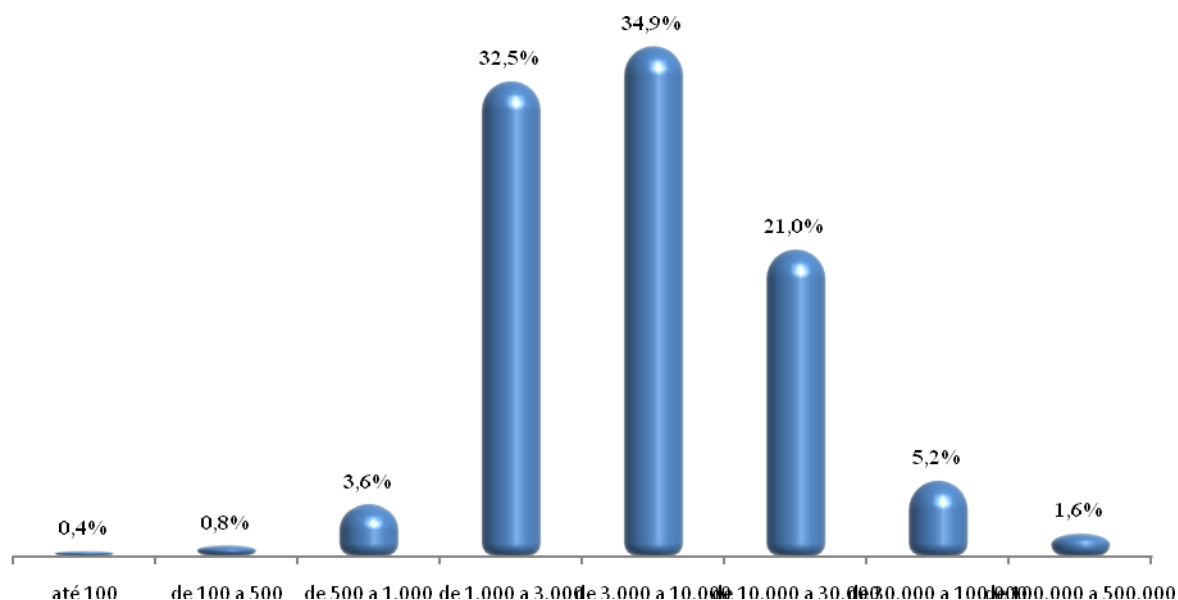
Gráfico 24. Distribuição dos EES do Estado do Acre cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

No estado do Acre, por exemplo (**Gráfico 27**) o percentual de EES com faturamento entre R\$1.000,00 a R\$30.000,00 por mês é de mais de 75%. No estado do Amapá esse percentual aumenta para 88,4% (**Gráfico 28**). E no estado de Rondônia esse percentual é maior que 90%, conforme mostra o **Gráfico 25**.

Gráfico 25. Distribuição dos EES do Estado do Amapá cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.

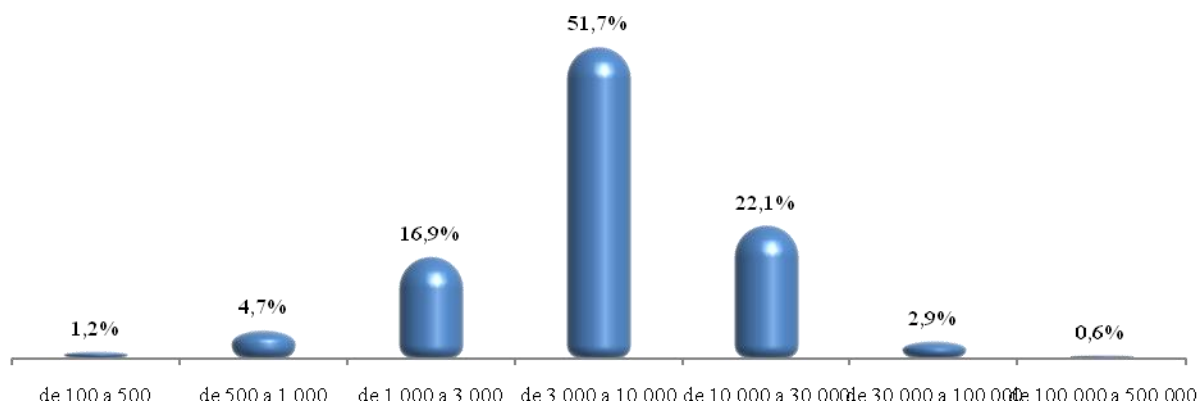


Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

E no estado de Roraima, como mostra o **Gráfico 26**, os percentuais encontrados de faturamento mensal para os empreendimentos variam de até R\$100,00 a R\$100.000,00. Os percentuais são os mais homogêneos, quando comparados aos demais estados da região Norte do Brasil. É importante salientar ainda que, o estado de Roraima é o único da região que não apresenta nenhum EES com faturamento mensal superior a R\$100.000,00.

Por meio dos dados do SIES/SENAES (2013) a economia solidária vem se mostrando uma alternativa economicamente viável, garantindo a geração de ocupação e renda às pessoas menos favorecidas/excluídas/marginalizadas da sociedade pelo modo de produção capitalista. Reportando a **Tabela 24**, o faturamento médio mensal dos EES na região Amazônica brasileira é de R\$13.780,00. E a renda média gerada por trabalhador/mês é de R\$726,00, variando de R\$543,00 (Tocantins) a mais de R\$1.200,00 (Rondônia).

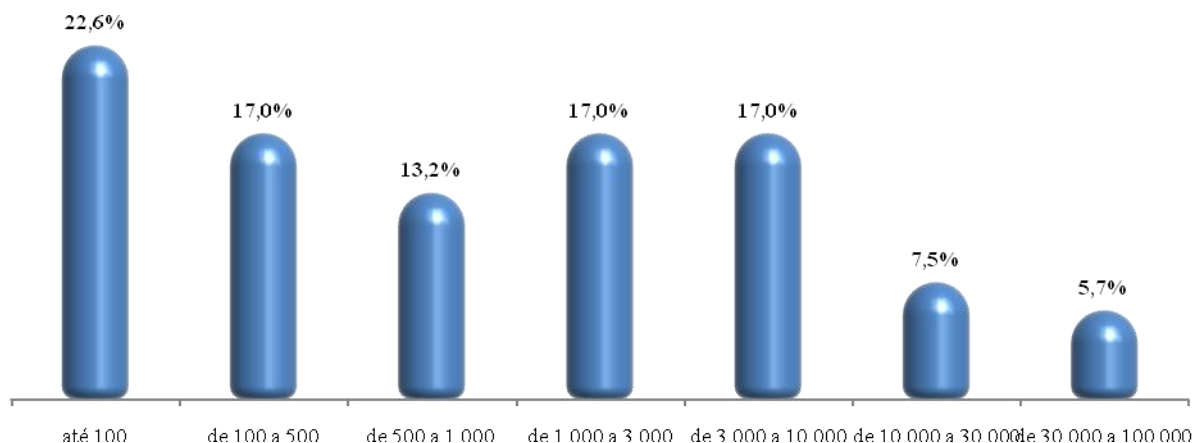
Gráfico 26. Distribuição dos EES do Estado de Rondônia cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Esses dados mostram que a economia solidária se apresenta como um movimento de resistência, principalmente, de populações tradicionais, que buscam preservar valores e costumes passados de geração a geração. Exemplo desses valores e costumes podem ser observados no artesanato; no cultivo, produção e comercialização de produtos alternativos; na elaboração de produtos voltados a medicina e alimentação alternativa; na garantia da soberania e segurança alimentar; produção de vestuários e adereços que expressem/caracterize sua cultura/povo; ou ainda como movimento ideológico de resistência, como no caso dos Remanescente de Quilombos, Assentados da Reforma Agrária, entre outros.

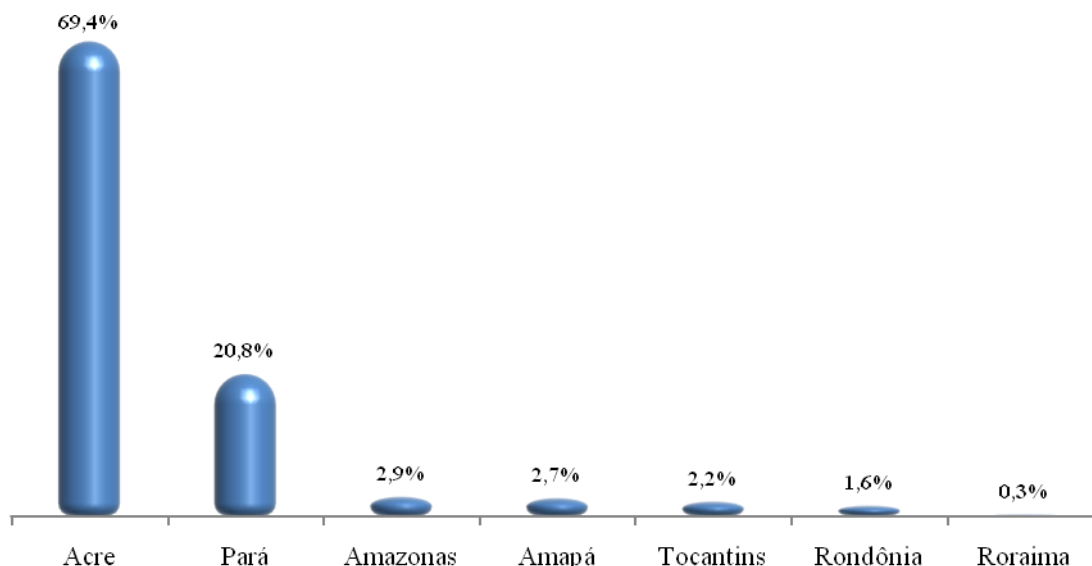
Gráfico 27. Distribuição dos EES do Estado de Roraima cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Somado os fatores já mencionados, com a discussão a viabilidade econômica dessas organizações sociais (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais) em gerar ocupação e renda para os atores sociais envolvidos nesse movimento. Conforme mostra o **Gráfico 28**, a distribuição total do faturamento médio mensal dos empreendimentos econômicos solidários dos estados da região Norte do Brasil, o Acre é o que apresenta maior faturamento médio mensal respondendo por cerca de 70% do recurso produzido na região. Outro estado com grande importância econômica por EES é o Pará respondendo por mais de 20% a distribuição total do faturamento médio mensal gerado pelos EES na região Amazônica brasileira.

Gráfico 28. Distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelos Estados.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

A análise dos dados do SIES/SENAES (2013) acerca dos empreendimentos econômicos solidários da região Norte do Brasil, por meio da **Tabela 26** e **Gráfico 29**, mostram que o faturamento médio mensal das organizações sociais (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais) está relacionada a atividades da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, a qual lidera, respondendo por mais de 78% do faturamento dos EES; a Indústria de transformação responde por 7,2%; enquanto que o Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas por apenas 1,9%. Dentro dessa análise levantou-se que outras atividades, as quais juntas somam cerca de 12,5% do faturamento gerado.

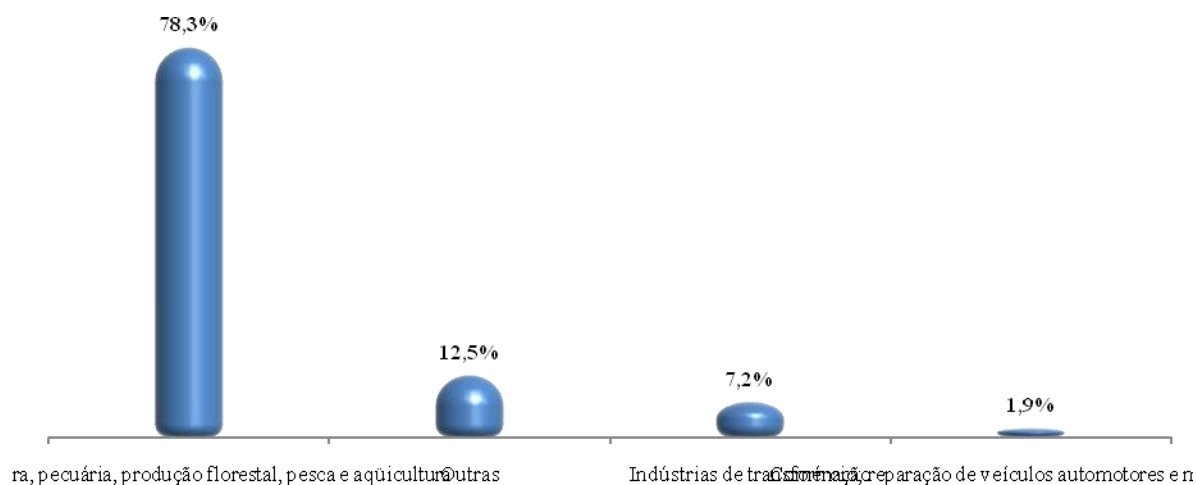
Tabela 26. Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE em nível de divisão em suas respectivas seções.

Seção	Divisão	Faturamento	Faturamento por trabalhador
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Produção florestal	43.900	1.595
	Pesca e aquicultura	33.493	1.282
	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	19.243	940
Indústria de transformação	Fabricação de móveis	19.844	2.085
	Fabricação de bebidas	17.783	805
	Fabricação de produtos alimentícios	12.676	675
	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	9.500	633
	Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, art. para viagem e calçados	9.327	394
	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6.400	1.067
	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5.374	483
	Fabricação de produtos diversos	4.739	348
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3.678	449
	Fabricação de produtos de madeira	3.188	512
	Fabricação de produtos químicos	2.433	501
	Fabricação de produtos têxteis	2.342	268
	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1.958	249
	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.875	201
	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	175	25
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	27.766	647
	Comércio varejista	3.599	392

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Vale ressaltar que, a Seção Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura com maior representatividade dentro da região Norte do Brasil (**Gráfico 29**) é constituída/dividida em atividades relacionadas a Produção vegetal, Pesca e aquicultura, e Agricultura, pecuária e serviços relacionados. Das Seções analisadas e classificadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE, a atividade/divisão relacionada a Produção vegetal é a de maior destaque, respondendo por um faturamento médio mensal de mais de R\$40.000,00 por EES enquadrado na atividade.

Gráfico 29. Distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela principal atividade econômica realizada pelo empreendimento



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

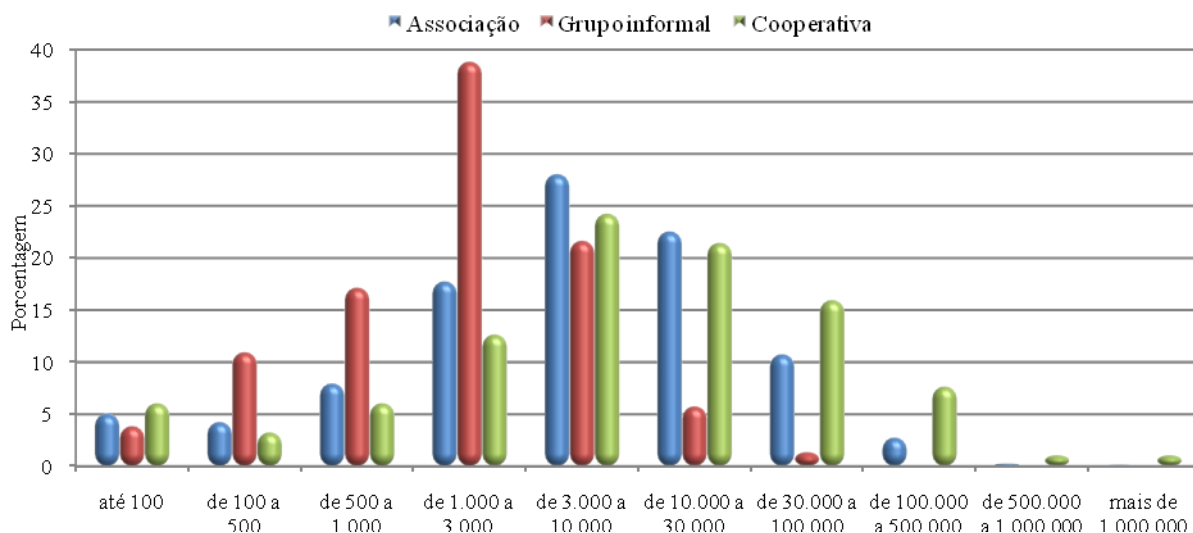
Na análise dos dados é importante salientar que, o faturamento médio gerado mensalmente está sendo analisado por trabalhador, mas também em conjunto pelo coletivo. E esse coletivo, diz respeito as categorias sociais mapeadas pelo mapeamento do SIES/SENAES (2013). Essa informação se faz relevante pois, de acordo com o **Gráfico 30**, todas as categorias de empreendimentos econômicos solidários analisadas geram renda que varia de até R\$100,00 a valores entre R\$30.000,00 e R\$100.000,00 por mês. Apresentando nessa perspectiva socioeconômica aqueles atores sociais que se organizam por meio dos Grupos Informais.

Quando observados os empreendimentos associativistas, Associações da região Norte do Brasil, a perspectiva de geração de renda (faturamento) mensal é um tanto maior que a de Grupos Informais. Na região Amazônica brasileira, existem Associações que faturam em média entre

R\$100.000,00 a R\$500.000,00 por mês. Cabe destacar que, as Associações não têm interesse, ou melhor, como principal objetivo a geração de renda para seu quadro social. O objetivo das Associações está na melhoria da qualidade de vida da comunidade, das relações daqueles que a compõe.

Os dados relacionados a valores econômicos para as Associações na região Norte do Brasil, está relacionado as principais atividades desenvolvidas por essas organizações; ao meio de produção, e de produção e comercialização, do espaço no qual estão inseridas esses EES, entre outros. Apesar do fator econômico não ser o principal foco das Associações, essa forma de organização se apresenta como a mais simples e formal encontrada por esses atores sociais para se inserirem no mercado e acessar canais de comercialização com entidades privadas e/ou públicas.

Gráfico 30. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo faturamento mensal, segundo a forma de organização.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Já com uma perspectiva mais empresarial, voltada a organizar a produção ou a produção e comercialização dos produtos de seu quadro social, as Cooperativas se destacam na geração de ocupação e renda. Na região Norte do Brasil, essas organizações chegam a gerar renda de mais de 1 milhão de reais por mês. De acordo com o **Gráfico 30**, a maioria das Cooperativas fatura em média de R\$3.000,00 a R\$100.000,00 mensais. Esses valores mostram a importância da

organização de pessoas por meio de EES para garantia e fortalecimento do desenvolvimento da região Amazônia brasileira.

De acordo com o **Gráfico 30**, é perceptível uma variação quanto ao faturamento obtido pelos empreendimentos econômicos solidários da região Norte do Brasil. E com base nos dados coletados durante o mapeamento da economia solidária (SIES/SENAES, 2013) na região é possível afirmar que, as Cooperativas têm um faturamento médio mensal de R\$33.896,00. Seguido pelas Associações com R\$16.455,00 por mês. E os Grupos Informais com faturamento médio mensal de R\$3.462,00. Conforme **Tabela 27**.

Tabela 27. Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela forma de organização

Forma de organização	Faturamento	Faturamento por trabalhador
Associação	16.455	742
Grupo informal	3.462	544
Cooperativa	33.896	1.321

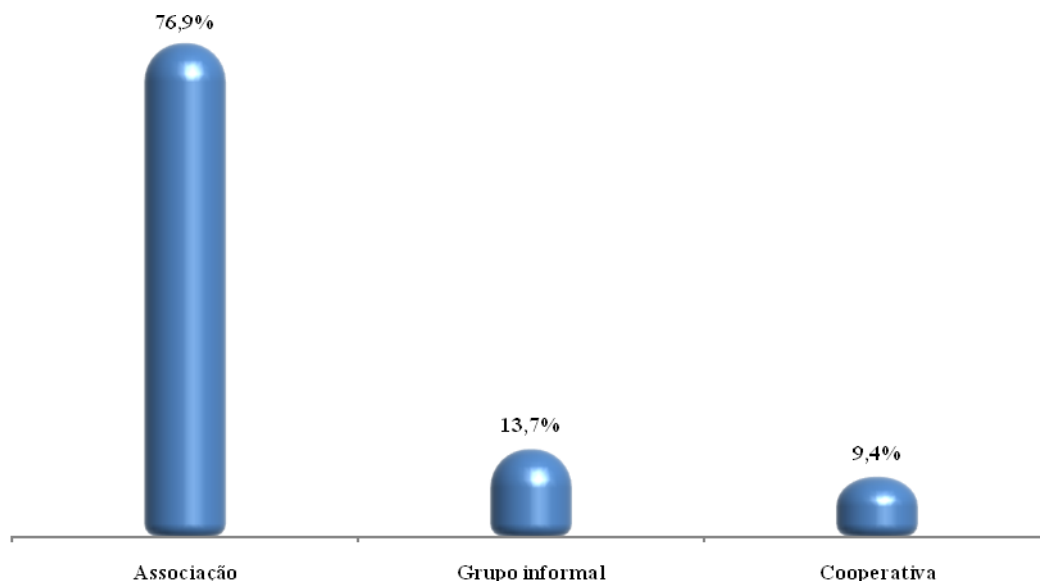
Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Com a base de dados do SIES/SENAES (2013) obteve-se o faturamento médio mensal dos EES da região Amazônica brasileira, e a partir desse faturamento, buscou-se traçar uma análise correlacionando a principal atividade econômica realizada pelos empreendimentos (Produção ou produção e comercialização) e as formas de organizações encontradas (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais). Assim, verificou-se que, as organizações identificadas como Associação são as que apresentam maior faturamento mensal relacionada a atividades de produção ou produção e comercialização, representando mais de 75% do total mapeado. Em segundo estão os Grupos Informais com 13, 7% e, em último lugar, as Cooperativas com 9,4% do total do faturamento médio mensal dos EES da região Norte do Brasil (**Gráfico 31**).

Nos empreendimentos econômicos solidários da região Amazônica, por meio dos dados do SIES/SENAES (2013) foram identificados os principais Povos ou Comunidades Tradicionais, bem como as principais categorias as quais essas populações pertencem. Desta forma, visando

compreender e ressaltar a importância da organização dessas populações em organizações sociais para a garantia do desenvolvimento da Amazônia brasileira, realizou-se uma análise quanto ao faturamento médio obtido por esses Povos ou Comunidades Tradicionais, assim como o faturamento médio alcançado por essas categorias sociais na região Norte do Brasil.

Gráfico 31. Distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela forma de organização.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Assim, de acordo com o **Gráfico 32**, a categoria social que responde pelo maior faturamento na região Norte do Brasil é a de Agricultores familiares, correspondendo a quase R\$20.000,00 mensal por EES, seguido pelos Assentados da Reforma Agrária com R\$12.872,00. As categorias com menor faturamento são as de Desempregados (Desocupados) com R\$3.385,00 e a de Técnicos, profissionais de nível superior respondendo por R\$2.063,00. Já relacionado ao faturamento médio por trabalhadores dos EES a categoria que se destaca é a dos Garimpeiros - R\$1.036,00 por trabalhador/mês, seguido pela de Agricultores familiares – R\$904,00. E as categorias que menos faturam por trabalhador/mês é a de Catadores de materiais recicláveis e Artesãos, correspondendo a R\$331,00 e R\$372,00 respectivamente.

Dentro das categorias sociais identificadas estão inseridos os Povos ou Comunidades Tradicionais encontradas na região Amazônica brasileira. Desta forma, e baseado nos dados constantes no **Gráfico 33**, é possível assegurar que das categorias analisadas, os empreendimentos econômicos solidários constituídos por Pescadores artesanais são os que

apresentam maior faturamento médio, cerca de R\$33.233,00 mensal. Em segundo lugar no ranking estão os EES constituídos por povos ou populações Extrativistas com um faturamento médio de R\$24.293,00 por mês.

Ainda sobre acerca das categorias sociais (**Gráfico 33**) os empreendimentos constituídos por povos de Comunidades de terreiro e por populações Indígenas são os que representam as menores médias de faturamentos mensal. Nos EES de Comunidades de terreiro a média de faturamento é de R\$9.771,00 por mês. E nos constituídos por povos Indígenas esse valor é de R\$7.337,00 mensal. Nessas categorias, os empreendimentos econômicos solidários que apresentam as melhores médias de faturamento por trabalhador são aqueles constituídos por populações Extrativistas, cerca R\$1.285,00 por trabalhador/mês, seguido pelos Pescadores artesanais com R\$977,00 por trabalhador/mês. Enquanto que os que menos faturam são os povos Indígenas (R\$284,00) e os Caboclos (R\$322,00).

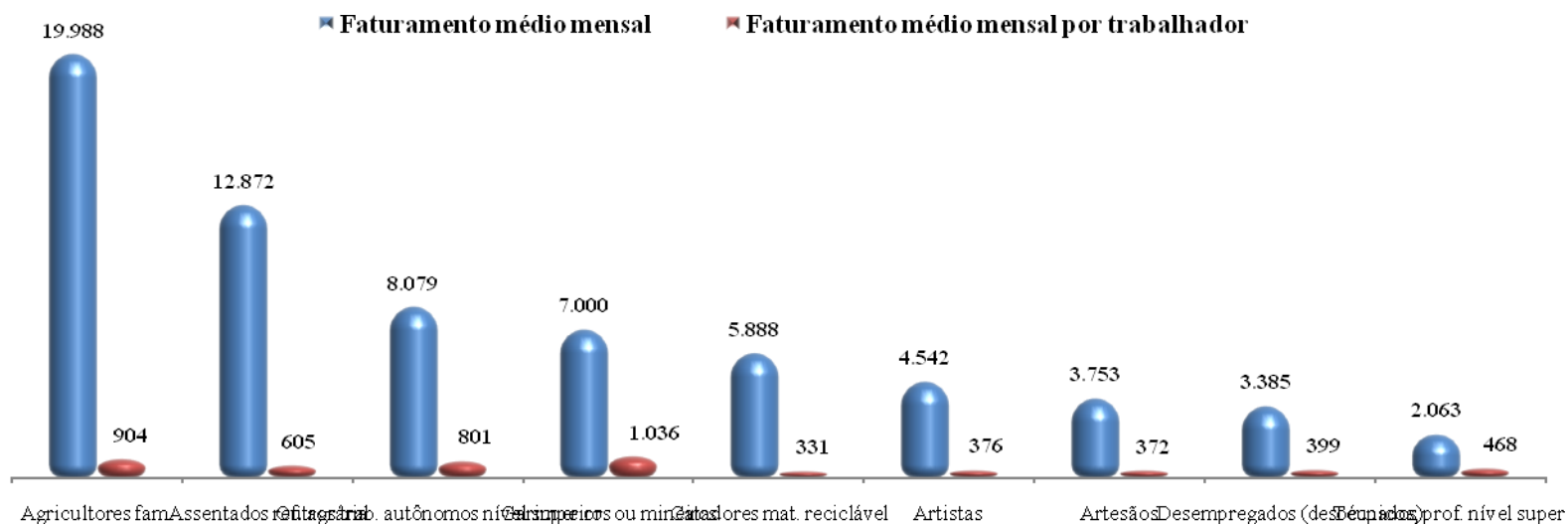
Quando se trata sobre a dimensão econômica (faturamento) dos empreendimentos econômicos solidários da região Norte do Brasil, é preciso ressaltar que, existem EES que apresentam um elevado faturamento médio mensal, mas também aqueles com um faturamento relativamente baixo, se comparado a dinâmica de empresas (trabalho assalariado) do modo de produção capitalista. Pois, a dinâmica das organizações sociais, principalmente, as constituídas por populações tradicionais e pelas categorias sociais identificadas na região (Agricultores familiares; Assentados da Reforma Agrária; Artesãos; etc.). Haja vista que, essas populações tradicionais e pelas categorias sociais buscam assegurar a manutenção familiar e a comercialização para o mercado consumidor (local, territorial, regional, nacional e/ou internacional).

Na **Tabela 28**, foram analisados os dados referentes ao faturamento médio mensals dos empreendimentos e por trabalhador e qual seria o percentual da distribuição total do faturamento médio mensal desses EES da Região Norte. Para isso, a análise se deu a partir dos principais produtos produzidos coletivamente pelas organizações sociais mapeadas (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais).

Nesse sentido, foram analisados como categoria do produto (principal produto produzido) a produção de: Pescados e frutos do mar; Animais e derivados; Frutas e derivados; Leguminosas e derivados; Outros produtos alimentícios; Verduras, hortaliças e derivados; Grãos e derivados; Produtos diversos; Artesanato; e Produtos têxteis. Essas categorias apresentam-se como as mais

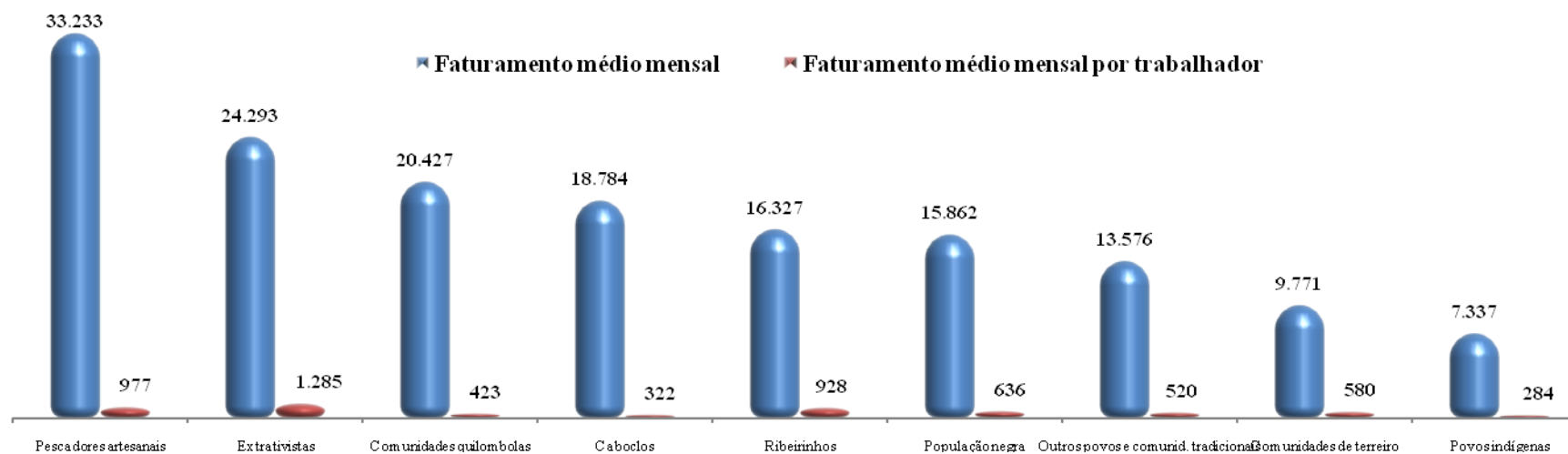
importantes e desenvolvidas pelos EES da região Norte do Brasil, as quais respondem por mais de 92,5% do total do faturamento dos produtos produzidos na região.

Gráfico 32. Faturamento médio mensal e faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria social a qual os sócios pertencem.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Gráfico 33. Faturamento médio mensal e Faturamento médio mensal por trabalhador dos EES da região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pelo povo ou comunidade tradicional a qual os sócios pertencem.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Tabela 28. Faturamento médio mensal, faturamento médio mensal por trabalhador e distribuição do total do faturamento médio mensal dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela categoria do principal produto produzido.

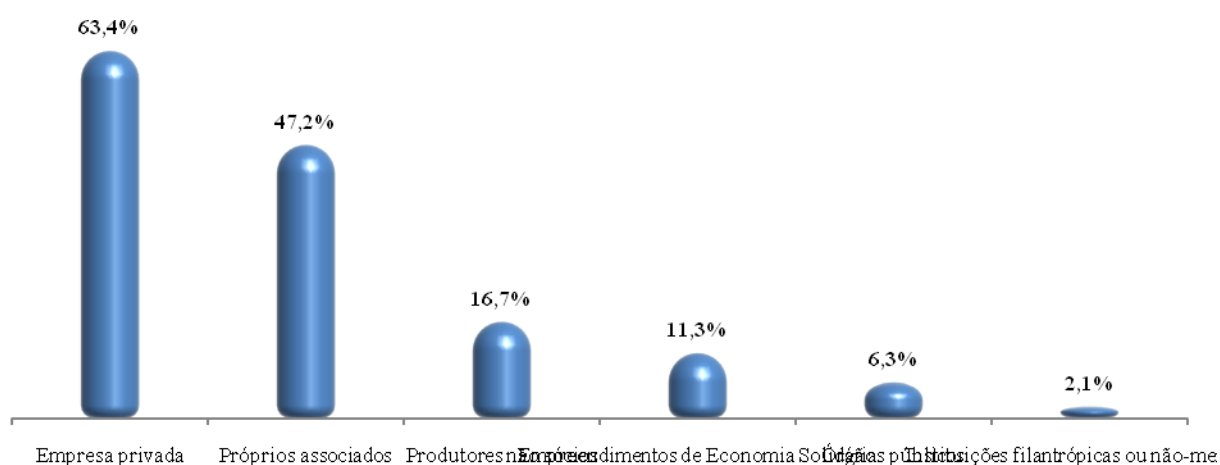
Categoria do produto	Faturamento	Faturamento por trabalhador	Total do faturamento
Combustíveis	298.000	2.258	0,27%
Nozes e sementes	32.340	1.078	1,13%
Pescados e frutos do mar	30.600	1.437	2,68%
Serviços relacionados à agricultura/pecuária	29.816	845	0,64%
Leite e derivados	29.492	2.337	1,16%
Produtos agropecuários	24.517	2.386	0,88%

Animais e derivados	23.031	877	1,44%
Gorduras e óleos	22.098	906	0,20%
Frutas e derivados	21.556	816	59,40%
Outros serviços	21.264	1.113	0,78%
Leguminosas e derivados	20.622	966	1,35%
Outros produtos alimentícios	16.715	677	20,08%
Plantas	16.358	566	0,38%
Bebidas alcoólicas	16.253	579	0,12%
Carnes e derivados	15.273	822	0,74%
Verduras, hortaliças e derivados	14.875	539	2,25%
Móveis	14.602	1.538	0,31%
Café	13.838	1.700	0,40%
Grãos e derivados	13.185	805	1,36%
Produtos de limpeza	12.312	1.647	0,18%
Minerais	11.900	190	0,04%
Produtos ou serviços de beleza	11.106	912	0,12%
Bebidas não alcoólicas	8.175	1.741	0,03%
Imóveis	8.000	571	0,01%
Produtos diversos	5.794	494	2,28%
Metalurgia	5.201	602	0,04%
Artesanato	3.981	353	0,63%
Produtos têxteis	3.623	389	1,08%
Ovos e derivados	3.567	1.156	0,02%

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

No entanto, acerca do faturamento médio dos EES e por trabalhador, apresentados na **Tabela 28**, esses valores poderiam ser maiores para as organizações sociais mapeadas (Associações; Cooperativas; e Grupos Informais). Pois, observou-se que, na maioria dos empreendimentos da região Amazônica brasileira tem como origem da sua matéria prima ou do insumo, as Empresas privadas com mais de 60%. Conforme o **Gráfico 34**.

Gráfico 34. Distribuição dos EES da Região Norte cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela origem da matéria-prima ou do insumo.Gráfico 14.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

É importante salientar que, os empreendimentos econômicos solidários, conforme dados do SIES/SENAES (2013) na região Norte do Brasil, têm sua matéria prima ou insumo oriundo de vários espaços, a saber: Empresas privadas; Própria do quadro social; Produtores não sócios; Empreendimentos de economia solidária; Órgãos públicos; e de Instituições filantrópicas ou não-mercantis. Essas são as origens identificadas da matéria prima ou insumo dos EES do Norte brasileiro (**Gráfico 34**).

Vale ressaltar que, há organizações sociais mapeadas na região que adquirem sua matéria prima ou do insumo de várias origens, dependendo do objetivo/produto final da produção. Nesse sentido, as Empresas privadas se destacam em todos os estados da região Norte do Brasil. O estado do Pará é o que menos adquire matéria prima ou insumos de Empresas privadas (52%) enquanto que o estado do Acre se destaca como aquele que mais contrai matéria prima ou insumos, equivalente a 77,9% (**Tabela 29**).

Tabela 29. Distribuição dos EES da Região Norte, cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela origem da matéria-prima ou do insumo, segundo os estados.

Origem da matéria-prima ou do insumo	Estado						
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Empresa privada	68,6%	77,9%	73,5%	69,8%	52,0%	68,1%	69,2%
Próprios associados	40,1%	38,5%	28,6%	22,6%	54,9%	65,7%	41,7%
Produtores não sócios	5,2%	6,9%	12,9%	—	21,1%	15,1%	27,4%
Empreendimentos de Economia Solidária	7,6%	22,1%	4,0%	13,2%	11,9%	11,2%	6,8%
Órgãos públicos	5,8%	10,4%	5,8%	3,8%	5,8%	7,2%	4,1%
Instituições filantrópicas ou não-mercantis	—	0,3%	1,2%	1,9%	2,4%	4,4%	3,4%

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Tabela 30. Distribuição dos EES da Região Norte, cuja principal atividade econômica realizada pelo empreendimento é produção ou produção e comercialização, pela origem da matéria-prima ou do insumo, segundo a CNAE.

Origem da matéria-prima ou do insumo	Principal atividade econômica/CNAE			
	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias de transformação	Comercio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Outras
Empresa privada	60,3%	65,5%	69,5%	71,6%
Próprios associados	54,6%	42,7%	38,5%	24,5%
Produtores não sócios	14,3%	18,3%	21,6%	15,7%
Empreendimentos de Economia Solidária	9,0%	12,1%	16,4%	13,7%
Órgãos públicos	7,3%	4,5%	5,6%	15,7%
Instituições filantrópicas ou não-mercantis	0,6%	2,6%	5,2%	7,8%

Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Segundo análise da **Tabela 30**, obtida por meio dos dados do SIES/SENAES (2013) a qual discorre sobre as principais atividades econômicas realizadas pelos EES (Produção ou produção e comercialização) conforme a CNAE, as principais atividades econômicas são: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; Indústria de transformação; Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; e Outras. Em todas as atividades econômicas realizadas na região Norte do Brasil, a predominância da origem da matéria prima ou insumo é de Empresas privadas, sendo esse percentual responsável, em dadas situações, por mais de 70% matéria prima ou insumo adquirido. Vale ressaltar também que, o percentual relacionado a aquisição de matéria prima ou insumo dos Próprios associados é bastante expressivo.

Principais Gargalos da Economia Solidária na região Norte do Brasil

Durante a pesquisa foram levantadas diversas informações acerca da importância dos empreendimentos econômicos solidários para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Informações que possibilitaram entender e caracterizar as organizações sociais da região; mão de obra ocupada; renda gerada; principais povos ou comunidades tradicionais; entre outros. Porém, a análise dos dados do SIES/SENAES (2013) também permitiu identificar algumas problemáticas – gargalos, que afligem essas populações organizadas em EES, na região Norte do Brasil.

Dentre os gargalos identificados está o acesso a computadores e internet. Isso não seria problema se estivesse sendo tratado há algumas décadas. No entanto, o período atual, considerado como “era digital” o fato dos empreendimentos estarem desprovidos dessas ferramentas, os tornam menos competitivos no mercado de comercialização. Os dados comprovam que apenas 46% dos EES mapeados na região Norte do Brasil possuem computadores. E, menos de 40% tem acesso a internet.

Esse fato pode gerar graves problemas relacionados a projeção dessas organizações coletivas. A internet possibilitaria divulgar resultados; oferecer produtos e/ou serviços; acessar informações; etc. E um dado que pode explicar essa dificuldade em inserir esses empreendimentos nesse “mundo digital” pode estar relacionado a faixa etária desse quadro social. A pesquisa mostra que, as maiores dos sócios (as) são considerados adultos, mais de 86% do quadro social é de pessoas com mais de 30 anos de idade. Nos quadros sociais, o percentual de jovens é de apenas 5%.

O acesso a computadores e internet possibilitaria as organizações suprirem uma demanda que também foi ressaltada na pesquisa como um gargalo, relacionado a comercialização de produtos. Conforme **Gráfico 35**. Dos empreendimentos mapeados, um percentual de pouco mais de 57% afirmou que não encontra dificuldade em comercializar seus produtos. Porém, uma parcela expressiva, equivalente a mais de 40% dos EES da região Amazônica brasileira tem encontrado alguma dificuldade para comercializar seus produtos. Dentre as dificuldades mais citadas, está o acesso aos espaços de comercialização, o escoamento da produção – falta de transporte. Dessa forma, os empreendimentos necessitam contratar veículos para transportar seus produtos. Esse valor é considerado por, aproximadamente, 45% dos empreendimentos mapeados, como muito elevado.

Gráfico 35. Principais gargalos identificados nos EES da Região Norte.



Fonte: Dados do SIES/SENAES (2013) Elaborado pelos Autores (2016).

Apesar da dificuldade em escoar a produção até os centros de comercialização, das organizações mapeadas, um percentual de 75% considera o valor de seus produtos adequados – preço justo e solidário, garantindo que o consumidor acesse produtos de qualidade a um valor justo, ao mesmo tempo em que, o produtor consiga fornecer ao mercado produtos saudáveis com valores que compensem o custo de produção e a manutenção familiar – geração de ocupação e renda.

Existe um fator endógeno na produção que pode influenciar no acesso ao mercado, bem como no valor do produto comercializado. Esse fator diz respeito a regularidade da produção – sazonalidade. Segundo dados do mapeamento, 22% dos EES da região Norte do Brasil tem

apresentado dificuldade em fornecer regularmente seus produtos. Para o mercado é inadmissível a falta de compromisso das entregas de produtos ao consumidor. Essa regularidade, segundo as organizações mapeadas estão relacionadas a 2 (dois) pontos chaves. O primeiro é a falta de assistência técnica capacitada para assessorar esses EES. Mais de 52% dos empreendimentos mapeados afirmaram não ter sido assessorado/assistido, nem capacitados nos últimos anos. A questão diz respeito a assistência técnica a níveis municipal, estadual, federal e privado.

O segundo ponto que influencia na regularidade da produção, segundo as organizações, está relacionado a falta de capital de giro. Mais de 55% dos empreendimentos relataram que a falta de capital de giro influencia diretamente na regularidade da produção. Analisando as informações do quadro social, o valor considerado como capital de giro seria utilizado para pagamento da produção. Pois, o sócio do empreendimento tem interesse em entregar a produção e receber imediatamente, o que não ocorre com os empreendimentos da região Norte do Brasil.

Com isso, o atravessador se torna um gargalo para a economia solidária da região Amazônica brasileira. Aproximadamente, 30% dos empreendimentos identificados sofrem com a concorrência realizada por empresas capitalista, com monopólios e atravessadores. A saída que alguns EES estão buscando é acessar crédito e financiamentos.

Dos empreendimentos econômicos solidários que buscaram algum tipo de crédito e/ou financiamento, aproximadamente 70% encontraram alguma dificuldade. A burocracia para acessar linhas de crédito e/ou de financiamento é muito grande. Das dificuldades para esse acesso, a mais mencionada pelas organizações mapeadas foi a falta de documentação exigida pelo agente financiador.

Outros gargalos foram mencionados pelos empreendimentos econômicos solidários, a saber: a falta de interesse das gestões municipais e estaduais em apoiar/fortalecer os movimentos solidários nos municípios e estados; a realização de feiras e a construção de espaços adequados (locais) para a comercialização da produção desses EES; e a assessoria e assistência especializada voltadas a área da produção e o marketing (alimentício; artesanato; têxtil; biojóias; etc.) desses produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propões a analisar o panorama da economia solidária na região Norte do Brasil, buscando compreender essa organização social, por meio de empreendimentos

econômicos solidários como resposta de trabalhadores e trabalhadoras, em face das transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos para a geração de trabalho, renda e a possível implementação de políticas públicas. Assim, a pesquisa utilizou como questões norteadoras as seguintes: economia solidária contribui para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira? E, de que forma a EcoSol contribui para a geração de trabalho e renda na Amazônia brasileira?

Destarte, algumas informações se fazem importantes de serem reportadas da pesquisa. No território nacional brasileiro foram identificados pelo mapeamento da economia solidária (SIES/SENAES, 2013) 19.708 empreendimentos econômicos solidários. Desse total, 3.127 estão na região Norte do Brasil, equivale a 15,9%. As Categorias Teóricas Operativas – EES, identificadas na região foram: Associações, as quais compreendem 65%; as Cooperativas com 25%; e os Grupos Informais, equivalentes a 8,7%. Dessas Categorias, cerca de 40% foram constituídos entre tiveram os anos de 2005 a 2010. E mais de 70% surgiram entre as décadas de 1999 a 2010.

Na região Amazônica brasileira, o estado do Pará lidera com 43,4% do total dos empreendimentos da região, enquanto que o estado de Roraima apresenta a menor quantidade, apenas 80 organizações sociais (Associações, Cooperativas e Grupos Informais). É válido ressaltar que, os estados do Pará, Tocantins, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima apresentam uma predominância de empreendimentos econômicos solidários organizados sob a forma de Associações. No estado de Rondônia, esse percentual é superior a 90%. Enquanto que no estado do Amazonas, a forma mais comum de organização social são os Grupos Informais, os quais superam os 50% do total do estado.

Outro fator importante observado na pesquisa, está relacionado a área de atuação desses EES. Mais de 50% estão nas áreas rurais da região, seguido pelos que atuam na área urbana (40,6%) e os 9,3% atuam, concomitantemente, nas áreas urbanas e rurais. Com atuação nas áreas rurais ou rurais e urbanas, concomitantemente, as Associações se destacam, representando mais 70%. E relacionado aquelas organizações com predominância de atuação nas áreas urbanas, além das Associações, os Grupos Informais se apresentam em destaque, ambos atingem um percentual de mais de 40%.

Vale salientar, nas Categorias Teóricas Operativas identificadas na Amazônia brasileira, sobre a participação feminina. A participação de sócios do sexo feminino é expressiva nos EES

da região. Quando se analisa cada categoria, os Grupos Informais se destacam, sendo constituídos por mais de 60% dos sócios do sexo feminino. As Associações se apresentam com 46,2% e as Cooperativas com 35,7%. É importante destacar que, a média de sócios (as) nos EES da região Amazônica brasileira é de 56 pessoas. Além disso, os percentuais relacionados a quantidade de sócias do sexo feminino estão estreitamente ligados a finalidade da organização – Atividades econômicas.

Destarte, as principais Atividades econômicas identificadas na região Norte do Brasil estão relacionadas a **Indústrias de Transformação**, essas atividades são realizadas em sua maioria nas áreas urbanas, aproximadamente 60%, com destaque nos estados do Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins; e as atividades relacionadas a **Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura**, sediadas nas áreas rurais (80%) tendo os estados do Acre, Rondônia e Pará com o maior percentual de EES inseridos nessas atividades.

A região Amazônica brasileira é compreendida no cenário nacional e internacional como um espaço diversificado tanto no contexto ambiental, quanto social. Dessa forma, com os dados analisados, buscou-se verificar quais são as principais categorias sociais existentes na região, bem como a População (Povos) ou Comunidades Tradicionais que esses sócios (as) pertencem. Assim, verificou-se que, cerca de 24% dos empreendimentos da região apresentam no seu quadro social pessoas que pertençam a Povos ou Comunidades Tradicionais, a saber: Ribeirinhos; Extrativistas; Quilombolas; Pescadores Artesanais; Índios; Negros e Comunidades de Terreiro. Quanto as categorias sociais, predomina na região a de Agricultores familiares, identificada em 52% dos EES. Nos estados de Rondônia, Acre e Pará, esse percentual é de 80%, 65% e 58,4%, respectivamente.

Relacionado a fatores econômicos, as principais atividades desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos solidários na Amazônia brasileira, está relacionada a Produção ou produção e comercialização – equivale a mais de 80% das atividades econômicas dos EES da região. E nos estados do Amazonas e Acre esse percentual é superior à média da região. E como foi dito anteriormente, a participação de sócios do sexo feminino está estreitamente ligada a finalidade das Atividades econômicas realizadas pelos EES. Assim, as atividades relacionadas a Produção ou produção e comercialização, apresentam em média 48 pessoas por EES, sendo desse total, aproximadamente 47% é de sócios do sexo feminino. E as categorias que mais se destacam nessas atividades são as de Artesões (91,9%) e de Agricultores familiares (81,3%).

Outro ponto destacado na análise, está relacionado aos principais produtos produzidos coletivamente nos empreendimentos econômicos solidários na região Norte do Brasil. Esses produtos foram agrupados em categorias. As categorias mais importantes para economia dos EES da região Norte do Brasil são: Outros produtos alimentícios; Verduras, hortaliças e derivados; Grãos e derivados; Produtos diversos; Artesanato; Produtos têxteis; Frutas e derivados; Leguminosas e derivados; Animais e derivados; e os Pescados e frutos do mar. Essas categorias correspondem a base do faturamento das organizações da região.

O faturamento dos empreendimentos econômicos solidários da Amazônia brasileira varia de até R\$100,00 a valores superiores a R\$1.000.000,00 por mês. Em média, cerca de 75% dos EES mapeados na região Norte do Brasil, faturam por mês entre R\$500,00/ R\$1.000,00 a R\$30.000,00/ R\$100.000,00. É importante ressaltar que, de acordo com os dados mapeados, o faturamento médio mensal dessas organizações é de R\$13.780,00. Vale salientar que, aproximadamente 90% do faturamento desses empreendimentos econômicos solidários da região Norte do Brasil está relacionado a atividades da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura. E a Indústria de transformação responde por apenas 7,2% do faturamento desses empreendimentos.

Dentre os empreendimentos econômicos solidários mapeados, as Associações e os Grupos Informais lideram o faturamento médio mensal com valores em torno de R\$100,00 a R\$3.000,00. Já relacionado a valores médios que variam R\$3.000,00 a R\$30.000,00 por mês, predominam as Associações e Cooperativas. E quando os valores ultrapassam os R\$500.000,00 ou até mesmo valores acima de R\$1.000.000,00 (valor médio mensal) as Cooperativas são os empreendimentos econômicos solidários de maior destaque na região Norte do Brasil. É importante frisar que, em média, os trabalhadores das Cooperativas faturam por mês cerca de R\$1.321,00.

E por fim, uma fragilidade observada nos empreendimentos econômicos solidários da região Norte do Brasil, está relacionada a aquisição de matéria prima ou insumos. Durante o mapeamento, os empreendimentos responderam de forma múltipla as principais origens de sua matéria prima ou insumo. E dessas, a mais expressiva foram as Empresas Privadas – respondida por mais de 60% dos EES mapeados. Cerca de 47% tem sua matéria prima ou insumo oriundos dos próprios sócios, e 11,3% de empreendimentos de economia solidária. E apenas 6,3% dos EES da Amazônia brasileira adquirem matéria prima ou insumo de Órgãos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANDRADE, J. W. **Planos de Desenvolvimento: SUDAM**. In: Problemáticas da Amazônia – Rio de Janeiro: ed. Da Casa do Estudante do Brasil, 1969. pag. 129-147.
- ANTEAG (Org.). **Atlas da economia solidária no Brasil 2005 – 2007**. São Paulo, Todos os Bichos. 2009. Disponível em:
<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- BARBOSA, C. **Estado, economia solidária e Pedagogia**. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (des)igualdade. 2011. Disponível em:
http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1305033624_ARQUIVO_ECONOMIASOLIDARIAEPEDAGOGIA.pdf.
- BARBOSA, M. J. de S.; SOUZA, A. L. de; PIRES, A. M. M.; FERRÃO, E. da S.; REIS, A. A. **A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA: Um Campo de Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão**. In: Educação e Sócio-Economia Solidária / Laudemir Luiz Zart; Josivaldo Constantino dos Santos (Organizadores). Série Sociedade Solidária - Vol. 2 – 2005. Pág..159-166
- BECKER, B. K. **Amazônia Mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio**. In: Amazônia Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos/ MENDES, A. D. (org.). Banco da Amazônia, ed. 2. Belém, Pará: 2004.
- BOMFIM, R. F. de S.. **A infra-estrutura da Amazônia e seu Desenvolvimento Econômico**. In: **Problemática da Amazônia** - Rio de Janeiro: ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1969.
- BRASIL, companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **A cultura do arroz**. Aroldo Antonio de Oliveira Neto (org.). ISBN: 978-85-62223-06-8 1. Brasília: Conab, 2015. 180 p. Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>
- BRASIL, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. v. 1, n.1 (2013) – Brasília : Conab, 2013- v. Mensal. Disponível em: <http://www.conab.gov.br> Recebeu numeração a partir de out./2013. Continuação de: Mês Agrícola (1977-1991); Previsão e acompanhamento de safras (1992-1998); Previsão da safra agrícola (1998-2000); Previsão e acompanhamento da safra (2001); Acompanhamento da safra (2002-2007); Acompanhamento da safra brasileira: grãos (2007-). ISSN 2318-6852
- BRASIL, Secretaria Nacional de economia solidária – SENAES. Sistema Nacional de Informações de economia solidária – SIES – Disponibiliza nova base de dados. **Boletim Informativo Acontece SENAES**. Edição Especial. Ano V, 2013. CD-ROM.
- BRASIL, Secretaria Nacional de economia solidária – SENAES/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Edital de Chamada Pública de Parceria nº 01/2010**. Brasília. SENAES/MTE, 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego: Secretária Nacional de economia solidária. **Sistema Nacional de Informações da economia solidária de 2007**. Brasília. 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/deftohtm.exe?SegmentosEconomicos.def>. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p. ISSN 2318-5619 1. Perfil das mulheres brasileiras. 2. Mulheres. 3. Igualdade de gênero. 4. Feminismo I. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. II. Secretaria de Políticas para as Mulheres. III. Brasil.pag.19.

BULLA, L. C. **Serviço Social, educação e práxis: tendências teóricas e metodológicas**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1992.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. Agroecologia: enfoque Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XVII, n. 2 n p. 33-52. abr.-jun. 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. ed. 6. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

COUTO, B. R. **O direito Social e a Assistência Social na Sociedade brasileira: Uma equação possível?** São Paulo. Cortez. 2004.

CRUZ, Z. G.; SANTOS, L. M. L. dos. **Economia solidária em Londrina: Potencialidades e desafios**. In: economia solidária em Londrina: Aspectos conceituais e experiências institucionais. BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L. dos.; PITAGUARI, S. O. (Org.). Londrina: Universidade Estadual de Londrina/Uel. 2010. ISBN 978-85-7846-004-4. pag. 137-152. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/2ZxZ53z230.pdf>.

CULTI, M. N. **Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo**. OtraEconomía - Volumen III - nº. 5. 2009 - ISSN 1851-4715. Disponível em: www.riless.org/otraeconomia.

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A. H.; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil – Tipologias dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. Todos os Bichos. São Paulo. ISBN: 978-85-60853-09-0. 2010. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/economia_Solidaria_no_Brasil.pdf.

CUNHA, G. C. **Uma outra economia é possível**. In: Paul Singer e a economia solidária. SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (orgs). São Paulo. Contexto, 2003.

DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C.G. **Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão**. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

DAL SOGLIO, F. K. **Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação?** In: GUERRA, G. A. D. e WAQUIL, P. D. (Organizadores). Desenvolvimento Rural Sustentável no Norte e Sul do Brasil. Belém-PA. Paka-Tatu. p. 197-226. 2013.

EID, F. **Descentralização do Estado, economia solidária e Políticas Públicas: Construção da Cidadania ou Produção Histórica do Assistencialismo?**. ORG & DEMO, Vol. 8, Nº 1/2, Jan/Jul-Dez. pag. 47-66, 2007.

EID, F. **Descentralização do Estado, economia solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** Anais do XI FIEALC - Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/viewFile/382/282>.

- EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. **Planejamento do desenvolvimento local e economia solidária**. In: Tecnologia e Desenvolvimento Social. Sidney Lianza; Felipe Addor (Org.). ed.1. Porto Alegre: Editora da UFRGS. pag. 126-142. 2011.
- FELIZARDO, J. M. **Capitalismo, Organização do Trabalho e Tecnologia da Produção e seus Impactos na Qualidade da Força de Trabalho**. Revista Labor. Fortaleza-Ceará. Ed. 3. V. 1. 2010. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/artigos3.php>.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. ed.10. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 95 pag. 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. ed.21. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 184 pag. 1993.
- GADOTTI, Moacir. **economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.
- GAIGER, L. et al. **A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 15, 1999.
- GAIGER, L. et al. **Empreendimentos Econômicos Solidários**. In: CATANI, David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 135-142.
- GAIGER, L. I. **A economia solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 28, Nº 82, Jun/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>.
- GAIGER, L. I. **O Mapeamento Nacional e o Conhecimento da economia solidária**. Revista da ABET. Vol. 12, Nº 1, Jan/Jun 2013. ISSN 1679-2483. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/issue/view/1379/showToc>.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GOERCK, Caroline. **Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva Brasileira**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.
- HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- KUBITZA, F. **Aquicultura no Brasil: Principais espécies, áreas de cultivo, rações, fatores limitantes e desafios**. In: Panorama da Aquicultura. Aquicultura no Brasil – Conquistas e desafios. Vol.25, n 150. jul/ago.2015. 12p. disponível em: <http://www.ferrazmaquinas.com.br/en/imagens/uploads/conteudos/42/arquivo/20151009160433oLNAngD3p.pdf>.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. da A. **Fundamentos da metodologia científica**. ed. 3 São Paulo: Atlas. 1991.
- LAVILLE, J. L.; FRANÇA FILHO, G. C. **economia solidária, uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LISBOA, J. S. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (doutorado). Aracaju, 2007.
- LISBOA, J. S. **Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da COOPERTREZE e das associações comunitárias de Lagarto e**

Salgado. In: MENEZES, A. V. C.; PINTO, J. E. S. do S. Linhas Geográficas. Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir.** Estudos Avançados. Vol. 16, Nº 45, pag. 107-121. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a08.pdf>.

MARICATO, E. **Produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa e Ômega, 1982, p. 71.

MARX, K. H. **O Capital – Crítica da economia Política.** Livro II – O processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1893. Tradução de Reginaldo Sant’Anna.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** 1848. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>.

MARX, K. **O capital: processo global de produção** capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de Administração.** ed. 2, São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, M. **Uso do SPSS (Statistical Package for the Social Science) na ciência Política:** Uma breve introdução. Pensamento Plural. nº 14. Jan-jun. p. 65-91. Pelotas. 2014.

MENDES, A. D. **A Problemática da Amazônia: Os investimentos Privados e a Política Financeira do Governo.** In: Problemáticas da Amazônia – Rio de Janeiro: ed. Da Casa do Estudante do Brasil, 1969. p. 111-128.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. **Institucionalização e execução das Políticas Públicas de economia solidária no Brasil.** Revista de Sociologia e Política. V.21, nº46. pag. 159-175. 2013.

NOVAES, H. T. **As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário: a contribuição de István Mészáros.** In: NOVAES, H. T. (Org.). O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação.** São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf.

OLIVEIRA, R. S. de e SANTOS, J. de L. **Do pioneirismos de Rochdale ao Cooperativismo/Associativismo no Capitalismo – Uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro.** Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), Sobral-CE, V. 14, n. 1, p. 69-80, 2012. Disponível em: www.uvanet.br/rcgs.

PLOEG, J. D. Van der. **O modo de produção camponês revisitado.** In: **A diversidade da Agricultura Familiar.** S. Schneider (org.) Porto Alegre, Editora UFRGS, 2006, p. 13-54.

PRAXEDES, S. F. **Políticas Públicas de economia solidária: Novas Práticas, novas Metodologias.** Economia solidária e Políticas Públicas. IPEA. pag. 57-62. 2009.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. **Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90:** Discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil.** HENRIQUES, R. (Org.), Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

REIS, A. A. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da Pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Grupo de Trabalho: GT 13 - Agricultura familiar: desafios e perspectivas. 20p. 2010, Belém-Pará.

REIS, A. A. NASCIMENTO, W. L. N. do; FELIZARDO, A. O.; SANTOS, A. R. da S. **Agricultura Familiar e Economia Solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense**. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 11, n. 22, 2015 Edição Especial XII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social ISSN (versão online): 1984-3526 ISSN (versão impressa): 1809-0044. PAG. 120-142

RIBEIRO, A. C. T. **O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida**. In: Tecnologia e Desenvolvimento Social. Sidney Lianza; Felipe Addor (Org.). ed.1. Porto Alegre: Editora da UFRGS. pag. 113-125. 2011.

ROCHA, A. P. B.; OLIVEIRA, M. S. da. **Geografia Regional do Brasil**. 2. ed. Natal/RN. EDUFRN, pag. 181-208. 2011. Disponível em:
http://www.sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/pdf/geografia/Geo_Reg_LIVRO_WEB.pdf.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; LENZ, T. C. Z. **Encontro Comunitário de trocas: Um atrativo para o chamado turismo comunitário**. Uma experiência solidária na Micro-bacia do rio Sagrado, Morretes, Paraná. Revista de Cultura e Turismo (Cultur). Ed. 4, n. 2. 2010. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo.

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. SANTOS, B. de S. (Org.). ed. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHNEIDER, J. O. **Datos socioeconomicos**. In: BENECKE, D. W.; ESCHENBURG, R. (Org.). Las cooperativas en America Latina. São Leopoldo, UNISINOS, 1987.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia – Participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, UNISINOS, 1991.

SILVA, R. M. A. da. **Políticas Públicas de economia solidária: Avanços, Desafios e Perspectivas**. Revista Diálogo. nº. 18. pag. 53-76. 2011.

SILVA, S. P. **economia solidária e Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: Uma análise de dois Programas na Gestão Pública no Brasil**. Perspectiva em Políticas Públicas. Belo Horizonte. Vol. 2. nº. 3. pag. 45-67. 2009.

SILVA, S. P; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento da economia solidária no Brasil: Apontamentos iniciais para o debate**. IPEA. economia solidária. Mercado de Trabalho. Ago. pag. 61-82. 2014.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Possibilidades da economia solidária no Brasil**. In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. pag. 51-60.

SOUZA, A. L.; BARBOSA, M. J. de S.; REIS, A. A. dos. **Incubadoras universitárias: inovação social e desenvolvimento.** In: Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas. BOCAYUVA, P. C. C.; VARANDA, A. P. de M. (org.). ed. 1. Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009.

TIRIBA, L. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego.** Belo Horizonte, Palestra proferida no III Seminário Internacional Universidade, Trabalho e Trabalhadores, promovido pela Unitrabalho e NESTH – Núcleo de Estudos sobre Subjetividade e Trabalho Humano/ FAFICH-UFMG, 10 a 14 de junho de 2002. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Lia%20TN3.htm>. Acesso em 12 Jun. de 2012.

TOLEDO, V. M.; BASSOLS, N.B. **La memória biocultural: la importância ecológica de lassabiduriastradicionales.** Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

VALENTE, M. G. **A Amazônia Brasileira e as outras Amazônias.** In: Problemáticas da Amazônia – Rio de Janeiro: ed. Da Casa do Estudante do Brasil, 1969.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de Pesquisa em administração.** São Paulo. Editora Atlas. V. 9. 3. ed. 2000.

VIANNA, A. M. **Revolução Industrial:Um breve ensaio crítico.** *Revista Espaço Acadêmico.* nº. 90. 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/090/90vianna.pdf>.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo-RS: UPF, 2001.